

Catarina Joana Rosas Moreira

**“As histórias que as ruas contam”
(sobre a água na área de Santa Clara e Ferro, no Porto, do século
XVI ao século XIX)**

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em História e Património, orientado
pela Professora Doutora Maria Helena Cardoso Osswald

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2015

“As histórias que as ruas contam”
(sobre a água na área de Santa Clara e Ferro, no Porto, do
século XVI ao século XIX)

Catarina Joana Rosas Moreira

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em História e Património, orientado
pela Professora Doutora Maria Helena Cardoso Osswald

Membros do Júri

Professor Doutor João Carlos dos Santos Garcia
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Professora Doutora Maria Helena Cardoso Osswald
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Professora Doutora Marta Maria Peters Arriscado Oliveira
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

A minha mãe

*Lembre-se da sabedoria da água: ela nunca discute com
um obstáculo simplesmente o contorna.*

Augusto Cury

Sumário

Agradecimentos.....	7
Resumo.....	8
Abstract.....	9
Índice de ilustrações.....	10
Lista de abreviaturas e siglas	11
Introdução	12
Capítulo 1 – “Operação Santa Clara”	14
1.1. Caracterização da Instituição de Acolhimento – <i>Porto Vivo, SRU</i>	14
1.2. Estágio.....	19
Capítulo 2 – Questões, Métodos e Fontes.....	23
2.1. Tema, Espaço e Tempo.....	23
2.2. Estado da Arte.....	28
2.3. Fontes.....	34
Capítulo 3 – Informação histórica e plano de reabilitação urbana para a Operação Santa Clara	41
3.1. O Convento de Santa Clara do Porto	41
3.2. O Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio	49
Capítulo 4 – A problemática da água.....	56
Considerações finais	71
Fontes e Bibliografia (Referências).....	74
Anexos	81
Anexo 1	82
Anexo 2.....	83
Anexo 3.....	84
Anexo 4.....	85
Anexo 5.....	86
Anexo 6.....	87
Anexo 7.....	88
Anexo 8.....	89
Anexo 9.....	90
Apêndices.....	91

Apêndice 1	92
Apêndice 2	95
Apêndice 3	103
Apêndice 4	104
Apêndice 5	108
Apêndice 6	114
Apêndice 7	117
Apêndice 8	118
Apêndice 9	124
Apêndice 10	127
Apêndice 11	128

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero dirigir os meus sinceros agradecimentos à instituição de acolhimento, *Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana, S.A.*, pela oportunidade que me deu para realizar o estágio curricular numa empresa de referência a nível nacional, na área da reabilitação urbana. Agradeço a todos os funcionários da instituição, pela amabilidade com que me integraram e a disponibilidade que sempre demonstraram para esclarecerem as minhas questões, salientando, como é evidente, a minha supervisora, a Eng.^a Margarida Guimarães, que me auxiliou durante todo o percurso; o arquiteto Luís António, pela sua simpatia e sugestões de trabalho; a arquiteta Diana Martins, pelo seu interesse no decorrer do meu projeto; a Dr.^a Rute, dos recursos humanos, pela sua gentileza e por me ter mostrado, logo no primeiro dia, todos os cantos da casa; por último e não menos importante, agradeço à D. Idália por me limpar todos os dias a secretária e por todos os sorrisos que me deu.

Dirijo também os meus agradecimentos a outras instituições como é o caso da Biblioteca Pública Municipal do Porto, onde passei imenso tempo e onde contei com a preciosa ajuda da assistente técnica Rosa Teixeira; ao Arquivo Distrital do Porto, minha segunda casa durante todo o processo de investigação, nomeadamente à Dr.^a Olinda Cardoso; ao Centro Social da Sé do Porto, em especial à Dr.^a Alexandra Moura; à Biblioteca da Faculdade de Letras, particularmente à Marlene Borges por toda a preocupação e palavras de incentivo; e por último agradeço também ao Arquivo Histórico Municipal do Porto, que foi uma das minhas últimas paragens, nesta longa viagem.

A todos os meus amigos, em especial, à Liliana Oliveira, ao Miguel Santos, à Sofia Ramos e ao Duarte Babo, pelas horas despendidas de estudo em conjunto e troca sistemática de ideias e esclarecimentos.

Ao Fábio Gomes, por todo o incentivo que me deu ao longo de toda esta jornada e por ser a pessoa que me fez continuar, todos os dias mais um pouco.

Ao meu avô, Arlindo Francis, hoje ausente, que desde cedo me incutiu o gosto pelo saber.

Ao Dr. Miguel Nogueira, responsável pela Oficina do Mapa, pelo seu trabalho cartográfico.

Por fim, agradeço à pessoa que mais contribuiu para que este sonho fosse possível, a minha orientadora, a Professora Doutora Helena Osswald, sendo-lhe grata por toda a dedicação que sempre demonstrou, por todas as palavras de apoio e por todas as horas que despendeu a este projeto.

Resumo

O presente relatório é o resultado do estágio curricular desenvolvido na instituição *Porto Vivo, SRU*, entre janeiro e abril de 2015, no âmbito do Mestrado em História e Património, no ramo de Mediação Patrimonial.

Da área compreendida pela *Operação Santa Clara* (quarteirões 1º de Dezembro, Vimara Peres, Santa Clara, Ferro e Verdades), na mais recente proposta de reabilitação urbana apresentada pela *Porto Vivo, SRU*, seleccionámos Santa Clara e Ferro, porque eles estão marcados por dois edifícios que imprimiram, durante um tempo longo, a vida desta parte da cidade. Trata-se do Convento de Santa Clara do Porto (XV-XIX) e do Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio (XVIII-XIX), vulgarmente designado por Recolhimento do Ferro. Para a *Porto Vivo* poder levar a cabo este processo de reabilitação, de modo mais informado, do ponto de vista da história destas instituições, foi objetivo do estágio proceder a uma pesquisa sistemática de informação sobre os contextos em que estes dois edifícios se desenvolveram, focando, essencialmente, as questões ligadas às intervenções arquitetónicas realizadas no edificado, desde a sua fundação até à sua extinção.

Um segundo objetivo decorreu da formulação de uma problemática dentro da temática do papel da rua no tecido urbano, especialmente enquanto espaço utilizado para conduzir o abastecimento de água e simultaneamente de infraestrutura de saneamento e escoamento. Esta aproximação à questão da salubridade e higiene permitiu averiguar o modo como se efetuou todo o processo de abastecimento e escoamento de águas, na área urbana definida pela *Operação Santa Clara*, desde o século XVI até ao século XIX, tendo, através do recurso às fontes, sido possível traçar o trajeto da água, que abastecia o Convento de Santa Clara e contribuir para um conhecimento mais detalhado das soluções infraestruturais pensadas para esta área.

Palavras-chave: Rua, Água, Abastecimento, Convento de Santa Clara do Porto, Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio.

Abstract

This report is the result of a curricular internship developed in the institution Porto Vivo, SRU, between January and April 2015, as part of the Master Course History and Heritage.

The latest proposal for urban renewal, submitted by Porto Vivo, SRU, named Operação Santa Clara, embraces the area covered by the quarters 1º de Dezembro, Vímara Peres, Santa Clara, Ferro and Verdades. The quarters Santa Clara and Ferro are marked by two buildings, which, for a long time, left clear traces in the life of this part of the town. In order to provide materials that may enable Porto Vivo SRU to carry out this process of rehabilitation in a more informed way, from the point of view of the history of both institutions, one of the main objectives of the internship was the systematic search for information about the contexts in which these two buildings were developed, focusing essentially on issues related to architectural interventions carried out, along the centuries.

A second goal, arising from the formulation of a problematic established within the theme of the role of the street in the urban fabric, led to an approach to the issue of health and sanitation. The starting point is based on the concept that streets may be viewed as an infrastructure used to drive the water supply and simultaneously of sewerage and drainage. The research on this topics allowed to establish the process of supply and water flow, in the urban area occupied by Operação Santa Clara, from the sixteenth century to the nineteenth century. The use of several sources made it possible to trace down the path of the water, which supplied the Convent of Santa Clara. And in this way to contribute to a more detailed knowledge of infrastructure solutions designed for this area.

Keywords: Street, Water, Supply, Convent of Santa Clara do Porto, Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio.

Índice de ilustrações

Figura 1 – Área de atuação da <i>Porto Vivo, SRU</i>	17
Figura 2 – Delimitação da “Operação Santa Clara”	19
Figura 3 - Área da <i>Operação Santa Clara</i> na Carta Topográfica da Cidade do Porto de 1892 de Telles Ferreira	20
Figura 4 - Área da <i>Operação Santa Clara</i> na Carta Topográfica da Cidade do Porto de 1892 de Telles Ferreira	20
Mapa – Reconstituição do trajeto da água, na cidade do Porto, entre a Póvoa de Cima e o largo da Sé, segundo informação oitocentista.....	64
Figura 5 – Planta das Escadas do Codeçal até ao Convento de Santa Clara	67
Figura 6 – Projeto de alteração do coletor geral de saneamento na estrada marginal	69

Lista de abreviaturas e siglas

A.D.P. – Arquivo Distrital do Porto

A.H.M.P. – Arquivo Histórico Municipal do Porto

A.N.T.T. – Arquivo Nacional Torre do Tombo

B.P.M.P – Biblioteca Pública Municipal do Porto

DGEMN – Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DR – Diário da República

Eng.^a - Engenheira

S.A. – Sociedade Anónima

(s.a) – Sem autor

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

SRU – Sociedade Reabilitação Urbana

Introdução

A temática do presente trabalho intitulado “*As histórias que as ruas contam*” (sobre a água na área de Santa Clara e Ferro, no Porto do século XVI ao século XIX) insere-se no âmbito do Mestrado em História e Património, ramo de Mediação Patrimonial, tendo por base um estágio curricular desenvolvido na *Porto Vivo, SRU*. O assunto desta pesquisa centrou-se num objeto concreto: a *Operação Santa Clara*. Sobretudo em dois dos edifícios deste conjunto, que se impuseram em função de considerações estabelecidas em torno do seu valor histórico: o Convento de Santa Clara do Porto e o Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio. Deste modo, faria todo o sentido que o presente estudo também pudesse adotar o seguinte subtítulo: *Contributos para a tomada de decisões em projeto de requalificação urbana portuense*.

Os objetivos deste estudo consistiram, numa primeira fase, em analisar, historicamente, todas as intervenções arquitetónicas, que ao longo dos tempos, os edifícios supramencionados foram sofrendo, para que, deste modo, fosse possível à instituição de acolhimento ter uma visão mais profunda no tempo e historicamente fundamentada, de ambas as instituições religiosas e do seu papel nesta área da cidade do Porto. Numa segunda fase, articulando o tema pensado em fase anterior ao cumprimento do estágio curricular, pretendeu-se discutir questões ligadas ao abastecimento de água, para a área indicada pela *Porto Vivo, SRU*, de forma a conseguir projetar no espaço uma rede de sistema de abastecimento e escoamento de águas, com o intuito de discutir aspetos de questões particularmente sensíveis no espaço urbano, como são as questões da higiene e da salubridade.

Em termos metodológicos, esta investigação histórica iniciou-se com a pesquisa e consulta sistemática de bibliografia sobre a temática, ou as temáticas, em causa, para, a partir das leituras efetuadas, se proceder ao levantamento de questões, que seriam o fio condutor de todo o trabalho a desenvolver. A partir deste ponto surgem as linhas gerais a discutir, tais como: a existência de um sistema de escoamento de águas residuais e outras; quais as infraestruturas de condução de água; o processo de abastecimento de água daquela área específica; quais os poderes, públicos ou privados, que interferiam nas questões ligadas à *problemática da água*. Desta forma, equacionaram-se os possíveis produtores de informação, que poderiam fornecer dados fundamentais para responder às questões levantadas e, assim, começou o longo percurso de consulta de documentação diversificada na sua tipologia.

Face ao exposto, o presente trabalho foi dividido em quatro capítulos centrais. O Capítulo 1 intitula-se *Operação Santa Clara* e nele estão inseridos dois subpontos. Começou-se por

caracterizar a instituição de acolhimento, de forma a dar a conhecer a orgânica funcional da mesma e os pressupostos que a norteiam, desde a sua fundação até à atualidade. Seguidamente analisou-se o período de estágio, na intenção de dar a conhecer as atividades desenvolvidas e o que de benéfico este projeto trouxe para a instituição e para a estagiária.

O Capítulo 2, que se encontra dividido em três subpontos, debruça-se sobre os critérios científicos que nortearam a pesquisa de informação e onde é explicado, pormenorizadamente, todo o processo de escolha do tema; as leituras realizadas para cada temática a abordar e o modo como contribuíram para esclarecer algumas das questões levantadas; por último é explicado todo o processo de seleção das fontes e a justificação para o seu uso.

O Capítulo 3 contém a informação histórica fornecida para a realização do plano de reabilitação urbana da *Operação Santa Clara*, dando-se a conhecer a história dos dois edifícios religiosos que se encontram na respetiva área. O primeiro subponto é dedicado ao Convento de Santa Clara do Porto, onde é realizada uma abordagem do ponto de vista de intervenções arquitetónicas no contexto da história do dito convento; tendo em conta a falta de estudos sobre o Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio, a abordagem deste edifício, no segundo subponto, não pôde seguir a mesma lógica e teve que contemplar não só as intervenções no edificado, mas também a história da sua fundação.

O Capítulo 4 intitula-se por *A problemática da água onde são* debatidas e explicadas todas as questões que nortearam este projeto, sendo possível reconstituir todo o trajeto percorrido pela água que abastecia o Convento de Santa Clara e a Sé e Paço Episcopal, ou seja uma parte importante da área da cidade, abrangida pela *Operação Santa Clara*.

Para permitir a outros investigadores o acesso a uma série de testemunhos sobre o edificado e sobre as infraestruturas estudadas, são publicados em diversos apêndices as transcrições de documentos inéditos, considerados como documentos chave para descodificar algumas questões ligadas aos problemas pré-estabelecidos, acerca da água e do seu abastecimento/escoamento.

Capítulo 1 – “Operação Santa Clara”¹

1.1. Caracterização da Instituição de Acolhimento – *Porto Vivo, SRU*

A *Porto Vivo, SRU* - Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A localiza-se, atualmente, na Rua Mouzinho da Silveira, nº 212, fazendo parte da união das freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, do concelho do Porto.

É uma empresa de capitais públicos, onde os sócios são o Estado Português, representado por duas entidades: IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP, com 60% das ações e pela Câmara Municipal do Porto, com 40% das ações.

A *Porto Vivo, SRU* foi formada ao abrigo do Decreto-Lei nº 104/2004, de 7 de maio², segundo o qual a sua missão enquanto instituição, tal como foi discutido à época, se confina em promover a reabilitação urbana da área crítica de recuperação e reconversão urbanística da cidade do Porto.

Criada a 27 de novembro de 2004, a *Porto Vivo, SRU* tem a função de fomentar a reabilitação da respetiva área de intervenção, a orientação do processo, criando a estratégia de intervenção adequada assim como desempenhar o papel de mediador entre proprietários e investidores, entre proprietários e arrendatários e até mesmo, se necessário, encarregar-se da operação de reabilitação³.

Os objetivos e vetores de desenvolvimento da instituição são seis: reabilitação da *Baixa do Porto* (os habitantes atuais e os futuros a atrair são o pilar essencial de uma área urbana viva); desenvolvimento e promoção do negócio na *Baixa do Porto* (os negócios são tidos como oportunidades para a *Baixa* se afirmar na cidade e a cidade na região); revitalização do comércio (é o fator determinante no processo de revitalização da cidade); dinamização do turismo, cultura e lazer (funcionam como forças intrínsecas à cidade); qualificação do domínio público (sendo este o suporte base de convivências) e por fim ações estratégicas (fundamentais para o sucesso da operação)⁴.

¹ Designação atribuída pela *Porto Vivo, SRU* à área composta pelos cinco quarteirões: 1º de Dezembro, Vimara Peres, Santa Clara, Ferro e Verdades – Figura 2, p. 18.

² Decreto-Lei nº104/2004. DR, 1ª série –A (7.05.2004) 2920-2929.

³ Apresentação. In *Porto Vivo Sociedade de Reabilitação Urbana* [Em linha.] [Consult. 6 fev. 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.portovivosru.pt/pt>>

⁴ Missão e estratégia. In *Porto Vivo Sociedade de Reabilitação Urbana* [Em linha.] [Consult. 6 fev. 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.portovivosru.pt/pt>>

A atividade da *Porto Vivo, SRU* guiou-se pelo Decreto-Lei nº104/2004, de 7 de maio, até ao dia 23 de dezembro de 2009, data que entrou em vigor o Decreto-Lei nº 307/2009⁵, que visava implementar um novo regime de reabilitação urbana onde esta era feita através da delimitação de áreas de intervenção urbanas. Esta legislação sofreu alterações e *à posteriori* foi republicada pela Lei nº32/2012, de 14 de agosto⁶.

As áreas de reabilitação urbana são tidas como "espaços urbanos que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas urbanas, dos equipamentos ou dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, justificam uma intervenção integrada"⁷.

As Sociedades de Reabilitação Urbana, no que diz respeito às áreas de intervenção assumem a responsabilidade de entidade gestora e o processo de reabilitação continua a ser guiado pelos mecanismos de programação e execução descritos no Decreto-Lei nº 104/2004, de 7 de maio.

As unidades de intervenção portadores do documento estratégico validado ao abrigo do Decreto-Lei nº104/2004, de 7 de maio, são postas em pé de igualdade com as unidades de intervenção regidas ao abrigo do Decreto-Lei nº307/2009, de 23 de outubro. Nestas circunstâncias as Sociedades de Reabilitação Urbana são incumbidas dos seguintes poderes⁸:

- Licenciamento e aprovação de comunicação prévia de operações urbanísticas e autorização de utilização;
- Vistorias e inspeções;
- Adesão de medidas de tutela da legalidade urbanística;
- Cobrança de taxas;
- Receção das cedências ou compensações devidas;
- Imposição da obrigação de reabilitar e obras coercivas;
- Empreitada única;
- Demolição de edifícios;
- Direito de preferência;

⁵ Decreto-Lei nº 307/2009. DR, 1ª série, 206 (23.10.2009) 7956-7975.

⁶ Lei nº 32/2012. DR, 1ª série, 157 (14.08.2012) 4452-4483.

⁷ Apresentação. In *Porto Vivo Sociedade de Reabilitação Urbana* [Em linha.] [Consult. 6 fev. 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.portovivosru.pt/pt>>

⁸ Apresentação. In *Porto Vivo Sociedade de Reabilitação Urbana* [Em linha.] [Consult. 6 fev. 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.portovivosru.pt/pt>>

- Arrendamento forçado;
- Servidões;
- Expropriação;
- Venda forçada;
- Reestruturação da propriedade.

A Assembleia Municipal do Porto ratificou, a 4 de julho de 2012, a delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto, publicado em Diário da República a 12 de julho de 2012, onde a *Porto Vivo, SRU* é oficialmente a entidade gestora da mesma e portadora de todos os poderes supramencionados.

A possibilidade de fazer um estágio numa entidade com as funções atrás designadas, não só permitia um contacto com a dinâmica real do modo como as instituições oficiais atuam na área do património, como podia facultar uma primeira experiência de aplicação dos resultados de um percurso de pesquisa no âmbito de um projeto científico, à realidade patrimonial. Esta instituição, que se caracteriza pela sua função de mediadora patrimonial e que trabalha segundo determinada filosofia, configura-se como um campo de experimentação interessante.

Partindo do princípio que a área da mediação é extensa, uma vez que se pode dispersar por várias áreas de interesse, é aceitável afirmar que a *Porto Vivo, SRU* executa, junto do meio, uma ação mediadora. Isto porque, sendo uma empresa com funções voltadas para a requalificação e reabilitação do edificado do Centro Histórico do Porto, e não só, (Figura 1) e tendo em conta que nesta área se encontram diversos edifícios classificados a nível patrimonial, faz todo o sentido que desenvolva um papel de agente mediador, junto do meio, ou seja, da comunidade. Portanto, de certo modo, encontra-se responsável pela gestão patrimonial, uma vez que estabelece um conjunto de ações com a finalidade de conservar, preservar e regular a utilização e intervenção no edificado, adaptando-se, porém, às exigências atuais. Se a ação da *Porto Vivo, SRU* também puder ser definida como “um conjunto de actividades concretas, inter relacionadas e coordenadas entre si, que se realizam com o fim de produzir determinados bens ou serviços capazes de satisfazer necessidades ou resolver problemas⁹”, então é possível considerar que o diagnóstico que a *Porto Vivo, SRU* tem que fazer junto da comunidade envolvente dos edifícios mais

⁹ MACHADO, Célia – *Museus e seus vizinhos. Redesenhando limites citadinos*. Porto, 2011 (Relatório de projeto para obtenção de Grau de Mestre em Museologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). p. 25.

destacados desta área, também possa ter em atenção o facto do sentido de *comunidade*¹⁰ poder incluir a vivência e consciência histórica.

Posto isto, é nesta vertente que surge este projeto de investigação uma vez que partindo da premissa que *só se faz mediação dando a conhecer a realidade dos factos*, a instituição de acolhimento necessitava de conhecimento histórico científico sobre a área correspondente à *Operação Santa Clara* para que, posteriormente, as intervenções realizadas naquela área sigam as regras estabelecidas, de modo a que a ação de conservação e preservação seja conseguida e que não afetasse os interesses da pessoa local.

Como se pode observar na Figura 1, a *Porto Vivo, SRU* ultrapassa largamente a diminuta área classificada como Património Mundial da Humanidade, pela UNESCO, desde o ano de 1996. Atua mais especificamente na área histórica da cidade do Porto, designação que deveria merecer muita discussão no futuro, mas acaba por se estender a uma vasta porção da cidade, como é demonstrado pela demarcação correspondente à Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (Figura 1).

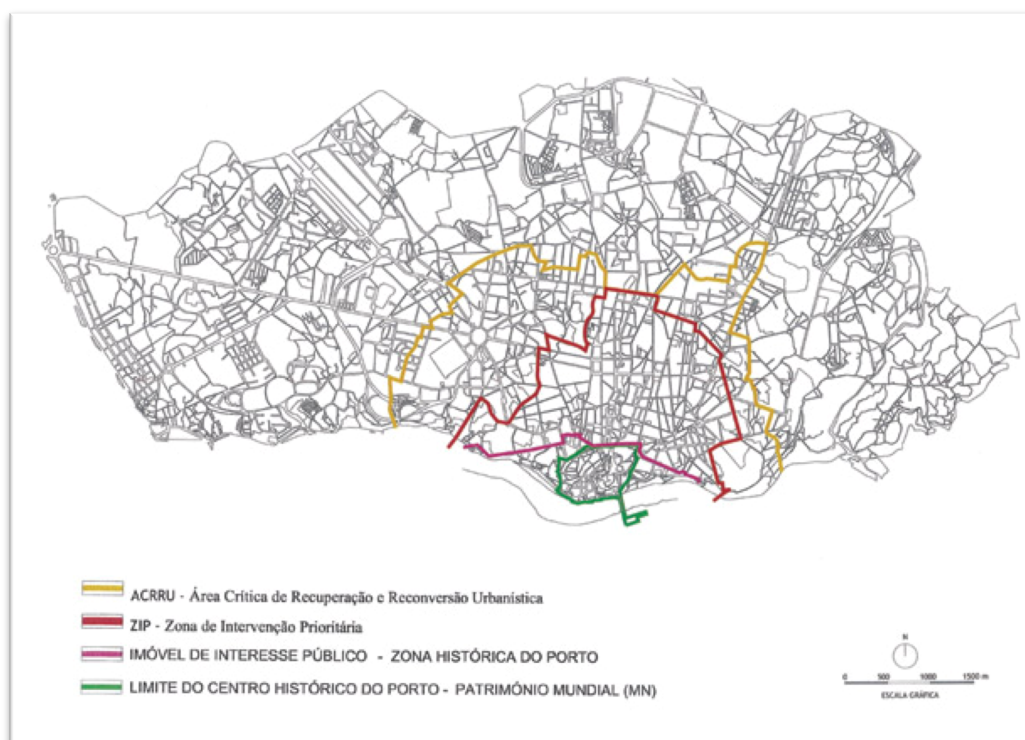


Figura 1 - Área de atuação da *Porto Vivo, SRU* (www.portovivosru.pt)

¹⁰ WATSON, Sheila – *Museums and Communities*. Nova Iorque: Routledge, 2007. Disponível em WWW: <URL:<http://en.bookfi.org/book/1178941>> p. 4-8.

A temática das ruas, enquanto estruturas das relações sociais e de poder dentro do espaço urbano, a partir do qual foi estabelecido um programa de investigação – como adiante se dará notícia detalhada – podia ser incluída nos objetivos de ações de recuperação e reconversão urbanística da *Porto Vivo, SRU*.

1.2. Estágio

O estágio curricular desenvolvido na *Porto Vivo, SRU* teve início em finais de janeiro de 2015 e terminou em abril do mesmo ano, contando na totalidade com um somatório de 400 horas laborais.

A entrada nesta instituição de acolhimento deu-se num período de transição da mesma, isto é, o foco de análise e de intervenção urbana já não incidia apenas no denominado “Morro da Sé”, mas também fazia parte das suas novas preocupações a *Operação Santa Clara*. Prova disso é que apesar de ainda decorrerem processos de vistorias noutras áreas de intervenção urbana, de responsabilidade da *Porto Vivo, SRU*, como é o caso do eixo Mouzinho/Flores, a mesma instituição mostrou-se receptiva a receber nas suas instalações um novo membro, mesmo que temporário, com a função de trazer conhecimento histórico científico no que respeita à área que compõe a *Operação Santa Clara*. Tudo isto tendo em vista o *Programa Portugal 2020* ao qual a instituição tencionava candidatar-se, precisamente com esta área de intervenção e reabilitação urbana.

Importa referir que, no período que antecedeu a fase inicial do estágio, a instituição proporcionou uma visita guiada ao território abrangido pela designada *Operação Santa Clara*, (como podemos observar na Figura 2 mas também na Figura 3 e 4 que permitem uma melhor perceção territorial), a qual foi conduzida pela Engenheira Margarida Guimarães, de modo bastante objetivo.

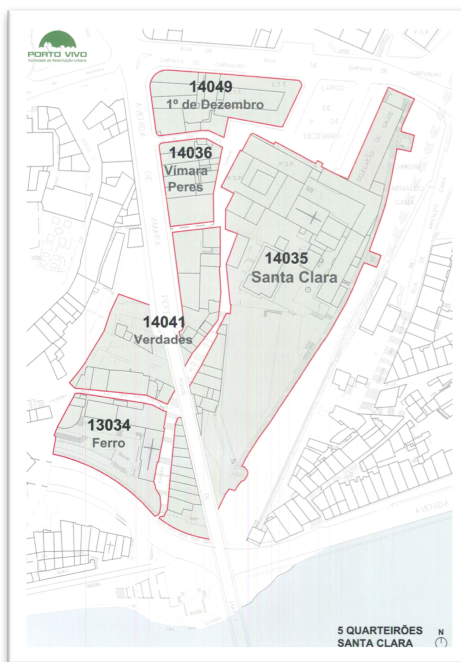


Figura 2 – Delimitação da *Operação Santa Clara* (*Porto Vivo, SRU*)

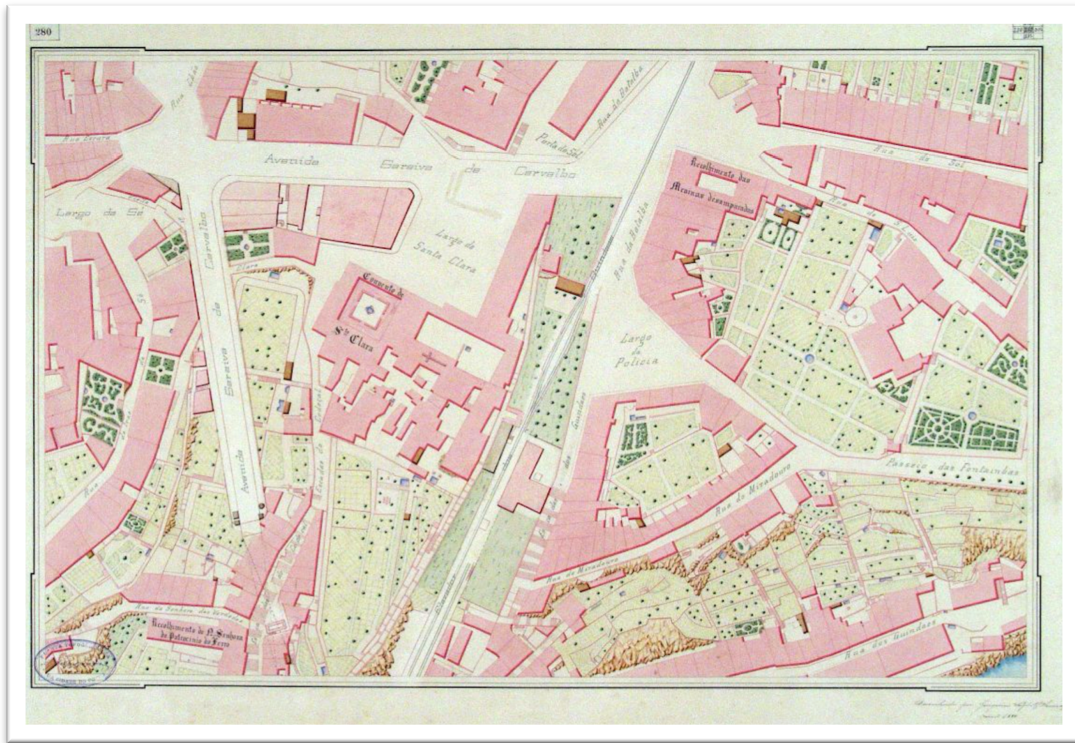


Figura 3 – Área da *Operação Santa Clara* na Carta Topográfica da Cidade do Porto de 1892 de Telles Ferreira (A.H.M.P)

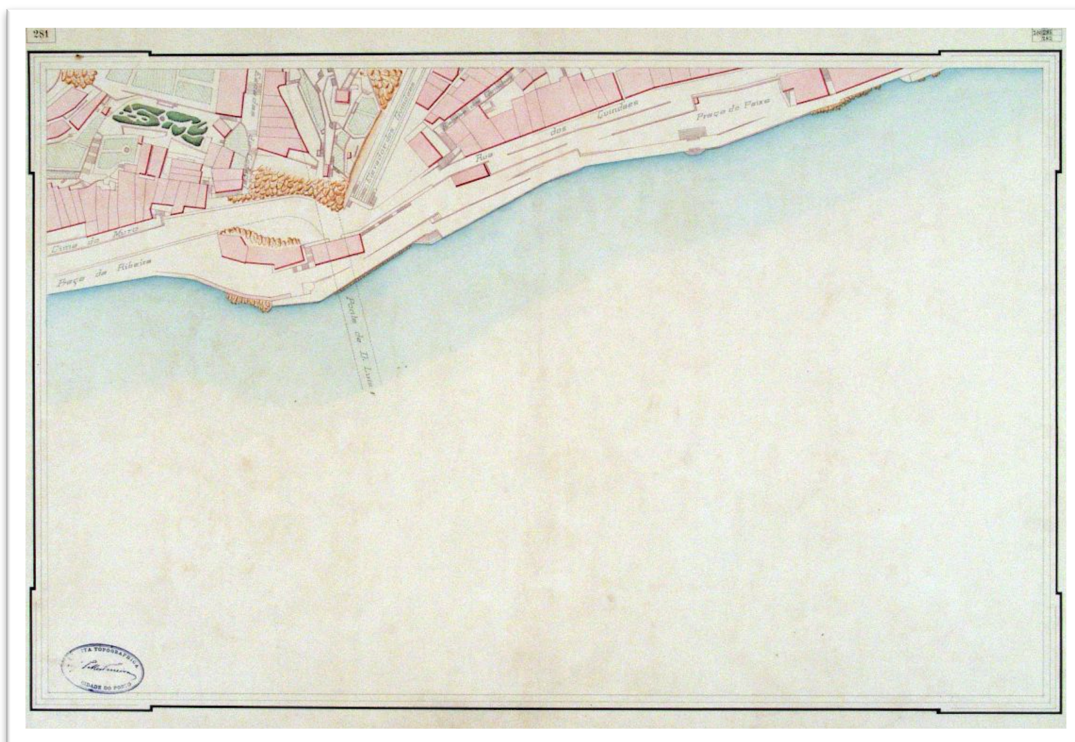


Figura 4 – Área da *Operação Santa Clara* na Carta Topográfica da Cidade do Porto de 1892 de Telles Ferreira (A.H.M.P)

Durante a visita à área que compõe a *Operação Santa Clara*, que se encontra dentro do Centro Histórico do Porto, (Figura 1), sendo esta uma das áreas de intervenção mais recorrente por parte da Porto Vivo, SRU, foram expostos todos os problemas, mas também as inúmeras potencialidades da *Operação Santa Clara*. A partir deste ponto surgiu a temática possível a desenvolver no respetivo estágio e procedeu-se a um cruzamento de interesses de ambas as partes. A instituição necessitava do máximo de elementos informativos sobre aquela área, no tempo longo, especialmente sobre o edificado e as estruturas viárias. Para isso, desenvolvemos as funções de “coletores” de informação de carácter histórico para a entidade, em conjugação com um projeto científico que formulámos anteriormente, e que se centrou na questão da infraestrutura – rua - e as questões em torno da salubridade e da água.

Na área delimitada pela *Operação Santa Clara* tivemos em consideração duas instituições e o meio em que se inscrevem, sendo elas o Convento de Santa Clara do Porto e o Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio, e a partir daqui foi desenhado um percurso de pesquisa e investigação que permitisse corresponder às solicitações.

Para isso, durante o período de estágio, e mesmo para lá do mesmo, foram fornecidos elementos à instituição que deste modo aumentou o seu acervo documental relativo a esta temática (Apêndice 1). Tendo em conta que se trata de uma empresa que desde a sua génese se volta, maioritariamente, para a reabilitação urbana, aquilo que mais lhe interessava eram elementos visuais, nomeadamente plantas. Deste modo, confirmou-se a disponibilidade no SIPA de plantas indicadas na obra de Ana Pereira¹¹, entre elas a planta geral dos terrenos e dependências do extinto Convento de Santa Clara do Porto¹², plantas e alçados do Aljube¹³ e da Igreja de Santa Clara¹⁴. Para além destas, na obra da autora supramencionada, existem ainda plantas das áreas do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge e da Associação Protetora da Infância¹⁵; deu-se conhecimento da existência, no Arquivo Distrital do Porto, do projeto de adaptação de parte do antigo Convento de Santa Clara da ampliação do edifício dos tribunais de investigação criminal

¹¹ PEREIRA, Ana Cristina – *Os Conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2007.

¹² SIPA. Mosteiro de Santa Clara/Igreja de Santa Clara Porto [Em linha.] Arquivos e Coleções. Desenhos. [Consult. 12 fev. 2015]. Disponível em WWW: <URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9341>

¹³ SIPA. Convento de Santa Clara do Porto/ Quartel da Polícia de Segurança Pública Porto. [Em linha.] Arquivos e Coleções. Desenhos [Consult. 12 fev. 2015]. Disponível em WWW: <URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5563>

¹⁴ SIPA. Mosteiro de Santa Clara/Igreja de Santa Clara Porto [Em linha.] Arquivos e Coleções. Desenhos. [Consult. 12 fev. 2015]. Disponível em WWW: <URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9341>

¹⁵ PEREIRA, Ana Cristina – *Os Conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2007. p. 133.

do Porto¹⁶; indicou-se também a existência de licenças de obras, presentes no Arquivo Histórico Municipal do Porto, que teriam todo o interesse para a instituição, entre elas, a licença de obra nº 1977/1935¹⁷, que diz respeito a um pedido de licenciamento para se mandar reconstruir parte do antigo edifício do Recolhimento do Ferro. Os assuntos presentes neste licenciamento com maior importância para a instituição são: a memória descritiva referente à obra de reconstrução e adaptação parcial do antigo edifício do Recolhimento do Ferro, situado nas escadas do Codeçal com ângulo para a Rua da Senhora das Verdades; a planta da cave; a planta dos pavimentos; a fachada principal; a fachada lateral e posterior; os cortes; a planta topográfica e finalmente os cálculos de betão armado para o prédio destinado à creche do Centro Social da Sé, a que se refere o projeto.

Este estágio curricular, desenvolvido nesta instituição, constituiu uma oportunidade de trabalho numa equipa formada maioritariamente por arquitetos e engenheiros e o contributo inicial verificou-se no dia 28 de março de 2015, Dia Nacional dos Centros Históricos, em que a *Porto Vivo, SRU* foi a entidade escolhida para desenvolver uma visita guiada, na cidade do Porto, intitulada: *Santa Clara, um problema que se transforma numa oportunidade*. O nosso contributo para a realização desta iniciativa circunscreveu-se ao fornecimento dos dados históricos essenciais para que a *Porto Vivo, SRU* conseguisse transmitir corretamente a informação sobre o contexto histórico, que caracterizava as duas instituições alvos de visita - Convento de Santa Clara e Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio - a todos aqueles que se inscreveram e demonstraram interesse por conhecer aquela realidade.

O percurso desta visita teve início no Largo 1º de Dezembro. Em seguida, fez-se uma visita à Igreja de Santa Clara, em pleno período de obras a que esta se encontra submetida; depois, já na área correspondente ao extinto Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, componente do Convento de Santa Clara, contemplou-se a Muralha Fernandina. Posteriormente, desceram-se as Escadas do Codeçal em direção à Capela e Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio, mais vulgarmente conhecido por Recolhimento do Ferro, atualmente sede do Centro Social da Sé, onde foram apresentadas as propostas que a *Porto Vivo, SRU* tenciona desenvolver naquela área.

¹⁶ A.D.P. *Governo Civil do Porto*. Inspeção, licenciamento e segurança (1611-1996). Obras públicas (1809-1963). Projetos de construção (1850-1963). Projeto de obras públicas 1912. Projeto de adaptação de parte do antigo Convento de Santa Clara à ampliação do edifício dos tribunais de investigação criminal do Porto.

¹⁷ A.H.M.P. Licença de obra nº 1977/1935, fls. 705-727.

Capítulo 2 – Questões, Métodos e Fontes

2.1. Tema, Espaço e Tempo

O primeiro aspeto a ter em consideração num trabalho de investigação é o tema, visto ser em torno dele que tudo se irá desenvolver. Em geral a escolha do tema decorre de opções que se baseiam nas leituras de bibliografia e interesses do autor. No entanto, em certos casos, a temática corresponde a desafios concretos que o meio pode proporcionar. Esta foi a limitação deste projeto, que logo à partida, tinha que corresponder aos interesses da instituição de acolhimento – *Porto Vivo, SRU*.

Numa primeira fase, o tema definido centrou-se no estudo das questões de higiene e salubridade em meio urbano, numa perspetiva de longa duração, focando essencialmente as questões de abastecimento de água, centrando o olhar nas ruas e a partir do que elas¹⁸ pudessem revelar. Porém, tornou-se necessário corresponder aos interesses da instituição de acolhimento, para que o estágio a desenvolver fizesse sentido.

A *Porto Vivo, SRU* necessitava de basear algumas das suas decisões em dados históricos válidos para uma área concreta da cidade do Porto, que está abrangida pelo que na instituição é designado por *Operação Santa Clara*¹⁹. Face ao exposto, a abordagem teve que se adaptar às circunstâncias. O assunto mantinha-se, mas numa cronologia e geografia definidas pela instituição. Um dos problemas que se coloca na gestão deste espaço, para as instituições responsáveis, é ainda hoje o da limpeza e do saneamento, o que significa que este aspeto permitiu uma ligação à temática proposta. Em contrapartida, os edifícios portadores de uma componente histórica mais acentuada, naquela área: o Convento de Santa Clara e o Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio passaram a merecer primeira atenção.

A delimitação geográfica do objeto de investigação foi o primeiro aspeto concluído. Do ponto de vista da unidade espacial parecia ser possível reconhecer nesta área características de ocupação e organização territorial próximas, se bem que mereçam alguma distinção! O espaço onde se observa o Convento de Santa Clara localiza-se a nascente do “Morro da Sé”²⁰, numa cota superior, enquanto que o Recolhimento do Ferro se localiza numa posição inferior. O primeiro

¹⁸ O projeto inicial contemplava a Rua dos Mercadores, Rua da Banharia e Rua Escura.

¹⁹ Corresponde aos 5 quarteirões delimitados pela *Porto Vivo, SRU*: 1º de Dezembro, Vimara Peres, Santa Clara, Ferro e Verdades – Figura 2, p.18.

²⁰ O Plano de Diretor da Cidade do Porto de Robert Auzelle, de 1962 demonstra esta posição. Este plano representou uma mais valia para esta área da cidade uma vez que a partir dele foi proibida a construção de qualquer arruamento que colidisse com os terrenos do Convento de Santa Clara e da Muralha Fernandina.

foi sendo “domesticado” a partir da fundação do convento, na área dos “Carvalhos do Monte”. A presença do convento e da sua cerca limitou as possibilidades de grande densidade habitacional até ao desaparecimento do convento no século XIX, mas garantiu simultaneamente cuidados e o desenvolvimento de estruturas de sustentação e proteção ao mesmo, cativando a atenção da Coroa, da Cidade e do Bispo. Estendendo-se a leste da Sé e tendo a cidade crescido vertente abaixo em direção ao rio e para oeste, trepando pelo “Morro da Vitória”, este espaço não cativou as atenções dos empreendedores urbanísticos do mesmo modo que outras áreas da cidade. Manteve-se de algum modo, apesar de dentro de muros, numa situação de periferia²¹. O espaço onde no século XVIII se instalou o recolhimento integrou-se bem mais cedo no tecido urbano e a densidade habitacional não é comparável à do espaço de Santa Clara.

Já a delimitação cronológica foi um processo feito ao longo de todo o percurso, tendo em conta o modo como a pesquisa revelou a necessidade de clarificar alguns aspetos e também pelas questões logísticas de tempo e de capacidade humana. No entanto, adiantámos que o período cronológico, que envolve este projeto, se centra entre meados do século XV e alonga-se até ao século XIX, ou seja, entre a fundação do convento e a implementação de transformações decorrentes do crescimento urbano intenso da área.

A recolha de informação que pudesse ter utilidade para os desígnios de intervenção da *Porto Vivo, SRU*, tal como atrás foram referidos, centrou-se nestes dois elementos (Convento de Santa Clara e Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio), que sobressaem no edificado da área de recuperação *Operação Santa Clara*, e tornou evidente o papel assumido pelas duas instituições neste espaço. As implicações de existência de duas comunidades específicas no tecido social local manifestaram-se ao longo do tempo de vida das mesmas, de modo bastante claro e diferenciado. Assim, as diferentes ocupações destes edifícios, ligada a diferentes funções, implicaram tutelas e proteções de particulares e entidades públicas de vária ordem. Até ao presente mais recente é notório como as valências de apoio social ligadas ao Centro Social da Sé, distribuídas por estes dois edifícios, continuam a colocar desafios ao público e ao privado. Exemplo disso, é a questão das acessibilidades, quer para utentes, quer para fornecedores.

Na documentação analisada detetou-se, entre outros aspetos, a importância crescente que a rua enquanto definidora de acesso, mas também de fronteira, assumiu para estas duas instituições.

A *rua* é um conceito passível de ser entendido à luz de vários conhecimentos científicos

²¹ RAMOS, Luís António de Oliveira (Dir.) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000; OLIVEIRA, J.M. Pereira de – *O Espaço Urbano do Porto: Condições Naturais e Desenvolvimento*. [Edição Fac-similada da edição original de 1973 do Instituto de Alta Cultura]. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

como sejam os históricos, arquitetónicos, antropológicos, sociológicos, urbanísticos, entre outros. E foi a partir das leituras realizadas que surgiram algumas das linhas que permitiram explorar aspetos do conceito. A Rua pode ser concebida do ponto de vista físico, enquanto lugar construído, via de loteamento e elemento de fronteira. Por sua vez, ao identificar-se como elemento de fronteira a *rua* adquire um sentido de poder, representando um espaço de domínio. Pode ainda ser vista como elemento paisagístico urbano, situando-se no primeiro escalão de intervenção urbana; assume também um papel social ao ser o lugar das transgressões e todas as tentações, como a prostituição, o tráfico de droga e a criminalidade. Contudo, é um espaço de interação, que permite a compreensão cultural urbana, que transforma a *rua* num ambiente de manifestação pública²².

Face ao exposto, o conceito que suscitou mais interesse foi a *rua* como parte integrante da cidade, visto ser uma forma de organização do espaço citadino; e o facto de ser também sinónimo de espaço público permite elaborar diagnósticos sobre assuntos relativos à qualidade de vida urbana, onde se inserem as questões de higiene e salubridade, ligadas essencialmente ao abastecimento de água, problemática central deste estudo.

Assim, enquanto lugar essencial na criação de uma cidade, a *rua* mostra-se um espaço versátil, agregando em si um vasto leque de funcionalidades. Além da sua utilidade em facilitar o acesso, a *rua*, ao longo dos tempos, foi desenvolvendo um papel técnico de canal de escoamento das águas pluviais e esgotos até atingir uma dimensão pública²³. Desta forma, é perceptível a ligação que as ruas têm com todo o processo de abastecimento e escoamento de águas, sendo por isso consideradas como elementos mediadores “segundo a ideia de um lugar intermédio, um espaço existente entre o construído, que tem sido uma presença constante na articulação do espaço urbano e arquitetónico nas cidades²⁴”, ou seja, um elemento que se encontra entre o edificado e a própria cidade.

No que diz respeito à arquitetura da água esta, nas suas diversas valências, representa um dos elementos mais importantes do espaço urbano, não menosprezando a ideia de que a maior parte das cidades surgem de uma ligação direta com a água. Sendo este elemento vital para a sobrevivência humana, ao longo da história, foi uma das principais preocupações dos

²² CORDEIRO, Graças Índias; VIDAL, Frédéric – *A Rua: espaço, tempo e sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

²³ TORRES, Ana Teresa Sanos – *A Rua como mediador ‘entre’ a cidade e o edifício. Uma intervenção da rua das Portas de Santo Antão ao Palácio da Anunciada*. Lisboa, 2013 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa) p. 12.

²⁴ TORRES, Ana Teresa Sanos – *A Rua como mediador ‘entre’ a cidade e o edifício. Uma intervenção da rua das Portas de Santo Antão ao Palácio da Anunciada*. Lisboa, 2013 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa) p. 3.

governantes, ou seja “a sua condução, distribuição e a respectiva manutenção das suas estruturas, que formam a parte material das duas primeiras funções, gastam uma parte substancial do orçamento, muitas vezes reduzido, que as Câmaras têm para as Obras Públicas”²⁵.

Em seguimento do exposto, é importante revelar um dos problemas que se gerou em torno do caminho central que mediava todo o espaço da *Operação Santa Clara*: o Codeçal²⁶; para desta forma se compreender a sua valência de mediação entre a cidade e o edifício; onde o primeiro é representado pelo poder público que é a Câmara Municipal do Porto e o segundo pelo Convento de Santa Clara do Porto.

A 29 de dezembro de 1535, o Dr. Luís Mendes, juiz do crime, é intimado pelo rei, através de uma carta de 17 de setembro de 1534, a ir, juntamente com os vereadores, ver o caminho que a Abadessa e as demais religiosas do Convento de Santa Clara queriam fazer, para que se lhes desse autorização para tapar um outro caminho, com um muro. O documento consultado indica que “o camynho que a dita donna Abbadeça queria serrar era hum que hia ao longuo do dito muro da cidade por de traz da capela (...) do dito mosteiro e dar outro camynho e serventia que hia por antre as porttas do dito mosteiro e hia ao longuo das cazas do dito mosteiro²⁷”. Posto isto, o juiz e os vereadores analisaram o caminho e vendo que os carros e as bestas não o usavam, por ser de má serventia, deram razão às religiosas, que o queriam tapar. Porém, o juiz, em conjunto com os vereadores, alertou a Madre Abadessa “que por rezam das agoas demxurro e chuva que vinha quando fossem pollo dito camynho levaria a terra e danaria o dito caminho que se obrigasse a correger e calçar”²⁸. Desta forma, a Abadessa teria que “calcar o dito caminho de calcada boa que comesa do canto da primeira emffermaria que estaá quoando viraõ para baixo atee o canto da primeira parede derradeira das officinas do dito mosteiro hã de calçar do canto da primeyra emffermaria atee o derradeiro cunhal da parede que ha de vir tapar para sima para o muro”²⁹. Em contrapartida, as religiosas do Convento de Santa Clara teriam que pagar perpetuamente 40 reis de foro à cidade, por um pedaço de penedia, que tomaram, com a abertura no novo caminho, e que a cidade dizia ser seu³⁰. A partir da análise deste documento conseguimos também perceber

²⁵ ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *A arquitectura da água: chafarizes e fontes do Porto dos séculos XVII e XVIII*. 1997 (Separata da Revista Polígrafa. Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão. Nº 6, 1997, p. 45-62) p. 45.

²⁶ A 26 de novembro de 1898, pelo facto de as Escadas do Codeçal ameaçarem ruína iminente, a polícia proibiu a sua utilização pelo público e aproximação do local – (s.a) – Escadas do Codeçal. Notícias. *O Tripeiro*. Série V, Ano IV (1948-1949), p. 167.

²⁷ A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 1º - 1611, fls. 87-89v.

²⁸ A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 1º - 1611, fls. 87-89v.

²⁹ A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 1º - 1611, fls. 87-89v.

³⁰ Em 24 de outubro de 1544 ainda se discutia a serventia do Codeçal. O calcetamento deste caminho ficou pelo valor de 30 000 reis às religiosas de Santa Clara - A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 1º - 1611, fls. 90-90v.

que já existem preocupações relativamente ao escoamento de águas naquela área da cidade, que serão certamente uma constante preocupação das entidades governantes, públicas e privadas, como poderemos ver no ponto 4. *A problemática da água*.

No século XVIII, uma das condições para obter a licença para a obra do novo Recolhimento passa pela obrigação de as recolhidas contruírem uma via larga e facilitadora do acesso público. Essa transformação é mesmo entendida como uma mais valia que pode ser considerada como moeda de troca no contrato entre vizinhos³¹. Desta forma, faz todo o sentido abordar a vertente mediadora que a *rua* pode desempenhar e que desempenhou, como iremos ver em seguida, ao cumprir a função de intermediária. No caso de Santa Clara é pela rua que segue um encanamento, estrategicamente pensado, para que a água chegasse desde a Póvoa de Cima até ao convento, fazendo com que, desta forma, o abastecimento de água potável fosse possível para esta comunidade religiosa. No entanto, a sua função mediadora não termina por aqui, visto a sua característica base de permitir o acesso, já por si só, poder ser entendida como um elemento de mediação, porque permite o estabelecimento de uma relação entre um ponto e outro.

Resumindo, e usando as palavras de Ana Torres “a rua está para além de um lugar de passagem e de distribuição”³².

³¹ Referido nas páginas 48-49 - BASTO, Artur de Magalhães – *O Recolhimento do Ferro*. In PEREIRA, Padre Vitorino Caetano Martins – *O Centro Social da Sé Catedral do Pôrto*. Porto: Edições Marânus, 1944. pp. 49-50.

³² TORRES, Ana Teresa Sanos – *A Rua como mediador 'entre' a cidade e o edifício. Uma intervenção da rua das Portas de Santo Antão ao Palácio da Anunciada*. Lisboa, 2013 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa) p. 3.

2.2. Estado da Arte

Como foi referido, a temática, *a rua*, enquanto estrutura de relações sociais e de poder no espaço urbano, foi explorada nos aspetos de higiene e salubridade. Por conseguinte, tornou-se fundamental desdobrar a temática em questões chave, para dar início à pesquisa de informação. As questões colocadas tinham como fim compreender se existiam e, caso assim fosse, quais eram as infraestruturas que serviam a construção do edificado ao longo das ruas no que toca ao “saneamento”, ou seja, se existia um sistema de escoamento de águas residuais e outras; se havia tubos de queda de águas; se existiam caleiras, se as tubagens se inseriam nas paredes; e finalmente, se nas ruas existiam canais ou tubagens que revelassem preocupação com drenagens. O abastecimento de água, o modo como decorria, a individualização desse abastecimento, a definição de regras, as estruturas usadas, o controlo exercido por particulares e pelo poder público conduziram um dos outros vetores de questões.

Esta forma de abordagem da problemática orientou as leituras que se seguiram, fundamentais para fazer um levantamento inicial do que sobre esta matéria já foi estudado. Numa primeira fase privilegiaram-se as leituras de carácter mais geral. A *História do Porto*, com a direção de Luís António de Oliveira Ramos³³, foi essencial, pois nesta obra a cidade do Porto é descrita desde a sua origem até ao século XX, sendo analisados aspetos políticos, económicos e sociais, onde a topografia urbana da cidade e o quotidiano citadino sobressai, fornecendo desta forma uma base de suporte para o presente estudo. Uma obra que também deu um contributo muito específico para este projeto foi a *História da Cidade do Porto*, dirigida por Damião Peres e António Cruz³⁴. Além do capítulo dedicado exclusivamente à topografia urbana da cidade, nesta obra conseguimos encontrar alguns elementos essencialmente de cariz factual, sobre os dois edifícios supramencionados, em torno dos quais gira parte da *Operação Santa Clara*.

De carácter mais específico, ligado às questões de urbanismo, salientámos a obra *O Espaço Urbano do Porto: Condições Naturais e Desenvolvimento* de J.M. Pereira de Oliveira³⁵, que foi fundamental pela tentativa de síntese relativa ao historial da evolução urbana do Porto e onde as ruas merecem a atenção enquanto elementos essenciais estruturantes do espaço urbano. Para um período mais concreto recorreremos à obra *Porto, 1763-1852: a construção da cidade entre*

³³ RAMOS, Luís António de Oliveira (Dir.) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000.

³⁴ PERES, Damião; CRUZ, António (Dir.) – *História da Cidade do Porto*. Porto: Portucalense Editora, 1962-1965. 3 vols.

³⁵ OLIVEIRA, J.M. Pereira de – *O Espaço Urbano do Porto: Condições Naturais e Desenvolvimento*. [Edição Fac-similada da edição original de 1973 do Instituto de Alta Cultura]. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

despotismo e liberalismo da Professora Anni Günther Nonell³⁶, que trata sobretudo a relação entre a gestão urbana do município do Porto e as mudanças da realidade urbana na cidade, no período de transição do Estado Absoluto para o Estado Liberal.

No entanto, estudos centrados na temática das ruas escasseiam e por tal tivemos alguma dificuldade em encontrar informações neste sentido, contudo, salientámos, os dois estudos em que nos baseámos, sendo o primeiro: *A Rua: espaço, tempo, sociabilidade*³⁷, obra interdisciplinar, visto ser construída por autores de diversas áreas do saber, desde a sociologia, a antropologia, a história e a arquitetura. E, nesta sequência, foi uma mais valia, pois através dela esclareceu-se alguns dos diversos conceitos existentes de rua, através de diferentes abordagens científicas; e o segundo *A Rua como mediador 'entre' a cidade e o edifício*³⁸, obra que tem uma abordagem na área da mediação e que trata o objeto *rua* nesse sentido.

Relativamente à problemática da água, as leituras realizadas foram maioritariamente de caráter abrangente, mas foram fundamentais para perceber a realidade em termos de higiene e salubridade da cidade. Delas destacámos as obras, fruto das grandes preocupações higienistas de finais do século XIX, princípios do século XX, que marcaram a Escola Médica do Porto, conforme se pode deduzir dos muitos títulos de dissertações produzidas na mesma, entre as quais, *Insalubridade do Porto*³⁹, *Subsídios para a hygiene da habitação: ventilação, iluminação, águas e remoção de imundícies*⁴⁰, *Águas do Porto*⁴¹ e ainda *O saneamento e a canalização dos esgotos*⁴². Sem dúvida que nem todos os autores tinham a mesma craveira intelectual e capacidade de análise. Contudo pelo facto de tratarem de assuntos que vão desde os lixos, resíduos orgânicos, questões de ventilação até ao próprio saneamento e canalização e retratarem a realidade do século XIX e inícios do século XX, ajudaram a perceber aspetos que já inquietavam as consciências científicas deste tempo, mas que ainda remetiam para situações que se prolongavam de um passado em que o conhecimento científico não obrigava a discutir essas questões. Desta forma,

³⁶ NONELL, Anni Günther – *Porto, 1763-1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.

³⁷ CORDEIRO, Graça Índias; VIDAL, Frédéric (Org.) – *A Rua: espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

³⁸ TORRES, Ana Teresa Sanos – *A Rua como mediador 'entre' a cidade e o edifício. Uma intervenção da rua das Portas de Santo Antão ao Palácio da Anunciada*. Lisboa, 2013 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa).

³⁹ ANTAS, ÁLVARO Cândido Furtado das – *Insalubridade do Porto*. Porto: Oficinas do Comércio do Porto, 1902.

⁴⁰ BRAGA, José Rodrigues – *Subsídios para a hygiene da habitação: ventilação, iluminação, águas e remoção de imundícies*. Porto: Typographia Peninsular, 1894.

⁴¹ NORONHA, Tito de Bourbon – *Águas do Porto*. Porto: Escola Médico-cirúrgica do Porto, 1885.

⁴² RICARDO, Jorge – *O saneamento e a canalização dos esgotos*. Porto: Typ a Vapor da Empreza Litteraria e Typographica, 1903.

foi de extrema importância a leitura da obra conjunta⁴³ *Contribuição para a hygiene do Porto* de que o 2º volume, dedicado, conforme o seu subtítulo, à *analyse sanitária do seu abastecimento em agoa potável*⁴⁴ e também o 3º volume centrado no *estudo sobre os poços do Porto*⁴⁵, merecem ser destacados, tendo em conta a cronologia que abordam e sobretudo porque ambos forneceram dados essenciais, para que este projeto tivesse resultados positivos, nomeadamente a indicação de fontes primárias. *O Porto e a sua evolução sob o aspeto sanitário*⁴⁶, corresponde a um trabalho de índole histórica, tentando fazer o autor uma primeira síntese no panorama historiográfico local. Mais recentemente e fruto de um trabalho académico, realçámos ainda uma dissertação de mestrado, *O abastecimento de água na cidade do Porto nos séculos XVII e XVIII. Aquedutos, Fontes e Chafarizes*, da autoria de Diogo Emanuel Pacheco Teixeira⁴⁷, que conseguiu fornecer uma noção geral do que seria o abastecimento de água na cidade do Porto, nos séculos XVII e XVIII.

A área geográfica proposta pela instituição de acolhimento, como anteriormente referimos, dispõe de dois edifícios que sobressaem entre o edificado, de profundidade temporal distintos, documentados do ponto de vista histórico e que ao longo dos tempos mereceram a atenção dos cidadãos do Porto, conferindo-lhes o estatuto de edifícios “importantes”. Deste modo, para corresponder às necessidades da instituição, que se centravam sobretudo na identificação e caracterização dos edifícios na área mencionada, foi necessária uma recolha bibliográfica que incidisse neles.

No que se refere ao Convento de Santa Clara, a primeira obra a ser consultada foi *O Mosteiro de Santa Clara do Porto: em meados do século XVIII (1730-1780)*⁴⁸, onde está presente uma abordagem social e religiosa que dá ênfase às questões da vida em comunidade e à regra que este grupo de religiosas seguia, com algumas indicações, mesmo que resumidamente, sobre o edifício do Convento e Igreja de Santa Clara. Informação especialmente pertinente para a presente investigação, que esta obra faculta, é o mapa com a despesa do último quartel do século XVIII,

⁴³ O 1º Volume é da autoria de FONTES, Adriano – *Contribuição para a hygiene do Porto: analyse sanitaria do seu abastecimento em agoa potavel. Estudo dos Mananciaes de Paranhos e Salgueiros*. Vol. 1. Porto: Escola Médico-cirúrgica do Porto, 1909. Não foi utilizado tendo em conta a área geográfica que aborda.

⁴⁴ JUNIOR, J. Bahia – *Contribuição para a hygiene do Porto: analyse sanitária do seu abastecimento em agoa potável*. Vol. 2. Porto: Escola Médico-cirúrgica do Porto, 1909.

⁴⁵ MENA, J. Carteador – *Contribuição para a hygiene do Porto: estudo sobre os poços do Porto*. Vol. 3. Porto: Escola Médico-cirúrgica do Porto, 1909.

⁴⁶ BASTO, Artur de Magalhães – *O Porto e a sua evolução sob o aspecto sanitário*. Porto: Imprensa Social, 1936.

⁴⁷ TEIXEIRA, Diogo Emanuel Pacheco – *O abastecimento de água na cidade do Porto nos séculos XVII e XVIII. Aquedutos, Fontes e Chafarizes*. Porto, 2011 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

⁴⁸ FERNANDES, MARIA Eugénia Matos – *O Mosteiro de Santa Clara do Porto: em meados do século XVIII (1730-1780)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1992.

que esclarece o número de religiosas à data e a necessidade de obras em diversos espaços do Convento, assim como o valor despendido em diversos gastos⁴⁹.

Nas várias vertentes da história que este complexo religioso possui, o que tem mais interesse para o desenvolvimento deste projeto é a sua vertente estrutural, ou seja, a sua arquitetura. Mas outros elementos são essenciais para todo o processo de contextualização histórica que permita perceber alguns dos momentos vitais do Convento de Santa Clara do Porto, como a sua fundação, os períodos de maior azáfama construtiva, a sua ocupação, algumas das transformações de que foi alvo, ao longo dos tempos, e ainda as potencialidades futuras de ocupação deste espaço. Para tudo isto, obras como *O Convento de Santa Clara do Porto. Reflexões sobre a transfiguração de um conjunto pela acção do Homem e do Tempo*⁵⁰ e *Os conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização*⁵¹ foram fundamentais, porque contêm muitas informações de cariz arquitetónico, realçando o facto de publicarem plantas dos interiores dos edifícios e o seu enquadramento textual.

Para além destas obras muito circunscritas à arquitetura do Convento de Santa Clara do Porto, e que são únicas, existe um estudo da Professora Natália Marinho Ferreira Alves, intitulado *Subsídio para o estudo artístico do convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII*⁵². Este estudo debruça-se, para além das questões ligadas à arte - núcleo central de estudo da autora – sobre os processos de obras estruturais que o Convento de Santa Clara do Porto sofreu durante os séculos XVII e XVIII. Como é costume desta autora a documentação percorrida centra-se em fontes notariais, particularmente ricas em informação.

Relativamente aos estudos sobre o Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio, ou simplesmente Recolhimento do Ferro, estes são relativamente escassos. O autor que se dedicou mais aprofundadamente ao tema foi Artur de Magalhães Basto, no seu artigo intitulado *Recolhimento do Ferro*⁵³. Neste estudo o autor faz uma análise cronológica e sequencial dos momentos-chave desta instituição, desde a sua fundação na Rua Escura ou Rua Nossa Senhora

⁴⁹ FERNANDES, MARIA Eugénia Matos – *O Mosteiro de Santa Clara do Porto: em meados do século XVIII (1730-1780)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1992. p. 31.

⁵⁰ MENDES, Justa Patrícia Martins Dias – *O Convento de Santa Clara do Porto. Reflexões sobre a transfiguração de um conjunto pela acção do Homem e do Tempo*. Porto, 2004 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto).

⁵¹ PEREIRA, Ana Cristina – *Os Conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2007.

⁵² ALVES, Natália Marinho Ferreira – *Subsídio para o estudo artístico do convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII. Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. II Série, Vol. 2, 1985. pp. 273-296.

⁵³ BASTO, Artur de Magalhães – *O Recolhimento do Ferro*. In PEREIRA, Padre Vitorino Caetano Martins – *O Centro Social da Sé Catedral do Pôrto*. Porto: Edições Marânus, 1944.

do Ferro, até à sua refundação no Codeçal, como Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio e Santa Maria Madalena.

Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, na sua obra *O Porto na época dos Almadás: arquitectura. Obras públicas*⁵⁴, dedica algumas páginas ao Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio, fazendo uma contextualização histórica do seu “trajeto” pela cidade do Porto. E, Pedro Vitorino⁵⁵ que, apesar de ser o último a ser mencionado, foi dos primeiros interessados e produtores de informação sobre este edifício religioso, dedicou um capítulo em exclusivo à *Capela de Nossa Senhora do Ferro* onde faz uma descrição desta instituição enquanto ainda estava sediada na Rua Escura e depois analisa a sua transferência para as Escadas do Codeçal. Menciona ainda a *Planta de Teodoro Souza Maldonado – Vista do Pôrto 1778*, onde se pode observar a instituição, já localizada nas escadas do Codeçal, mas com a nomenclatura anterior de Recolhimento do Ferro. Este autor também deu importância às ilustrações e por isso fez referência aos desenhos de *edifícios do Porto*, feitos em 1833, por Joaquim Cardoso Vitória Vila Nova. Porém, é de realçar que muitas das informações que este autor forneceu são mais tarde referidas por Artur de Magalhães Basto, mas com maior profundidade e detalhe.

Em suma, a partir das leituras realizadas, foi possível determinar perspectivas que dessem fundamento à questão inicial deste projeto. Para a cronologia selecionada o sistema de escoamento de águas residuais e outras era rudimentar, contribuindo assim para o atraso em questões de salubridade urbana. Por conseguinte, alimentava também focos de doenças e epidemias⁵⁶. No que se refere ao abastecimento de água, os mecanismos mais utilizados na cidade do Porto eram as fontes e chafarizes, mas também se construíram aquedutos e arcas de água, com a finalidade de abastecimento. O Convento de Santa Clara, tal qual outras entidades, procurou assegurar o abastecimento de água, adquirindo o direito a mananciais e construindo reservatórios e infraestruturas como os aquedutos⁵⁷. Ainda no seguimento do exposto, percebeu-se que grande parte das canalizações, nomeadamente as responsáveis pelo abastecimento do convento, encontravam-se obstruídas e como tal comprometiam o abastecimento, sendo relevantes as perdas de água, devido a falta de manutenção destas infraestruturas⁵⁸. Apenas no século XIX, se

⁵⁴ ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás: arquitectura. Obras públicas*. 2 Vols. Porto: Câmara Municipal, 1988-1990.

⁵⁵ VITORINO, Pedro – *Notas de arqueologia portuense*. Nº3. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1937.

⁵⁶ ANTAS, ÁLVARO Cândido Furtado das – *Insalubridade do Porto*. Porto: Oficinas do Comércio do Porto, 1902.

⁵⁷ ALVES, Natália Marinho Ferreira – Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. II Série, Vol. 2, 1985. pp. 273-296.

⁵⁸ JUNIOR, J. Bahia – *Contribuição para a hygiene do Porto: analyse sanitária do seu abastecimento em agoa potável*. Vol. 2. Porto: Escola Médico-cirúrgica do Porto, 1909.

vislumbrava o progresso nas questões relativas ao abastecimento, uma vez que já se tinha a noção que para a água ser de boa qualidade deveria correr por canos metálicos. Na cidade do Porto, chegou-se a utilizar o chumbo para a construção da canalização, que foi proibido posteriormente, passando a ser obrigatório o seu revestimento a estanho, ou o uso de ferro⁵⁹. Relativamente a quem coordenava todas estas operações de controlo da água obtivemos duas perspetivas de análise opostas. Numa primeira fase, sabe-se que coube à Mitra e ao Convento de Santa Clara coordenar todas as operações e problemas ligados ao seu abastecimento de água, uma vez que partilhavam as estruturas que faziam o transporte da água. Numa segunda fase, estava a cargo da Câmara Municipal do Porto assumir, enquanto poder público, visto ter tomado a responsabilidade do Manancial das Freiras de Santa Clara e da Mitra, a partir de meados do século XIX, mais precisamente em 1855⁶⁰.

⁵⁹ BRAGA, José Rodrigues – *Subsídios para a hygiene da habitação: ventilação, iluminação, águas e remoção de imundícies*. Porto: Typographia Peninsular, 1894.

⁶⁰ JUNIOR, J. Bahia – *Contribuição para a hygiene do Porto: analyse sanitária do seu abastecimento em agoa potável*. Vol. 2. Porto: Escola Médico-cirúrgica do Porto, 1909.

2.3. Fontes

Terminadas as leituras fundamentais chegou o momento de equacionar os possíveis produtores de informação para os respetivos assuntos. Importa, desde já, salientar que apesar de termos, inicialmente, a expectativa que a instituição de acolhimento possuía informação sistematizada, relativamente ao tema, a verdade é que esta não existia. A base de dados de que a instituição dispõe baseia-se apenas em levantamentos sociodemográficos da área descrita e estudos ao nível da engenharia e da arquitetura, o que é justificável face à necessidade de intervenção na área. O interesse em complementar esses elementos com informações no âmbito da história foi salientado pela Engenheira Margarida Guimarães, durante o primeiro encontro de trabalho.

De entre os potenciais produtores de informação evidentemente sobressaíram num primeiro momento as próprias instituições que nos propomos estudar – o Convento de Santa Clara do Porto e o Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio ou simplesmente Recolhimento do Ferro.

No universo documental existente acerca do Convento de Santa Clara do Porto, os elementos selecionados para iniciar a pesquisa foram os tomos e os roteiros de prazos, presentes no Arquivo Distrital do Porto⁶¹. Esta escolha teve por base as características destes documentos, isto porque os livros de tomo foram feitos com o intuito de tomar a propriedade e, desta forma, facultam informações precisas e detalhadas sobre o património da instituição. Já os roteiros de prazos permitem ter um acesso mais facilitado às propriedades da instituição, delimitando o espaço para a posterior consulta. Foi a partir destes roteiros de prazos que conseguimos localizar os livros de prazos úteis à investigação. Ainda no Arquivo Distrital do Porto foram contemplados mais dois tipos de documentos, encontrados através de uma incessante pesquisa nos instrumentos de descrição arquivística, pelas palavras chave, que dizem respeito ao tema⁶². Um documento dizia respeito a um Projeto de adaptação de parte do antigo Convento de Santa Clara à ampliação do edifício dos tribunais de investigação criminal do Porto, presente no fundo do Governo Civil do Porto⁶³; o segundo, voltado para o assunto da problemática da água tratava-se de um projeto de alteração do coletor geral de saneamento na estrada marginal, localizado no fundo da Administração Central Descentralizada, Direção Regional do Ambiente e do Ordenamento do

⁶¹ No A.N.T.T. existem 158 livros e 69 maços; No A.D.P. existem 69 livros, 1 maço, 26 pastas, correspondentes a 10 metros lineares.

⁶² Tais como: Convento Santa Clara, Recolhimento do Ferro, Recolhimento Nossa Senhora do Patrocínio, Codeçal, Água, Saneamento, Higiene, Salubridade ...

⁶³ A.D.P. *Governo Civil do Porto*. Inspeção, licenciamento e segurança (1611-1996). Obras públicas (1809-1963). Projetos de construção (1850-1963). Projeto de obras públicas 1912. Projeto de adaptação de parte do antigo Convento de Santa Clara à ampliação do edifício dos tribunais de investigação criminal do Porto.

Território do Norte⁶⁴. Claro que tal procedimento é problemático na medida em que grande parte da documentação não se encontra descrita ao nível do catálogo, nem há índices.

No Arquivo Nacional Torre do Tombo existe também um fundo desta instituição religiosa. Os documentos selecionados para análise foram os presentes na série nº 44, correspondente aos livros dos índices do período de 1744 a 1782, e um livro de obras de 1687 a 1690, localizado na série nº 39. Esta seleção teve por base as indicações que fomos recolhendo na bibliografia consultada, mas também porque o seu conteúdo tinha todo o interesse para este projeto: um por facilitar a localização da informação e outro por fornecer dados relativamente às intervenções no edificado.

No que diz respeito ao Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio o encontro com as fontes de informação foi mais complexo, visto o arquivo da instituição ter sido destruído⁶⁵. A primeira opção recaía sobre o fundo da Mitra da Sé do Porto, uma vez que esta instituição lhe estava vinculada. Porém, neste fundo apenas foi possível recuperar dois documentos relativos ao Recolhimento do Ferro, que não têm grande relevância para o projeto em questão⁶⁶. Deste modo, foi através do estudo de Artur de Magalhães Basto⁶⁷ que conseguimos reunir alguma documentação sobre esta instituição, já que este autor procurou sistematicamente as escrituras relativas ao recolhimento nos livros notariais do Porto. É perceptível que este autor teve uma relação de proximidade com o arquivo da instituição porque, para além dos documentos que sistematiza no final do artigo, ao longo do texto vai dando indicações de assuntos que as fontes disponíveis não abordam, sendo, um caso específico o dos Estatutos, assinados em 1790, pelo Bispo do Porto, e que não estão ao dispor dos investigadores atuais. O desaparecimento da documentação entre os anos 40 do século XX e a atualidade torna este artigo de Magalhães Basto uma fonte preciosa.

Para além de Magalhães Basto, não nos podemos esquecer de Joaquim Jaime B. Ferreira Alves⁶⁸ que igualmente contribuiu para o aumento do leque das fontes documentais, uma vez que

⁶⁴ A.D.P. *Administração Central Descentralizada. Direção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Norte*. Direção Hidráulica do Douro (1863-1985). Projetos de construção 1939-1969. Projetos de alteração do coletor geral de saneamento na estrada marginal (entre os perfis 0 e 181) – peças escritas e desenhadas.

⁶⁵ Após uma incessante busca pela documentação, que deveria existir e compor o arquivo do respetivo recolhimento, dirigimo-nos à instituição, que atualmente é sede do Centro Social da Sé do Porto, e fomos recebidas pela Dr.^a Alexandra Moura que teve a amabilidade de nos informar que o arquivo da instituição foi irremediavelmente destruído e apenas se salvou um álbum de fotografias, que se refere ao período inicial do funcionamento do centro.

⁶⁶ A.D.P. *Mitra da Sé do Porto*. Nº 49 – Correspondência acerca do Recolhimento do Ferro; A.D.P. *Mitra da Sé do Porto*. Nº 188 – Ordens do Bispo do Porto, para que recolham ao Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio várias concubinas.

⁶⁷ BASTO, Artur de Magalhães – O Recolhimento do Ferro. In PEREIRA, Padre Vitorino Caetano Martins – *O Centro Social da Sé Catedral do Pôrto*. Porto: Edições Marânus, 1944.

⁶⁸ ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás: arquitectura. Obras públicas*. 2 Vols. Porto: Câmara Municipal, 1988-1990.

indicou a existência de um contrato com os mestres pedreiros, responsáveis pela obra de pedraria, da porta da capela de Nossa Senhora do Patrocínio ou Nossa Senhora do Ferro, presente num livro notarial, localizado no Arquivo Distrital do Porto.

Num segundo plano, enquanto produtora de informação, surge a Câmara Municipal do Porto como uma instituição passível de ter criado, ao longo dos anos, informação acerca das duas instituições referidas, mas também relativamente às questões ligadas à problemática da água. As licenças de obras e as vistorias foram os tipos de documentação privilegiada visto o seu carácter ser promissor relativamente aos dados que poderiam fornecer. Os documentos selecionados, datados entre 1837 e 1935, consistem substancialmente em pedidos de licenças de obra que obtinham da parte da entidade competente, a Câmara Municipal, autorização para intervir ao nível das canalizações, tanto domésticas como públicas. Esta fonte de informação revela dados importantes uma vez que alerta para o facto da contínua deficiência das infraestruturas por onde as águas circulavam, confirmando que o abastecimento e o conseqüente escoamento de águas estavam comprometidos.

Uma das fragilidades destas fontes de informação é que estas se limitam a indicar o requerente do pedido de licença, a obra que quer executar e o pagamento que terá que fazer, seguindo-se a estes dados um despacho da Câmara Municipal que considerava a intenção de obra indeferida ou deferida. Contudo, não existe uma descrição pormenorizada da intervenção que se pretende fazer, o que torna esta fonte insuficiente em termos de informação fornecida.

Mas além destes documentos de cariz regulamentar e fiscalizador é de salientar um estudo realizado por Henrique Duarte Souza Reis, que ele caracteriza como sendo “hum novo plano sistemático, e a meu ver abreviado para mais fácil e rapidamente se conhecerem as circunstâncias relativas a qualquer porção de agoa do município”⁶⁹, onde é feita uma sùmula dos mananciais da cidade, entre os quais, os que têm particular interesse para o presente trabalho são: o manancial da Mitra e o das Freiras de Santa Clara (Apêndice 2).

O fundo de plantas do Arquivo Histórico Municipal do Porto também foi contemplado em virtude da ação planificadora da Câmara no que respeita ao urbanismo. Desta forma, teve-se conhecimento e acesso a algumas plantas que ilustravam aspetos sobre os quais o presente trabalho se debruça, entre elas uma planta relacionada com o escoamento de águas, da autoria de Theodoro Souza Maldonado (Figura 3).

⁶⁹ REIS, Henrique Duarte Souza – *Mappa sinoptico estatistico historico dos mananciaes publicos desta muito nobre, sempre leal e invicta Cidade do Porto*, 1867. Biblioteca Pública Municipal do Porto. Manuscrito n. 1316. f.5.

A consulta de fontes hemerográficas representou uma outra vertente de análise. Para esse efeito, os periódicos analisados foram *O Tripeiro* e *O Comércio do Porto*, este último muito por influência das leituras prévias, concretamente da obra de Pedro Vitorino intitulada *Notas de arqueologia portuense*⁷⁰, enquanto o primeiro por se tratar de um jornal que se debruça sobre os assuntos da cidade, fazendo todo o sentido ir em busca de informações nele.

Esta tipologia documental foi selecionada porque nela poderiam estar presentes não só notícias respeitantes às intervenções urbanísticas na cidade e que compreendessem a área de estudo em questão, mas também porque nelas poderiam existir artigos, no âmbito da história local, relacionados com os dois edifícios em que este trabalho se centra: o Convento de Santa Clara e o Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio, que permitissem esclarecer questões de períodos passados, mais precisamente dos séculos XV-XVIII.

Num outro plano, é importante ter em conta a informação prestada por autores contemporâneos nas suas descrições da cidade, como é o caso da *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*⁷¹ e dos *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*⁷². Na primeira obra extraímos algumas informações factuais sobre os dois edifícios predominantes neste projeto, as quais contribuíram para formular a contextualização histórica dos mesmos. Porém, convém ressaltar que se trata de uma obra que contém algumas gralhas históricas, mas que não deixa, por isso, de ser um elemento de apoio.

Relativamente à segunda obra, esta teve um peso significativo para a conceção da problemática da água que este estudo abrange. Além dos elementos contextuais relativos às duas instituições, como a fundação do Convento de Santa Clara do Porto e a transferência para o Codeçal do Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio, o autor alerta para diversas questões em torno da água, não remetendo, no entanto, para as fontes usadas na elaboração do contexto relativo ao abastecimento de água e respetivas quezílias entre as religiosas do Convento de Santa Clara e o Bispo do Porto.

Posteriormente, ao analisar as fontes do fundo do Convento de Santa Clara, presentes no A.D.P., deparámo-nos com algumas informações apresentadas por Henrique Duarte Sousa Reis, na obra supracitada. Assim, pelo cruzamento dos dados obtidos pela obra e pela documentação foi possível compreender certos problemas ligados ao abastecimento de água que esta instituição

⁷⁰ VITORINO, Pedro – *Notas de arqueologia portuense*. Nº3. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1937.

⁷¹ COSTA, Padre Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Oficina Alvarez Ribeiro, 1789. Disponível em WWW:<URL <http://purl.pt/22517>>.

⁷² REIS, Henrique Duarte Sousa – *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. 4 Vols. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1984.

teve de resolver ao longo dos tempos. Importa, ainda, salientar que se trata de uma obra cuja sua principal intenção é preservar a história passada da Cidade do Porto, para mais tarde ser recordada, e tendo em conta que este autor foi um dos ilustres funcionários da Câmara do Porto e produtor de uma outra fonte utilizada neste trabalho – *Mappa Synoptico estatístico-histórico dos mananciaes públicos desta antiga, muito nobre, sempre leal e invicta cidade do Porto*⁷³, tornou-se fundamental a sua consulta.

O conjunto de fontes percorridas norteou-se por critérios decorrentes do trabalho dos autores consultados e da lógica que as questões propostas implicavam.

As fontes notariais merecem particular relevo, não só por permitirem um contacto direto com os próprios autores de inúmeros eventos, que em função da importância dos mesmos se viram obrigados a recorrer a um intermediário particular, mas revestido de poder público, como também por revelarem aspetos minuciosos que não seria possível perceber noutras fontes. De qualquer modo, tornou-se muito evidente que era necessário cruzar muitos produtores de informação, desde os detentores e atores das instituições até aos poderes mais próximos que sobre elas podiam atuar (Mitra, Província Franciscana e Câmara).

As tipologias não são só variadas segundo os produtores mas também segundo as funções: desde a documentação escrita até à documentação desenhada, desde os documentos padronizados, como os tombos ou prazos ou licenças de obras ou doações, até aos documentos muito mais criativos como as crónicas da vida conventual ou memória local.

Este esforço de procura e sistematização de potenciais fontes de informação obrigou a trabalho em instituições arquivísticas várias, como os arquivos: Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo Distrital do Porto, Arquivo Histórico da Câmara do Porto, Biblioteca Nacional e Biblioteca Pública Municipal do Porto, num total de 11 fundos e 115 documentos consultados, dos quais selecionamos os 11 fundos, 62 documentos.

Em relação à crítica da fonte, pudemos aproveitar do que nesse sentido já foi escrito por diferente autores, destacando especialmente o trabalho de Maria Eugénia Matos Fernandes⁷⁴, que forneceu a indicação da existência de uma *Memória Conventual de 1796*⁷⁵, mandada fazer pela Abadessa Ana Margarida de Oliveira. Nesta memória é feita uma descrição sumária da área que compunha o convento, mas também de algumas propriedades que este era detentor, de modo a

⁷³ REIS, Henrique Duarte Souza – *Mappa sinoptico estatistico historico dos mananciaes publicos desta muito nobre, sempre leal e invicta Cidade do Porto*, 1867. Biblioteca Pública Municipal do Porto. Manuscrito n. 1316.

⁷⁴ FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *O Mosteiro de Santa Clara do Porto: em meados do século XVIII (1730-1780)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1992.

⁷⁵ A.N.T.T. *Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento Santa Clara do Porto*, liv. 3.

que ficasse tudo registado para que no futuro conhecessem a globalidade das suas propriedades. Apesar de a *Memória Conventual de 1796* fornecer uma descrição elementar do espaço em que se inseria o convento, esta é limitada do ponto de vista descritivo, dado que representativamente é muito difícil identificar os espaços mencionados devido ao complexo ter sofrido sucessivas mudanças ao longo dos tempos.

Outro trabalho relevante são os *Subsídios para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII*, de Natália Marinho Ferreira Alves⁷⁶, que indica um Livro de Obras (1687-1690)⁷⁷ e documentação presente nos Livros Notariais do Porto relativos à execução de obras no respetivo convento. A primeira fonte de informação mencionada consiste num livro onde foram registados todos os gastos com as obras efetuadas no Convento de Santa Clara, naquele período, tendo o mesmo sido feito com o intuito de agrupar todos os recibos, de forma a certificar que os pagamentos foram todos saldados. Esta fonte foi útil na medida em que forneceu informações relativas a obras feitas em canalizações, esclarecendo algumas das questões pioneiras deste trabalho. No entanto, uma fragilidade desta informação é que nem sempre fornece a descrição pormenorizada da obra que foi executada, limitando-se a expor uma súmula descrição da mesma e o respetivo valor que foi estabelecido para a sua execução. Porém, esta fonte pode ser de grande utilidade para todos aqueles que se interessem pelos assuntos económico-financeiros desta instituição religiosa.

Relativamente aos documentos presentes nos Livros Notariais do Porto, o documento com mais importância, para a temática deste trabalho, foi, sem dúvida, o contrato celebrado para a execução da obra da arca de água da Póvoa de Cima, em 1699⁷⁸. Nele são descritos todos os elementos que compõe a obra e é feita uma descrição pormenorizada da mesma. Contudo, esta fonte de informação não revela o trajeto que a água fazia desde a dita arca até ao convento, e assim não permite que se equacione um trajeto possível para a água, sendo este um dos pontos fulcrais deste trabalho, o que se traduz numa fragilidade desta fonte de informação.

É, ainda, de referir Artur de Magalhães Basto⁷⁹ como único responsável pela inventariação dos documentos notariais existentes sobre o Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio. Este autor indicou os documentos presentes nos Livros Notariais do Porto relativos à instituição

⁷⁶ ALVES, Natália Marinho Ferreira – Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. II Série, Vol. 2, 1985. pp. 273-296.

⁷⁷ A.N.T.T. *Ordem dos Frades Menores, Provincia de Portugal, Convento Santa Clara do Porto*, Livro de Obras 1687/1690, liv. 34.

⁷⁸ A.D.P. *Notarial. 6º Cartório do Porto*. 3ª Série, liv. 3C, fls. 117v-120v.

⁷⁹ BASTO, Artur de Magalhães – O Recolhimento do Ferro. In PEREIRA, Padre Vitorino Caetano Martins – *O Centro Social da Sé Catedral do Pôrto*. Porto: Edições Marânus, 1944.

supramencionada; de todos eles atribuiu-se maior importância a dois, sendo o primeiro relativo à 2ª Doação⁸⁰ feita pela benfeitora Josefa Maria ao Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio e o outro respeitante à Escritura do Morgado das Taipas⁸¹.

As tipologias documentais de ambos os documentos são distintas, tendo em conta que num caso trata-se de uma doação e no outro de uma escritura de sub-rogação e permuta, no entanto, foram selecionados pelo motivo de possuírem descrições, embora superficiais, do que compunha o dito recolhimento.

Para a questão da problemática da água nenhum documento do “inventário” feito por Artur de Magalhães Basto apresenta respostas, pois apenas estes dois supramencionados aludem à existência de uma fonte de água dentro do recinto do recolhimento, o que pressupõe que este dispunha de abastecimento de água.

Seria importante, também, possuir uma descrição pormenorizada deste edifício o que não é possível através das fontes de informação existentes, ao contrário do que acontece para o mesmo recolhimento aquando da sua localização anterior, na Rua Escura, para o qual existe uma descrição integral de tudo o que integrava a Capela e o Recolhimento da Nossa Senhora do Ferro.

Por último, destaca-se o trabalho de J. Bahia Junior⁸², que divulgou a existência do *Mappa Synoptico Estatistico-Histórico dos Mananciaes públicos desta antiga, mui nobre, sempre leal e invicta Cidade do Porto*⁸³, de Henrique Duarte Sousa Reis. Esta fonte de informação foi escrita com o intuito de melhorar o conhecimento que a Câmara Municipal do Porto tinha sobre a água da cidade. Deste modo, tornou-se um documento essencial para o trabalho desenvolvido, na medida em que realiza uma análise sobre os mananciais da Mitra e o do Convento de Santa Clara, onde explica todas as questões que surgiram relativas ao abastecimento de água; assim como descreve o trajeto que a água fazia desde a Póvoa de Cima até ao Largo da Sé do Porto. Desta forma, conseguiu-se traçar cartograficamente todo o percurso que a água fazia.

⁸⁰ A.D.P. *Notarial*. 6º Cartório do Porto. 3ª Série, liv. 66, fls. 118v-119v.

⁸¹ A.D.P. *Notarial*. 4º Cartório do Porto. 4ª Série, liv. 284, fls. 216v-220v.

⁸² JUNIOR, J. Bahia – *Contribuição para a hygiene do Porto: analyse sanitária do seu abastecimento em agoa potável*. Vol. 2. Porto: Escola Médico-cirúrgica do Porto, 1909.

⁸³ REIS, Henrique Duarte Souza – *Mappa sinoptico estatistico historico dos mananciaes publicos desta muito nobre, sempre leal e invicta Cidade do Porto*, 1867. Biblioteca Pública Municipal do Porto. Manuscrito n. 1316.

Capítulo 3 – Informação histórica e plano de reabilitação urbana para a *Operação Santa Clara*

3.1. O Convento de Santa Clara do Porto

O Convento de Santa Clara do Porto edificou-se num local designado por Campo dos Carvalhos do Monte, a nascente do “Morro da Sé”, numa cota superior e no interior da Muralha Fernandina. Esta possuía um postigo com o nome de Carvalho do Monte⁸⁴ que mais tarde, sem desaparecer completamente, foi sendo mais conhecido por lugar da Porta de Santo António do Penedo e que esteve na origem da Porta do Sol. A Porta de Santo António do Penedo tinha este nome devido há existência de uma capela, fundada no século XVI, de invocação a Santo António, construída em cima de um penedo⁸⁵ (Anexo 1). A porta foi demolida em 1786, devido ao seu estado de ruína, e passado seis anos, em 1774, João de Almada e Melo mandou construir, no mesmo sítio, a célebre Porta do Sol, com localização no terminal da atual Rua Saraiva de Carvalho, antiga Rua de Santo António do Penedo (Anexo 2). No ano de 1885, a Porta do Sol foi destruída para se abrir a Rua Saraiva de Carvalho como acesso ao tabuleiro superior da ponte D. Luís I⁸⁶ e a capela de Santo António do Penedo teve o mesmo fim, sendo demolida em 1887, dando origem, numa primeira fase, ao Largo de Santa Clara⁸⁷, atualmente Largo 1º de Dezembro.

Nesta área dos Carvalhos do Monte existiam vários aglomerados populacionais e uma considerável área de hortas, de jardins, de pomares e casas isoladas. A partir daqui, Ana Pereira levanta a hipótese de a escolha deste local estar relacionada com motivações políticas e estratégias de ocupação⁸⁸, a proteção que tinham dos muros da cidade, a sua localização junto de uma das

⁸⁴ CARNEIRO, José Augusto – Fundação do Convento de Santa, na cidade do Porto. *O Tripeiro*, Série I, Ano I (1908-1909), pp. 130-131.

⁸⁵ REIS, Henrique Duarte Sousa – *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. Vol. 1. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1984. p. 149.

⁸⁶ No decorrer do século XX até à década de 60 foram muitos os projetos urbanísticos – Gaudêncio Pacheco (1913); Ezequiel de Campos (1932); Giovanni Muzio (anos 40) - que equacionavam uma via de desvio de trânsito à saída do tabuleiro superior da Ponte D. Luís I, que afetava o convento e a muralha fernandina, esquecendo-se o valor patrimonial dos mesmos. Apenas na década de 60 com Robert Auzelle (1962), se conseguiu a valorização deste património - PEREIRA, Ana Cristina – *Os Conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2007. p. 145.

⁸⁷ REIS, Henrique Duarte Sousa – *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. Vol. 1. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1984. p. 121.

⁸⁸ PEREIRA, Ana Cristina – *Os Conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2007. p. 137-138. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadas: arquitetura. Obras públicas*. Porto: Câmara Municipal, 1988-1990. Vol. 1. pp. 226-227.

portas da cidade e ainda a sua proximidade com a Sé do Porto⁸⁹. E de ordem paisagística, tendo em conta a sua vocação contemplativa, o lugar sobre o rio Douro proporcionava às freiras uma paisagem natural favorecedora da contemplação interior.

A construção do Convento de Santa Clara do Porto iniciou-se no ano de 1416, por ordem de D. João I. A sua estrutura foi sofrendo transformações ao longo dos tempos. A planta medieval presente na Casa do Infante (Apêndice 3) mostra que no século XV o convento não possuía a mesma configuração que adquiriu *à posteriori*. Por esta planta depreende-se um edifício mais pequeno, ao redor do claustro e a igreja encontra-se posicionada a sudeste o que, tendo em conta a topografia e paisagem, privilegia a sua relação com o rio Douro⁹⁰.

Foi graças ao apoio de D. João I que “se levantaraõ as paredes do edifício da Igreja, e por isso sobre a sua porta se lhe collocaraõ as Armas Reaes, sendo o Convento construído pelas rendas do Mosteiro d’Entre os Rios, e por essa cauza caminhou vagarosa a sua obra”⁹¹ e apenas ficou concluída no ano de 1457, sendo apenas alvo de novas intervenções duzentos anos depois. Porque o aumento significativo do número de religiosas, chegando atingir números superiores a cem no século XVIII, o exigiu⁹².

No fundo do arquivo do Convento de Santa Clara, no 1º Tombo de 1611, existe uma demarcação pormenorizada do respetivo complexo religioso para o mesmo período, que nos permite ter uma sumária perceção da área que ocupava este convento⁹³. Assim, para este projeto tornou-se uma fonte de informação a considerar, do ponto de vista em que fornece dados relativos às repartições que compunham o complexo religioso, bem como a delimitação espacial do espaço ocupado pelo respetivo convento; tendo em conta que um dos objetivos da instituição de acolhimento se centrava, substancialmente, na identificação e caracterização dos edifícios históricos da área de intervenção, já mencionada, esta descrição torna-se essencial do ponto de vista em que permite ter uma rudimentar perceção da realidade espacial num período mais recuado.

Face ao exposto, no documento é mencionado que “aos tres dias do mes de Agosto do anno de mil e seiscentos e onze annos em esta cidade do Portto na serca do Mosteiro de Santa Clara

⁸⁹ MENDES, Justa Patrícia Martins Dias – *O Convento de Santa Clara do Porto. Reflexões sobre a transfiguração de um conjunto pela acção do Homem e do Tempo*. Porto, 2004 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto) p. 12.

⁹⁰ PEREIRA, Ana Cristina – *Os Conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2007. p. 139.

⁹¹ REIS, Henrique Duarte Sousa – *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. Vol. 4. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1984. p. 149.

⁹² PEREIRA, Ana Cristina – *Os Conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2007. p. 139.

⁹³ As referências à água, constantes desta memória serão discutidas no ponto 4.2 A problemática da água.

desta cidade aonde eu escrevaõ fui com o juiz do ditto tombo e com o procurador do dito convento e porteiro e o louvado Gomçallo Ferreira ao qual louvado o dito juiz mandou que fizesse a dita mediçaõ e demarcaçaõ do dito mosteiro serca e cazas e agoa a qual se fez da maneira seguinte. E logo o dito medidor louvado comesou a medir a serca do dito mosteiro polla banda de fora: da parte do Codesal do canto do muro da horta da segunda crasta com numa vara de simco palmos, correndo assi direito pelos cantos ao longo dos dormitorios e pella porta da portaria, atee chegar ao canto do muro da cidade junto com a porta do carro que vay para dentro do mosteiro o que tudo tem atee o dito canto cento e quorenta e nove varas e mea de medir pano de sinco palmos cada huma aonde no dito canto do muro: da cidade se fez huma cruz ao piquo feita pello dito medidor omde acaba de demarcar e diviza a dita serca: defronte de Santo Antonio; e loguo foraõ pella banda de dentro, da dita serca da mesma banda, do Codeçal e comesaraõ a medir com a mesma vara a dita serca: que comesa na torre grande que se sobre os Guindais aonde o dito medidor fez huma cruz no canto da dita torre com o piquo na mesma torre e esquina della e foi medida a emtestar no dito canto da crasta: segunda aonde comesou. Pella dita crasta digo polla banda de fora e tem noventa e quatro varas de maneira que toda a serca da parte da cidade e Codeçal da dita torre de sobre os Guindais atee entestar no dito muro e porta do carro do dito mosteiro defronte de Santo Antonio: omde se fez a dita cruz no muro tem tudo duzentas e quarenta e tres varas e mea e naõ se medio pella parte do muro da cidade por naõ ser necessario e dentro desta cerqua fica o dito mosteiro igreja dormitorios hortas crastas pumares árvores de fructo e sem ele casas de serventia e recolhimento dos cappelains e confessore outras pertenças e pátios e serventias emtradas e saídas tudo declarado no auto deste conhecimento dentro da qual serca vay cair agoa em tanques que nella estaõ de que se serve e uza o dito convento que he a que vem dos cazais da Povia de Sima e arquos conteúdo tudo nos seus papeis e sentenças e doacoins que no dito tombo iraõ traslladadas a quoyal mediçaõ que se fez polla parte de dentro foi em presença de Phellippa de Sancto Augostinho Brandoa que para isso deu licença por se naõ poder medir pella parte de fora por nhum modo que estar no fragido do Codeçal onde senaõ podia ir e com isto ouve o louvado esta demarcacaõ e midicaõ por bem feita e acabada e asinou com o dito juiz e procurador e a dita Abbadessa de como dava a dita licença e eu mighel pereira secrivaõ o escrevi”⁹⁴.

⁹⁴ A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 1º - 1611, fls. 10v-11v. Transcrição não completa na obra de ALVES, Natália Marinho Ferreira – Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII. In *Revista de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. II Série, vol. 2, 1985. pp. 275-276.

Neste documento é feita uma medição e demarcação do Convento de Santa Clara bem como da sua cerca, casas e água. Embora seja uma informação difícil de tratar representativamente fornece algumas informações relativas às medidas que o complexo religioso detinha naquela altura, assim como informações relativas à água, ao mencionar que existiam tanques onde caia a água proveniente dos casais da Póvoa de Sima.

Dois séculos mais tarde, aproximadamente, a Abadessa D. Ana Margarida de Oliveira, no ano de 1796, mandou redigir uma memória sobre as componentes estruturais do complexo de Santa Clara e, comparando-a com a anterior demarcação, consegue-se perceber que existem muitas mais dependências anexas a este complexo religioso. Tal situação denota uma evolução a nível estrutural. A partir desta fonte tem-se conhecimento que “o edifício deste Mosteiro consiste em hua antiga, mas muito perfeita igreja toda coberta de entailha dourada: dous coros pequenos, hum de cima, e outro de baixo, sua sancristia e dormitórios dos quaes os da sua fundação, pela sua muita antiguidade se achão bastantemente arruinados, e ameaçando ruína, por cuja cauza, e afim de a evitar se reedificarão há poucos annos fazendo nisso grandes despezas, e os outros dormitórios, que se fizerão há mais de setenta annos, se achão em bom estado, pelo grande cuidado que tem havido em os concertar, e reparar de todo necessario logo que era preciso. Tem hua cozinha, celleiro, e officinas, tudo pequeno, e do tempo de sua fundação, e pella sua antiguidade, e ruína, que ameaçavão, foy necessario há annos escorrallos com arcos de pedra, para a evitar. Tem este Mosteiro cento e trinta cellas, e as dos dormitórios de sua fundação são muito pequenos, como naquelle antigo tempo se costumavão fazer. Tem dous claustros, hum em que se sepultão as Relligiozas, que fallecem, e o outro em que se achão muitas cazinhas terreas, que servem de cozinhas particulares, por ser pequena a da comunidade, e não poderem todas as Relligiozas cozinhar nela. Também tem sua cerca pequena, bem murada de muro alto e nelle dous Mirantes, que servem para alívio, e recreação das Relligiozas, quando a Madre Abbadeça lhes dá licença para hirem a elles, pelo grande golpe de vista, de que gozão do Rio Douro, Mar e Terra em distancia de muitas legoas. Tem tambem hum hospício que fica no fim do dormitorio para a parte da porta, chamada do sol, no qual rezidem os seus Reverendos Padres Confeçor e Cappellão, e hum Donato, que serve de sanchristão da igreja”⁹⁵.

Para além desta memória descritiva outras fontes referem-se a determinados espaços dentro deste complexo religioso. Tem-se conhecimento que o convento gastava dinheiro com obras,

⁹⁵ A.N.T.T. *Ordem dos Frades Menores, Provincia de Portugal, Convento de Santa Clara do Porto*. Livro 3. (O livro não tinha numeração de fólhos, mas a parte da memória que descreve o edificio encontra-se nos primeiros 4 fólhos); FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *O Mosteiro de Santa Clara do Porto: em meados do século XVIII (1730-1780)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1992. pp. 30-31.

consertos e reedificações das casas das residências e celeiros; que não tinham oficinas suficientes para corresponder ao número de religiosas e que não tinham enfermaria. No século XVIII, o edifício chegou mesmo a ser avaliado por um mestre pedreiro, António Alves⁹⁶, e por um mestre carpinteiro, José Moreira, que alegaram que o convento precisava de obras e reedificações⁹⁷ nos seguintes locais: celeiro da maçaria, cozinha chamada dos padres, cozinha da botica, casa da roda, casa das galinhas da comunidade, dormitório chamado do rio de baixo, dormitório dos espetos, dormitório da terra nova, casa do topo (onde dormem as criadas), casa chamada de baixo (em que assistem os prelados), hospício dos padres confessores e capelães. Distintas fontes referem ainda a existência dos seguintes compartimentos: a casa de baixo, o refeitório, a casa do tanquinho, a casa de baixo do coro, a casa a par de Nossa Senhora, a casa da horta, a casa do topo, a casa de Santo António, a casa de Nossa Senhora, a casa de Nossa Senhora a de cima, a casa das lareiras, a casa dos armários do claustro, armário nas escadas da roda, armário nas escadas da porta regral para o claustro⁹⁸.

O facto de ao longo dos tempos, as habitantes do convento designarem de modo distinto os espaços não facilita a reconstituição. E em nenhum dos trabalhos consultados os autores tiveram o intuito de colocar as informações documentais (quer as descrições, quer a documentação avulsa com referências aos diferentes elementos), lado a lado. Tratando-se de um edifício que é ocupado por uma comunidade de vitalidade desigual, entre os séculos XV e finais do XIX, a forma como estas pessoas adaptaram o espaço, edificado e envolvente, aos seus objetivos, levou-as evidentemente a referenciar o mesmo com designações distintas para as mesmas realidades. Veja-se o caso da referência feita, no Tombo 1º de 1611, às “casas de serventia e recolhimento dos cappellains e confessores”⁹⁹ e a referência ao “que fica no fim do dormitorio para a parte da porta, chamada do sol, no qual rezidem os seus Reverendos Padres Confeçor e Cappelão, e hum Donato”¹⁰⁰.

⁹⁶ O mestre pedreiro António Alves na última década do século XVIII esteve encarregue da maioria das Obras Públicas, de várias categorias, mas especialmente aquedutos e fontes. Curiosamente, esteve também envolvido nas obras do aqueduto e calçada do Codeçal. As informações obtidas sobre este mestre pedreiro foram recolhidas na obra de – ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás: arquitectura. Obras públicas*. 2 Vols. Porto: Câmara Municipal, 1988-1990, pp. 245, 247, 255, 298, 376-377, 383-400, 404, 406-411, 414, 416-423, 425-434.

⁹⁷ A autora - FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *O Mosteiro de Santa Clara do Porto: em meados do século XVIII (1730-1780)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1992 – não indica a fonte de informação e não dá uma data precisa, apenas menciona que foi no século XVIII.

⁹⁸ FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *O Mosteiro de Santa Clara do Porto: em meados do século XVIII (1730-1780)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1992. pp. 31-32; PEREIRA, Ana Cristina – *Os Conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2007. p. 139-140.

⁹⁹ Referido na página 39 - A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 1º - 1611, fls. 10v-11v.

¹⁰⁰ Referido na página 40 - A.N.T.T. *Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento de Santa Clara do Porto*. Livro 3.

No século XVII, iniciaram-se algumas obras de manutenção, entre as quais: em 1657 fez-se o conserto das grades “de sobre as cadeiras do coro; em 1666 repararam-se as grades “bronzadas” da capela mor; em 1685 pianha, resplandor e cinquenta bicheiros; em 1687-1689 três santos para nichos do lavatório do dormitório “encarnados esfolados” e santos para os nichos do tanque da horta “de todo acabados e pintados”; em 1695 reformou-se a tribuna da capela mor, consertou-se todos os altares e a portaria da sacristia; em 1699 a madre abadessa Joana de Ascensão encomenda aos mestres pedreiros António da Costa e José da Costa, ambos da freguesia de Santo Ildefonso uma obra que era de grande utilidade – uma nova arca de água¹⁰¹.

Apenas nos primeiros anos de setecentos é que ocorreram obras de grande envergadura no Convento de Santa Clara do Porto. A 11 de junho de 1707¹⁰² procedeu-se à reforma do dormitório do claustro do Convento de Santa Clara, devido ao seu estado de ruína, nas madeiras e paredes. Apesar da referência não ser explícita, parece ser lícito identificar esta obra com a que é referida na Memória de 1796 - “e os outros dormitórios, que se fizerão há mais de setenta anos”¹⁰³. A obra foi arrematada pelos mestres pedreiros Sebastião Fernandes e Manuel Fernandes, habitantes na aldeia da Noeda, freguesia de Campanhã. A 6 de agosto de 1707¹⁰⁴ fez-se a obra de carpintaria, da anterior intervenção, pelo mestre carpinteiro Manoel de Sousa, morador em frente da capela de Nossa Senhora da Batalha. A 9 de dezembro de 1707¹⁰⁵ celebrou-se novo contrato no que respeita à obra de carpintaria dado o falecimento de Manoel de Sousa. Os mestres carpinteiros que lhe sucederam foram indicados por si em testamento sendo eles: Pantaleão da Fonseca e Manuel da Costa. A 12 de junho de 1708¹⁰⁶ faz-se novo contrato para dar seguimento à obra de pedraria dos dormitórios do convento, arrematada pelos mestres pedreiro Manuel Fernandes e

¹⁰¹ ALVES, Natália Marinho Ferreira – Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. II Série, vol. 2, 1985. pp. 276-277. A questão da nova arca de água será explorada no ponto 4.2 – A problemática da água.

¹⁰² A.D.P. *Notarial. 6º Cartório do Porto*. 3ª Série, liv. 12(2), fls. 68-73 - ALVES, Natália Marinho Ferreira – Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. II Série, vol. 2, 1985. pp. 289-291.

¹⁰³ Referido na página 40 - A.N.T.T. *Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento de Santa Clara do Porto*. Livro 3.

¹⁰⁴ A.D.P. *Notarial. 6º Cartório do Porto*. 3ª Série, liv. 12(2), fls. 152v-157 - ALVES, Natália Marinho Ferreira – Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. II Série, vol. 2, 1985. pp. 291-294.

¹⁰⁵ A.D.P. *Notarial. 6º Cartório do Porto*. 3ª Série, liv. 12 (3), fls. 135v-139 -ALVES, Natália Marinho Ferreira – Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. II Série, vol. 2, 1985. pp. 280-281.

¹⁰⁶ A.D.P. *Notarial. 6º Cartório do Porto*. 3ª Série, liv. 13, fls. 57-58v; A.D.P. *Notarial. 6º Cartório do Porto*. 3ª Série, liv. 13, fls. 59-60v - ALVES, Natália Marinho Ferreira – Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. II Série, vol. 2, 1985. pp. 281-283.

Sebastião Fernandes. Para a obra de carpintaria foi celebrado, no mesmo dia e ano, o contrato com o mestre carpinteiro Pantaleão da Fonseca. A 21 de fevereiro de 1714¹⁰⁷ é necessária a construção de um novo dormitório e quem assume a obra de pedraria é o mestre Manuel João, que mais tarde, em 18 de setembro do mesmo ano, se torna sócio do mestre pedreiro António da Silva. A obra de carpintaria deste novo dormitório ficou entregue ao já mencionado mestre carpinteiro Pantaleão da Fonseca.

Face ao exposto é evidente que existem três períodos marcantes no processo de construção deste complexo religioso. Até 1457 temos a construção inicial, que se manteve estável praticamente cerca de duzentos anos. O século XVII corresponde à segunda etapa, em que o edifício sofreu algumas intervenções, sobretudo nos anos de 1657 a 1695. E por fim, o século XVIII, tempo de profundas reformas, novos projetos e notável expansão, em especial o período que compreende os anos 1707 a 1715, onde se verificaram as alterações mais relevantes, sendo a área dos dormitórios a mais afetada¹⁰⁸. Conclusão, durante o século XVII foram-se fazendo pequenos acrescentos e reparos indispensáveis, tendo em conta o crescente número de religiosas¹⁰⁹, enquanto para o século XVIII foram reservadas as obras de maior envergadura, que correspondem à área norte, ao longo da muralha até à porta do Sol.

No século XIX, o Convento de Santa Clara do Porto apresentava um considerável estado de ruína e necessitava de obras urgentes. Importa perceber que no decorrer das invasões francesas o convento foi assaltado e saqueado pelas tropas napoleónicas que “chegaram a forçar a portaria e subiram até ao primeiro lance de escadas, mas retrocederam sem entrarem no “labyrintho de corredores que lhes ficava de frente”¹¹⁰ e aquando o Cerco do Porto muitas das religiosas abandonaram o convento, que sofreu graves danos devido à facilidade que representou para a artilharia¹¹¹. Para tudo isto contribuiu também o facto de, em 1834, Joaquim António de Aguiar ter extinguido as ordens religiosas, permitindo que os conventos femininos continuassem em

¹⁰⁷ A.D.P. *Notarial. 6º Cartório do Porto. 3ª Série*, liv. 16 G, fls. 71 a 73v - ALVES, Natália Marinho Ferreira – Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. II Série, vol. 2, 1985. pp. 294-95.

¹⁰⁸ MENDES, JUSTA Patrícia Martins Dias – *O Convento de Santa Clara do Porto. Reflexões sobre a transfiguração de um conjunto pela acção do Homem e do Tempo*. Porto, 2004 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto), p. 15.

¹⁰⁹ FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *O Mosteiro de Santa Clara do Porto: em meados do século XVIII (1730-1780)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1992. p. 158. MENDES, JUSTA Patrícia Martins Dias – *O Convento de Santa Clara do Porto. Reflexões sobre a transfiguração de um conjunto pela acção do Homem e do Tempo*. Porto, 2004 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto) p. 12.

¹¹⁰ PATRÍCIO, Padre J.F. – Convento Santa Clara do Torrão, em Entre-os-Rios, trasladado para a cidade do Porto. *O Tripeiro*, Série II, Ano I (1919), pp.15-17.

¹¹¹ PATRÍCIO, Padre J.F. – Convento Santa Clara do Torrão, em Entre-os-Rios, trasladado para a cidade do Porto. *O Tripeiro*, Série II, Ano I (1919), pp.15-17.

funções até à morte da sua última freira¹¹². Deste modo, o Convento de Santa Clara resistiu até 1900¹¹³ mas em grave estado de degradação e abandono porque as clarissas, já em número diminuto, foram ocupando mais o núcleo primitivo do complexo religioso e por isso as áreas mais desagregadas a este foram as que mais sofreram.

Quando o Estado tomou posse do convento foram executadas as principais reparações para se proceder à instalação de diversas corporações de beneficência e alguns serviços públicos. A 31 de janeiro de 1901 foi instalado o Dispensário da Rainha D. Amélia que ocupou o corpo norte e a antiga Casa dos Capelães; a 12 de março foi a vez do Governo Civil do Porto ocupar o claustro para adaptação a Casa de Reclusão; a 1 de setembro de 1903 as instalações em torno do pátio da igreja foram destinadas à Associação Protetora da Infância e no final da década, 17 novembro 1909, instalou-se a Confraria do Santíssimo Sacramento;¹¹⁴ nos anos 20 e 30, do século XX, o corpo sudeste foi adaptado para se instalar o Hospital de Santa Clara; posteriormente o espaço virá a ser ocupado pelo Instituto Ricardo Jorge; a igreja foi o único elemento deste complexo que em 1910 foi considerado de valor patrimonial, tendo adquirido a classificação de monumento nacional; a área sul foi o espaço onde decorreram as demolições e que depois foi composto por anexos de apoio ao edificado, que foram ocupados pelo Instituto Ricardo Jorge, e logradouro¹¹⁵.

Podemos por fim concluir que “se por um lado as reutilizações que o convento sofreu ao longo do século XX permitiram a sobrevivência das instalações até aos nossos dias, impedindo o seu abandono e destruição definitiva, por outro lado¹¹⁶” contribuíram para abalar a integridade histórica, artística e paisagística deste conjunto arquitetónico, apagando por completo os traços tipológicos da arquitetura conventual feminina de Santa Clara.

¹¹² NETO, Vítor – O Estado e a Igreja. TORRAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (Coord.) – “O Liberalismo” In MATTOSO, José (Dir.) *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. Vol. 5, pp. 265-283.

¹¹³ Dia 11 de abril de 1900 é a data do falecimento da última freira. A 16 de abril de 1900, o Conselheiro Delegado do Tesouro, José Cabral Correia do Amaral tomou posse dos bens em nome do Estado e o espólio conventual foi distribuído pelos museus de Lisboa e Porto, pela Mitra do Porto e arrematadores - PEREIRA, Ana Cristina – *Os Conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2007. p. 142.

¹¹⁴ COUTINHO, Dr. C. da Cunha – Do Mosteiro de Santa Clara do Porto: notas documentais sobre a sua extinção, 1900. *O Tripeiro*. Série V, Ano II (1946-1947), pp. 156-158.

¹¹⁵ PEREIRA, Ana Cristina – *Os Conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2007. p. 143-144.

¹¹⁶ MENDES, JUSTA Patrícia Martins Dias – *O Convento de Santa Clara do Porto. Reflexões sobre a transfiguração de um conjunto pela ação do Homem e do Tempo*. Porto, 2004 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto) p. 28.

3.2. O Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio

Na antiga Rua da Senhora do Ferro, atual Rua Escura, encontrava-se sediada a Capela da Senhora do Ferro e o seu recolhimento com a mesma designação¹¹⁷. A sua origem levanta sérias dúvidas, uma vez que são vários os autores¹¹⁸ que remetem a sua fundação para o dia 16 de março de 1681, data que se encontrava gravada na fachada da capela. Contudo, Artur de Magalhães Basto duvida desta afirmação¹¹⁹ já que o único fundamento aduzido é o da tal data na fachada da capela, muito provavelmente testemunho de alguma obra no edifício; e Henrique Duarte Sousa Reis¹²⁰ admite não se saber a data precisa da fundação desta instituição religiosa.

Ao contrário da data precisa da fundação, que é incerta, o edifício – recolhimento e respetiva capela – possui uma descrição exaustiva, feita no prazo que a Comunidade da Coraria da Santa Sé fez a Luís Pereira da Fonseca e Sá, em 17 de fevereiro de 1763¹²¹.

¹¹⁷ Em meados dos anos 40 correspondia à casa nº 63 A e B da Rua Escura - BASTO, Artur de Magalhães – *O Recolhimento do Ferro*. In PEREIRA, Padre Vitorino Caetano Martins – *O Centro Social da Sé Catedral do Pôrto*. Porto: Edições Marânus, 1944. p. 41; VITORINO, Pedro – *Notas de arqueologia portuense*. Nº3. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1937. p. 118.

¹¹⁸ Nomeadamente: VITORINO, Pedro – *Notas de arqueologia portuense*. Nº3. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1937; QUARESMA, Maria Clementina – *Inventário Artístico de Portugal*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1995.

¹¹⁹ BASTO, Artur de Magalhães – *O Recolhimento do Ferro*. In PEREIRA, Padre Vitorino Caetano Martins – *O Centro Social da Sé Catedral do Pôrto*. Porto: Edições Marânus, 1944. p. 46

¹²⁰ REIS, Henrique Duarte Sousa – *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. Vol. 4. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1984. p. 515.

¹²¹ BASTO, Artur de Magalhães – *O Recolhimento do Ferro*. In PEREIRA, Padre Vitorino Caetano Martins – *O Centro Social da Sé Catedral do Pôrto*. Porto: Edições Marânus, 1944. p. 42-45; A.D.P. *Notarial, 6º Cartório do Porto*, 4ª Série, liv. 46, fls. 79 a 81v. “Item humas cazas de hum sobrado para a parte da rua com seu portal, e nelle porta para a capella de Nossa Senhora do Ferro, que tem de cumprido de Norte a Sul medidas pello meyo treze varas e tres palmos, em que entraõ as grossuras das paredes, e de largo de nacente a poente pello norte tres varas em que entraõ as grossuras das paredes, e pello sul duas varas e dous palmos em que entraõ as grossuras das paredes, partem do nacente com a capella, do poente com cazas do cazeiro, do norte com terras deste prazo e do sul com a rua; constaõ estas cazas de huma salla de hum sobrado para a rua, a qual tem huma trebuna e janella rasgada para a capella de Nossa Senhora do Ferro para della se poder ouvir missa, e huma salla para a parte de tras no primeiro andar, e no andar de sima outra caza com suas escadas e serventia para as mesmas cazas, e tem sua logea que tem a mesma largura da salla do primeiro andar, Item mais huma caza no andar de baixo para a parte de tras que tem cumprido sete varas de Norte a Sul, e de largo de nacente a poente para o norte tres varas e meya e hum palmo, e segundo sobrado tem quatro palmos mais cumprido em que entraõ as grossuras das paredes, e ficaõ estas cazas por sima da sachristia da capella, e esta tem o mesmo cumprimento, e largura; Ytem hum pedaco de terra que fica para a parte que fica para a parte de tras que serve de retiro às mesmas cazas, que tem de cumprido de norte a Sul medido pello meyo secenta e nove palmos e meyo em que entraõ as grossuras das paredes, e de largo de nacente a poente pello norte no mais largo donde a parede fas corte vinte e dous palmos, e pello sul trinta e tres palmos e meyo em que entraõ as grossuras das paredes, e no fim no canto da parte do Norte tres palmos em que entraõ as grosuras das paredes; tem seu posso com agoa permanente, e varias videyras, e tudo izento de servidoes de vizinhancas; Ytem huma cosinha que fica para a parte de tras que serve as cazas asima medidas que tem de cumprido do norte a sul vinte e quatro palmos e meyo, e de largo de nascente a poente pello meyo dezaceis palmos em que entraõ as grosuras das paredes; Ytem um pedaco de terra que tem humas cazas que se achaõ arendadas de prezente que tem cumprido de Norte a Sul secenta e sete palmos e meyo medida pello meyo em que entraõ as grosuras das paredes, e de largo de nacente a poente pello meyo vinte e dous palmos e meyo em que entraõ as grosuras das paredes, parte do nacente com a torre que fica de tras do Corpo da Guarda, e das mais partes com terras deste prazo, e athé o prezente não tem todas estas cazas devacidaõ alguma das da vezenhanca; Ytem hum quintal que tem de cumprido medido pello meyo de norte a sul vinte e duas varas e meyo palmo em que entra a parede da parte do norte, e de largode nacente a poente pello meyo seis varas quatro palmos, e hum quarto, e pello Norte doze

Esta instituição, com larga história, é portadora de muitas estórias. A tradição alude que a Capela da Senhora do Ferro, na sua porta, tinha um ferro atravessado de ponta a ponta, tal como indica o documento supramencionado, o qual foi permitido por privilégio concedido àquela Senhora, mas devido à sua antiguidade não se tem conhecimento sobre qual monarca o deliberou. Qualquer condenado que saísse do aljube e por ali passasse e conseguisse chegar a tocar no dito ferro já não seria executado. Uma coisa é certa, que os condenados tinham que passar diante da capela em direção a Mijavelhas, onde se localizava a forca, tinham! Porém, não resta documento histórico que comprove esta realidade descrita, apenas a tradição o lembra¹²². A única certeza que existe são as sucessivas localizações da cadeia, que em 1461 ficava junta com a torre do Bispo, à Sé e, na segunda metade do século XVI, na rua Chã¹²³. Pedro Vitorino, refere ainda, baseando-se no *Santuário Mariano* de Frei Agostinho de Santa Maria, que a uma certa altura as cadeias se mudarão para junto da Porta do Olival, ou seja, a referência é à cadeia da Relação! A Relação é estabelecida no final do século XVI e oficialmente começa a funcionar no início do século XVII¹²⁴. Porém, se o destino fosse a forca de Mijavelhas o trajeto que fariam passava,

varas e hum palmo livre das paredes, e pello Sul trez varas e quatro palmos, e tem suas parreyras, horta, laranja, platano, e loureiros, confronta do nascente com a coxeira do Duque de Lafois, do poente com varios moradores da viella dos Gattos, do norte com cazas do Padre Dameaõ Nugueira, e do Sul com terras deste prazo. Ytem a Capella de Nossa Senhora do Ferro, que pertence a este prazo, que tem de cumprido de Norte a Sul seis varas e meyo palmo, e de largo de nascente a poente pello Sul quatro varas e hum quarto de palmo em que entraõ as grosuras das paredes, e pello norte o mesmo, confronta do nascente com cazas de Antonia Maria, e do poente com cazas delle cazeiro, do norte com terras deste prazo, e do sul com a rua publica, tem esta capella seu retabollo de talha dourada, e no meyo delle se acha huma ymagem pequena de Nossa Senhora do Pillar, ao lado derecho desta, e da parte do Evangelho outra ymagem da mesma Senhora de pedra grande com o titulo do Ferro, e Senhora da Esperanca, e junto deste a de Sam Caetano, e ao lado esquerdo da parte da Epistolla huma imagem grande de Sam José, e junto a esta a de Santa Joana Princeza, e na banquetta do altar huma ymagem de Christo de palmo e meyo, e para alumiaarem todas estas sagradas imagens tem huma alampada de prata grande e no meyo da mesma capella, achasse esta toda solhada, e por sima do degrão do prbisitero tem suas grades de pau preto, está toda apainellada por sima e com suas pinturas, a tribuna que tem as cazas está da parte de dentro da mesma capella com sua talha dourada, e com suas grades de madeira tambem douradas, e de frente da mesma para correspondencia está em hum trono de talha dourada huma ymagem da mesma Senhora do Ferro de madeira, e de palmo e meyo e tem suas arendellas para se lhe porem luzes nas festas, as paredes de toda a capella se achaõ com azulletejo, e por sima da porta prencepal della está hum nixo huma ymagem da mesma Senhora do Ferro de pedra, que tem seu lampiaõ para a alumiaarem os devotos, e entre as hombraes da porta da mesma capella hum ferro grande atraveçado, do qual provem o titullo a mesma Senhora, e no remate da fronteira tem seu sino metido: a sanchristia tem seu lavatorio na parede para a parte das cazas, duas frestas com grades de ferro para a parte do quintal ou retiro das cazas, e juntas ao poco dellas que servem de lhe dar lus, tem seu caixam de castanho com gavetas, onde se guarda o calix, tribullo, naveta, e galhetas tudo de prata, e os mais paramentos que tem em bom uzo, e todas as cores, alem do mais precioso que serve nas festas e por sima do caixam hum nixo de madeira de castanho em que está huma Ymagem de Christo crucificado pequeno, e tem huma guarda roupa grande, e hum caixaõ em que se poem a cera, azeite, e o mais necessario para o ornato e culto da Senhora, e finalmente na mesma sanchristia tem humas columnas de pedra inteiricas para sustentarem o pezo das cazas que se achaõ por sima della, e vaõ medidas no prazo, e por isso se declara aqui ter o mesmo cumprimento e largura dellas.”

¹²² VITORINO, Pedro – *Notas de arqueologia portuense*. Nº3. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1937. pp. 109-111.

¹²³ VITORINO, Pedro – *Notas de arqueologia portuense*. Nº3. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1937. p. 110.

¹²⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo (1580-1640): Os homens, as instituições e o poder*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1988, 2 vols. pp. 80-83.

indiscutivelmente, pelo Recolhimento do Ferro, como podemos ter percepção através da planta do Porto (Anexo 3).

O Recolhimento do Ferro, sito na atual Rua Escura, teve vários ocupantes. Artur de Magalhães Basto, no seu artigo refere que o Frei Agostinho de Santa Maria alega que entre os ocupantes estiveram o Colégio dos Meninos Órfãos, do Padre Baltazar Guedes antes de este ser transferido para a ermida da Graça, no Carmo. Informação que foi contestada pelo Padre Francisco José Patrício; refere ainda que estiveram lá também quatro moços do coro da Sé mas por pouco tempo e a eles sucederam-se umas beatas que se extinguíram porque não tinham quem as auxiliasse e por isso em 1716 já lá não estavam¹²⁵.

No início do século XVIII pensou-se em melhorar esta instituição religiosa. Uma das motivações era o facto de a rua, onde se localizava o recolhimento, ter pouca luminosidade e higiene, mas também porque a partir das casas vizinhas, principalmente das janelas do aljube, que se localizava em frente do recolhimento, se conseguia ver o interior deste, e desta forma as recolhidas sentiam-se devassadas. Posto isto, era necessário a construção de um novo edifício num lugar mais adequado¹²⁶.

Em 1729, Josefa Maria, donzela e de maior idade, doou ao Recolhimento da Nossa Senhora do Ferro a sua casa, em que vivia, no Codeçal. Desta forma, o novo recolhimento ia ser fundado nesta propriedade, num lugar airoso e alegre, abrigado do vento, com vista para o rio Douro, ou seja, numa posição privilegiada. Porém, surgiram alguns problemas, nomeadamente, com o Morgado das Taipas a quem a propriedade estava vinculada. Esta questão só se resolveu a 8 de maio de 1746 quando Josefa Maria fez nova doação¹²⁷ (Apêndice 4), com menores encargos, e onde os administradores do Morgado das Taipas, assinaram uma escritura de doação, contrato, sub-rogação e permutação a favor das recolhidas, a 16 de novembro de 1746¹²⁸ (Apêndice 5).

Na doação do dia 8 de maio de 1746 foram consideráveis as condições impostas por Josefa Maria. A doadora desejava que se erguesse “hum Recolhimento capês para melhor as ditas recolhidas servirem a Deos, e todas aquellas mulheres que arrependidas da má vida e costumes desolutos do mundo, se quisessem reduzir, e refugiar neste Recolhimento”¹²⁹; estipulou que o recolhimento era destinado a mulheres com idades compreendidas entre “quinze athe trinta anos,

¹²⁵ BASTO, Artur de Magalhães – *O Recolhimento do Ferro*. In PEREIRA, Padre Vitorino Caetano Martins – *O Centro Social da Sé Catedral do Pôrto*. Porto: Edições Marânus, 1944. pp. 45-46.

¹²⁶ BASTO, Artur de Magalhães – *O Recolhimento do Ferro*. In PEREIRA, Padre Vitorino Caetano Martins – *O Centro Social da Sé Catedral do Pôrto*. Porto: Edições Marânus, 1944. p. 46.

¹²⁷ A.D.P. *Notarial*, 6º Cartório do Porto, 3ª Série, liv. 66, fls. 118v-119v.

¹²⁸ A.D.P. *Notarial*, 4º Cartório do Porto, 4ª Série, liv. 284, fls. 216v-220v.

¹²⁹ A.D.P. *Notarial*, 6º Cartório do Porto, 3ª Série, liv. 66, fls. 118v-119v.

e bem parecidas, e que por tais servicem de mayor ruina das almas, e reformar os escandallos que deraõ com seu procedimento e virtudes christãs, que aqui vem aprender¹³⁰; admite que as recolhidas deveriam ser “regidas e governadas pelos Ilustrissimos Senhores Bispos desta cidade, que per sy, e seos ministros e officiaes o governaraõ na espirital e temporal, admitindo as e despedindo as, e castigando as como for justo, pondo lhe Regente, e mais officiaes despoticamente, fazendo-lhe seos estatutos¹³¹ por onde se governem, que observavaõ para bem de suas almas, e melhor louvassem o Deos¹³²; exigia ainda que tomasse “por sua padroeira o titular no novo Recolhimento aquelle grande exemplar de castidade Santa Maria Madalena¹³³; reivindicava por último que o recolhimento a sustentasse dando-lhe “trinta mil reis para seu sustento qual ella doadora melhor quizer, e mais lhe daraõ huã caza sobre si com sua cozinha em que possa viver com sua criada, e junto á dita caza hum apozento para duas mulheres de mayor idade, que ella doadora tem em sua companhia, viverem enquanto forem vivas, as coais poderaõ servir as ditas recolhidas no dito Recolhimento novo, no que podessem, enquanto quisessem, ser suas companheiras”.

As terras que Josefa Maria doou não eram muito amplas e por tal adquiriram-se outras casas ao lado e, deste modo, obteve-se o espaço necessário para a construção. Segundo Artur de Magalhães Basto, em 1752 fez-se o risco e a planta do edificio. Nesta mesma altura foi feita uma vistoria no Codeçal, na obra que pretendiam fazer as recolhidas do Ferro, a 20 de abril de 1752 e estipulou-se que a rua deveria ficar com a largura de dezoito palmos e que as recolhidas seriam obrigadas a ladrilhar a rua à sua custa¹³⁴. Posto isto, começou-se por fazer o paredão, para o lado do rio, e nesse preciso correr de paredão lançaram-se os alicerces para a construção do edificio.

No entanto, as recolhidas, a dada altura, acharam que seria melhor a construção ser à face da rua, no canto superior do seu terreno, para deste modo conseguirem aproveitar o quintal, para as suas hortas e pomares, mas este projeto implicava tirar a visibilidade da paisagem do rio Douro aos vizinhos. Um deles era um alferes, Domingos Pereira de Almeida, do regimento da guarnição do Porto. Este indivíduo foi interpelado por um representante das recolhidas que lhe comunicou a situação da obra. O representante explicou-lhe que a construção projetada lhe traria vantagens, sendo elas o fato de “ter a sua casa numa rua com dezoito palmos de largura, em vez da viella

¹³⁰ A.D.P. *Notarial, 6º Cartório do Porto*, 3ª Série, liv. 66, fls. 118v-119v.

¹³¹ Até 1790 o Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio não tinha Estatutos escritos. A 14 de julho de 1790, o Bispo do Porto, D. Frei João Rafael de Mendonça, aprovou-os e assinou-os. BASTO, Artur de Magalhães – *O Recolhimento do Ferro*. In PEREIRA, Padre Vitorino Caetano Martins – *O Centro Social da Sé Catedral do Pôrto*. Porto: Edições Marânus, 1944. p. 58.

¹³² A.D.P. *Notarial, 6º Cartório do Porto*, 3ª Série, liv. 66, fls. 118v-119v.

¹³³ A.D.P. *Notarial, 6º Cartório do Porto*, 3ª Série, liv. 66, fls. 118v-119v.

¹³⁴ A.H.M.P. *Obras Públicas, Vistorias*, liv. 2, fls. 365-365v.

estreita e tortuosa que era neste sitio o Codessal, pois as recolhidas cederiam terreno seu para alargamento da via publica. Passaria, além disso, o Sr. Alferes a ter Igreja ao pé da porta¹³⁵. O alferes concordou e as obras começaram, mas a 2 de outubro de 1752 foram intimados a parar porque este oficial se arrependeu de ter dado o seu consentimento. Desta forma, impôs embargos à obra alegando que ia perder as vistas sobre o rio e sobre Gaia. Este problema durou mais de dois anos, tendo o alferes acabado por perder a causa, sendo porém indemnizado em 216 000 reis¹³⁶.

A 21 de agosto de 1764 foi assinado pelos mestres pedreiros José da Costa, da freguesia de Perosinho, e António da Silva, de Leça do Balio, o termo de obrigação da obra da portaria. Nesse local ficavam as rodas e a grades para as recolhidas comunicarem com quem as procurassem. Sabe-se que a presente obra custou cento e 30 000 reis¹³⁷. É de salientar porém a referência à data de 1756 gravada sobre a padieira da porta interior no corpo da portaria do recolhimento¹³⁸ que não se sabe ao certo ao que corresponde. Indica, contudo, que entre 1752, data do processo de vistoria levado a cabo pela Câmara, e estas obras, já se tinha feito a obra essencial: a construção do edificio habitacional. Contudo, a 2 de março de 1768 deu-se lugar à obra de pedraria da igreja do Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio e Santa Maria Madalena. O contrato foi celebrado com os mestres pedreiros Manoel Fernandes Figueira, da aldeia de Mexedo, freguesia do couto de Pedroso, e Manoel dos Santos Porto, da aldeia e freguesia de Santa Cruz do Bispo¹³⁹.

¹³⁵ BASTO, Artur de Magalhães – *O Recolhimento do Ferro*. In PEREIRA, Padre Vitorino Caetano Martins – *O Centro Social da Sé Catedral do Pôrto*. Porto: Edições Marânus, 1944. pp. 49-50.

¹³⁶ BASTO, Artur de Magalhães – *O Recolhimento do Ferro*. In PEREIRA, Padre Vitorino Caetano Martins – *O Centro Social da Sé Catedral do Pôrto*. Porto: Edições Marânus, 1944. p. 51.

¹³⁷ Esta informação tem por base as indicações presentes na seguinte obra: BASTO, Artur de Magalhães – *O Recolhimento do Ferro*. In PEREIRA, Padre Vitorino Caetano Martins – *O Centro Social da Sé Catedral do Pôrto*. Porto: Edições Marânus, 1944. p. 51. Realizou-se a pesquisa sistemática nos oito cartórios notariais da cidade do Porto, presentes no Arquivo Distrital do Porto, para a data indicada, e não se conseguiu localizar o documento de termo de obrigação da obra da portaria do Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio. Deste modo levanta-se a hipótese de este documento ter sido um dos que se perdeu aquando a perda do arquivo da instituição.

¹³⁸ SERENO, Isabel - *Igreja e Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio* In SIPA [Em linha]. 2001. [Consult. 3. fev. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://monumentos.pt/Sipa/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9027>.

¹³⁹ A.D.P. *Notarial, 4º Cartório do Porto, 4ª Série*, liv. 327, fls. 5v-7v; ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás: arquitetura. Obras públicas*. Vol. 2. Porto: Câmara Municipal, 1988-1990. p. 483. “Ihe fazerem a sua nova igreja com os preços em que se ajustaraõ que sam toda a esquadria liza a sesenta reis cada palmo multiplicado no facial com a clauzulla da fas (sic) a fazer os socos ressaltiados que servem de força ao fundamento das umbreiras do portal principal e do menos principal; e a baze; arquivcurbas (sic) o palmo a oitocentos reis medido ao cumprido com ressaltos; juízo lizo a sesenta reis o palmo medido ao cumprido, collarinho e folhas de agoa tambem medido ao cumprido a cem reis o palmo, capiteis do arco da capella mor a sete mil e duzentos reis com os torneios de hua parte e outra do mesmo capitel; capiteis das suas pilastras que formaõ o extremo do corpo da igreja isto he do choro athe a presina (sic) ou arco cruzeiro a saber os do coro a seis mil e quatrocentos reis também com o torneio, e o do cruzeiro a quatro mil e oitocentos reis sem mais medição; curnija que he da ordem curintia a seiscentos reis medida ao cumprido com ressaltos, arcos do coro inferior e suprior a oitenta reis o palmo no suprefacial; arco da capella mor a cento e sincoenta reis monteplificado; arcos do cruzeiro coletraes respetivo aos da capella mor se ham de pagar a cento e sincoenta reis o palmo monteplificado conforme se medir os da capella mor e padieiras todas a oitenta reis o palmo por baixo e por sima somente e naõ pelos lados ou rentas (sic), lage a quarenta reis o palmo façado; de graõ de bucel medido ao comprido a duzentos reis o palmo tendo de largo palmo e meio; alvenaria cortando se a pedra a pólvora por

Relativamente à data da transferência das recolhidas da Rua Escura para o Codeçal, Artur de Magalhães Basto afirma que a data é uma incógnita visto que faltam elementos documentais que o comprovem, no entanto, alguns autores atestam o contrário estipulando um momento concreto: 1757¹⁴⁰. Esta data, mais próxima da acima referida, situada sobre a padieira da porta na portaria, poderá ser, ou não, a data da transferência das recolhidas para o Codeçal, mas o importante a reter é que as obras ainda continuaram por muito tempo.

Apenas a 28 de fevereiro de 1777 se iniciaram as obras da igreja¹⁴¹ e Henrique Duarte Souza Reis, na breve descrição da nova capela do recolhimento, diz que esta “he tão grande e prefeita em obras d’architectura, que bem se pode dar-lhe o nome d’Igreja, tendo externamente por adornos na porta principal collunas e frontoens d’excellente granito e perfeitamente trabalhadas, ficando ella rasgada ao lado do tempo para no fundo da capela dar logar ao choro; sobre a porta principal praticouse lhe huma alta janela rebral para dar luz ao sanctuario”¹⁴². Em 1781 foram soalhadas a capela-mor e as capelas colaterais da igreja, e só nesta altura se colocaram as portas grandes para a rua e se rebocou a parte exterior do edificio. Concluindo, levou cerca de 30 anos a ser construído este complexo¹⁴³.

Para concluir importa referir que “esta nova caza fora toda fabricada á custa da Mitra do Porto, coadjuvando a despeza o Municipio, pois a Provizaõ de 13 de Março de 1721 lhe fez mercê de 50\$000 reis annuaes pagos pelo dinheiro destinado á satisfação das Alças, e como se não cumprisse no anno de 1832, talvez por se julgar extincta esta esmola, que se desejava findasse para sempre a pedido da Camara se publicou o Decreto de 11 de Maio de 1833 que assim o determinou”¹⁴⁴. Um grande financiador da construção do novo Recolhimento de Nossa Senhora

conta dos mestres de trezentos palmos cada braça e os ditos palmos cubicos a mil e oitocentos reis, propriano de palmo e meio ou inferior a dous mil e quatrocentos reis”

¹⁴⁰ COSTA, Padre Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Oficina Alvarez Ribeiro, 1789. Disponível em WWW:< URL: <http://purl.pt/22517>>, p.124; VITORINO, Pedro – *Notas de arqueologia portuense*. Nº3. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1937. p. 119; PATRÍCIO, Padre J. F. – *Variedades. O Comércio do Porto* - 3 de novembro de 1904. SILVA, Fernando J. Moreira da – A capela de Nossa Senhora do Ferro e o perdão que era concedido aos condenados à forca. *O Tripeiro*. Série Nova, Ano X (1991), pp. 357-358.

¹⁴¹ VITORINO, Pedro – *Notas de arqueologia portuense*. Nº3. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1937. p. 120; ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época das Alçadas: arquitectura. Obras públicas*. Vol. 1. Porto: Câmara Municipal, 1988-1990. p. 115; QUARESMA, Maria Clementina – *Inventário Artístico de Portugal*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1995. p. 147.

¹⁴² REIS, Henrique Duarte Sousa – *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. Vol. 4. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1984. p. 515.

¹⁴³ BASTO, Artur de Magalhães – *O Recolhimento do Ferro*. In PEREIRA, Padre Vitorino Caetano Martins – *O Centro Social da Sé Catedral do Pôrto*. Porto: Edições Marânus, 1944. p. 52. Relativamente a intervenções no edificado, as fontes apenas revelam mais dois momentos, para além de todos os já referidos: uma licença para reconstruir parte do antigo edificio do Recolhimento do Ferro em 1935 – A.H.M.P. Licença de obra, nº1977/1935, fls. 705-727; e um pedido de licenciamento, de 1891, para a reconstrução de um lanço de muro de 6 a 8 metros, que desabou devido ao temporal – A.H.M.P. Licença de obra, nº 161/1891, fls. 81-82.

¹⁴⁴ REIS, Henrique Duarte Sousa – *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. Vol. 4. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1984. p. 516.

do Patrocínio foi o Reverendo Crispim da Rocha, a quem a Regente e recolhidas fizeram uma escritura de obrigação de pagamento, estipulando que lhe deviam 735 550 reis, com juro de cinco por cento¹⁴⁵ (Apêndice 6).

Em tempos mais próximos, nos anos de 1940, o Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio e Santa Maria Madalena, vulgarmente designado por Recolhimento do Ferro, sofreu um desmoronamento parcial, como consequência das obras de abertura do Túnel da Rua do Infante D. Henrique¹⁴⁶ (Anexo 4). E a 8 de dezembro de 1940 o recolhimento é aberto, renovado e ampliado, para a instalação do Centro Social da Sé do Porto, comportando duas ações assistenciais: a de patronato de meninas e a de sopa dos pobres. Dois anos mais tarde, em 8 de novembro de 1942, são inaugurados os serviços extras do Centro Social da Sé, de dispensário, assistência domiciliária e vestuário dos pobres e em 1956 a Junta Autónoma de Estradas encarrega-se da obra de reconstrução da igreja que tinha sido abalada nas suas estruturas¹⁴⁷.

¹⁴⁵ A.D.P. *Notarial*, 6º Cartório do Porto, 4ª Série, liv. 30, fls. 41v-42v.

¹⁴⁶ A.H.M.P. Fotografias. Cota: F-P/CMP/10/148. Consultada na plataforma Gisaweb.

¹⁴⁷ SERENO, Isabel - *Igreja e Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio* In SIPA[Em linha]. 2001. [Consult. 3. fev. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://monumentos.pt/Sipa/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9027>.

Capítulo 4 – A problemática da água

Em inícios do século XVI tornou-se mais presente a questão do abastecimento de água a Santa Clara. Tal situação, levou o rei D. João III, a 6 de abril de 1524, reclamar “se lhe poderia dar huma da sette ou oyto fontes que vem ao lavadouro da cidade porque não faria nenhuma mingoa a esse e no dito mosteiro seria grande remedio”¹⁴⁸.

A questão do abastecimento de água ao convento será assumida durante o mandato da Madre Abadessa D. Briolanja Ferraz (1491-1552) como um elemento central e estratégico. Se na carta régia D. João III colocava a hipótese de a cidade poder colaborar com o aprovisionamento em água da comunidade clarissa, outra é a hipótese trabalhada pelas freiras. A partir de uns casais localizados no lugar da Póvoa de Cima, dos quais a Mitra possuía o direito senhorio projeta-se a obra complexa e dispendiosa de trazer água ao Convento. Para esta obra¹⁴⁹ existiu uma intervenção do rei D. Manuel, a favor das religiosas, junto do Bispo D. Pedro da Costa e, desta forma, o Bispo viu-se, anos mais tarde, já durante o reinado de D. João III, influenciado e com a obrigação de fazer o prazo *fateusim* perpétuo, dos ditos casais, às ditas religiosas¹⁵⁰.

Prontamente, a 6 de junho de 1524, na cidade do Porto, a Madre Abadessa, Briolanja Ferraz, juntamente com António Correia, Desembargador do Rei e Corregedor da Comarca e Correição de Entre-Douro-e-Minho, e Miguel Dias, formalizaram o contrato sobre a água que vinha da Póvoa de Cima ao Convento de Santa Clara. Era do conhecimento real que o convento tinha necessidade de água e que existiam uns casais de Miguel Dias, junto dos muros da cidade, onde se chamava Póvoa, e que era possível, a partir daí, canalizar a água até ao convento. O rei D. João III, antes de tomar qualquer decisão, através de uma carta régia, de 5 de abril de 1524¹⁵¹, quis confirmar a real necessidade de água, que as freiras invocavam, e no seguimento desta averiguação é dito que “o mosteiro era muito carecido d’agoa porque não tinha nenhua senão de hum poço muito alto e ainda era tal de que as freiras não bebiaõ e que mandavaõ por ella muyto longe fora do dito mosteiro e que hum Miguel Dias tinha hua mea legoa da dita cidade tres casais

¹⁴⁸ A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 1º - 1611, fls. 84-84v.

¹⁴⁹ O alvará de 18 de março de 1523 refere que a obra lhes custou mais de 600 000 reis e menciona que algumas pessoas lhe abrem e partem os canos e que, deste modo, é muita a quantidade de água perdida. O juiz dos feitos cíveis da cidade deve ouvir sempre a Abadessa e as pessoas envolvidas e avisá-las, caso não cumpram são alvos de uma pena - A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 1º - 1611, fls. 181-181v.

¹⁵⁰ A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Roteiro 1º 1701-1800.

¹⁵¹ Primeiramente o Rei D. João III, a 5 de abril de 1524, quis averiguar a real necessidade de água das freiras, que lhe dizem só poderem ser abastecidas pela água proveniente dos casais da Póvoa de Cima. Porém, a 6 de abril de 1524, ou seja, um dia depois, o rei pede que forneçam água das fontes da cidade ao respetivo convento. Posto isto, é possível que exista uma incongruência de datação numa das fontes, uma vez que não seria no prazo de um dia que o monarca iria conseguir ter conhecimento da situação e tomar uma decisão relativamente ao problema exposto.

emprazados do Bispo da dita cidade (...) e que por ao dito mosteiro não podia vir agoa senão dos ditos cazais que a tinhaõ muy boa”¹⁵².

Em seguimento, o emprazamento perpétuo dos casais da Póvoa de Cima realizou-se no dia 30 de maio de 1525¹⁵³ e determinou-se que a renda seria o resultado do que todos os lavradores da Póvoa e casais pagavam a Miguel Dias nos emprazamentos de vidas que então vigoravam¹⁵⁴. O pagamento deveria ser feito no dia de S. Miguel de Setembro e, caso não o fizessem, o Bispo podia mandar quebrar os canos da água, que a Abadessa queria trazer dos ditos casais até ao seu convento. A renda ficou então estipulada no valor de 4950 reis, 6 galinhas e 3 carros de palha triga¹⁵⁵. A tomada de posse dos três casais deu-se em julho de 1525¹⁵⁶ e apenas a 22 de julho de 1534, o Bispo D. Pedro da Costa, dá autorização, ao Convento de Santa Clara, de subemprazamento dos casais da Póvoa de Cima, que constam do prazo *fateusim*, que a Mitra lhes outorgou¹⁵⁷. A apetência das freiras por esta nascente de água baseava-se no facto de existir um aproveitamento anterior desta água por parte da Mitra.

A condição imposta pela Mitra nesse primeiro contrato relativamente à necessidade dos dois encanamentos serem independentes, com uma braça de distância entre eles, altera-se rapidamente. No tempo do Bispo do Porto, D. Baltazar Limpo, o Bispo pediu ao Convento de Santa Clara autorização para deixarem vir a água no seu aqueduto, para a fonte da Sé e do seu Paço, pois fazia muito tempo que a água não chegava lá, uma vez que os canos se encontravam danificados. As religiosas anuíram¹⁵⁸ e assim, deste modo, a Mitra ficou com a responsabilidade perpétua de consertar os canos, quando fosse necessário e à sua inteira custa, desde o sítio onde entra a água da arca da Mitra até onde se aparta a do convento, que é ao Postigo da Capela de Santo António do Penedo (Anexo 5). As freiras de Santa Clara tinham ainda a possibilidade de poderem mandar partir o cano da água, caso o Bispo não cumprisse o contrato e podiam ainda reivindicar uma pena de 1000 cruzados de ouro mas antes de o mandar partir tinham que dar conhecimento ao Bispo do que se passava¹⁵⁹. A escritura deste contrato foi celebrada a 15 de

¹⁵² A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 1º - 1611, fls. 84v-87.

¹⁵³ A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 1º - 1611, fl. 75v-78v.

¹⁵⁴ Os casais da Póvoa de Cima que as religiosas de Santa Clara queriam faziam parte de uma propriedade vendida por Maria Correia a Miguel Dias de Lemos, cidadão do Porto. Este renunciou à terceira vida do seu prazo, com consentimento do Bispo D. Pedro da Costa, a favor das religiosas - A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 1º - 1611, fls. 78v-83.

¹⁵⁵ A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 6º, fls. 209-218v.

¹⁵⁶ A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 1º - 1611, fls. 83-83v.

¹⁵⁷ A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 1º - 1611, fls. 83v-84.

¹⁵⁸ Mediante autorização régia que chegou por carta a 6 de julho de 1537 - REIS, Henrique Duarte Souza – *Mappa sinoptico estatistico historico dos mananciaes publicos desta muito nobre, sempre leal e invicta Cidade do Porto*, 1867. Biblioteca Pública Municipal do Porto. Manuscrito n. 1316, fl. 63.

¹⁵⁹ A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 6º, fls. 209-218v.

junho de 1537, nas notas do tabelião Gaspar de Couros e o rei D. João III agradeceu, por carta régia, à Abadessa, a 26 de junho de 1537¹⁶⁰. Posteriormente, em agradecimento desta mercê aprovou ao mesmo Bispo moderar as condições estipuladas no empenhamento de 30 de maio de 1525, pela escritura lavrada em 16 de junho de 1537, reduzindo também o foro anual desde essa data em diante para a quantia de 2950 reis e os três carros de palha triga¹⁶¹ e as 6 galinhas¹⁶².

A 3 de agosto de 1611 foi realizada uma medição e demarcação¹⁶³ do convento, cerca, casas e água, onde é referido que “vay cair agoa em tanques que nella estão de que se serve e uza o dito convento que he a que vem dos cazais da Póvoa de Sima”¹⁶⁴. A partir desta informação percebemos que o contrato estabelecido entre a Mitra e o Convento surtiu efeito e o abastecimento de água está a ser executado. No entanto, já no período de regência da Madre Abadessa Maria dos Reis, a 18 de março de 1683, fez-se uma citação de D. Fernando Correa de Lacerda, Bispo do Porto, por causa de um concerto que se tornou necessário e fez-se o lançamento do contrato, na altura no livro de notas do tabelião António Rodrigues de Madureira, entre o Bispo Baltazar Limpo e o Convento de Santa Clara¹⁶⁵. E em resultado deste concerto fez-se uma representação das duas medidas ou registos de água, que foram lançados juntamente com a escritura, para não existirem dúvidas posteriores relativamente às medidas de água (Anexo 6)¹⁶⁶.

A partir do Livro de Obras 1687/1690, onde estava inserido um recibo de pagamento de João Vieira, morador na freguesia de Santo Ildefonso, datado de 25 de agosto de 1687, tivemos conhecimento de uma empreitada que este realizou, no Convento de Santa Clara, relativamente à canalização. A obra consistia em mudar o cano da água do convento pela parte de fora das casas dos padres até o introduzir nas casas velhas e também em fazer um cano desde a repartição da água até ao refeitório do convento. Toda a presente obra ficou pelo preço de 10 000 reis¹⁶⁷.

Na mesma fonte¹⁶⁸ há várias alusões a obras que remetiam para o chafariz existente no pátio do Convento de Santa Clara (Anexo 7). A primeira referência indicava que um picheleiro fez o

¹⁶⁰ REIS, Henrique Duarte Sousa – *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1984. Vol. 4, p. 150.

¹⁶¹ REIS, Henrique Duarte Souza – *Mappa sinoptico estatistico historico dos mananciaes publicos desta muito noble, sempre leal e invicta Cidade do Porto*, 1867. Biblioteca Pública Municipal do Porto. Manuscrito n. 1316, fl. 63. Neste documento é referido que a renda se fica pela quantia de 2950 reis e os 3 carros de palha riga.

¹⁶² A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 6º, fls. 209-218v. Neste documento é referido que a renda se fica pela quantia de 2950 reis e as 6 galinhas.

¹⁶³ Assunto tratado no ponto 3.1 O Convento de Santa Clara.

¹⁶⁴ A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 1º - 1611, fls. 10v-11v.

¹⁶⁵ A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 6º, fls. 209-218v.

¹⁶⁶ A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Prazos e Sentenças, liv. 8, fl. 39.

¹⁶⁷ A.N.T.T. *Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento de Santa Clara do Porto*. Livro de obras 1687/1690, liv. 34, fl. 2v.

¹⁶⁸ A.N.T.T. *Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento de Santa Clara do Porto*. Livro de obras 1687/1690, liv. 34.

cano para o chafariz, em estanho, e que este trabalho custou às religiosas a quantia de 1200 reis¹⁶⁹. Em 1 de julho de 1680, é referida a obra do chafariz e lavatório do dormitório que a Abadessa encomendou pelo preço de 65 000 reis¹⁷⁰. Apesar de as constantes intervenções neste equipamento, que certamente era de grande utilidade às religiosas, foi apenas na década de 30, do século XX, já após a extinção do convento, que a DGEMN, intervindo no edifício, resolveu proceder à demolição deste chafariz, resolvendo preservar o chafariz do claustro do convento (Anexo 8)¹⁷¹ (Apêndice 7), colocando-o junto das instalações onde funcionaram o Hospital de Santa Clara e posteriormente o Instituto Ricardo Jorge.

As questões em torno da água eram uma constante no seio desta instituição religiosa e, como tal, no ano de 1699, a Madre Abadessa Joana de Ascensão encomendou, aos mestres pedreiros António da Costa e José da Costa, ambos moradores na freguesia de Santo Ildefonso, uma obra de grande complexidade, mas muito útil: uma nova arca de água (Apêndice 8)¹⁷². A anterior encontrava-se em mau estado e a quantidade de água que chegava até ao convento era deficitária; desta forma, era necessária e urgente uma obra desta envergadura. Assim, a 12 de junho do mencionado ano, a obra foi arrematada pelo valor de 59 000 reis, sendo pagos 24 000 no ato da escritura e o resto em duas vezes. O período estipulado para a execução da obra ficou fixado nos dois meses, sob pena de os empreiteiros perderem 20 000 reis, caso não cumprissem o prazo estipulado.

Durante a regência da Abadessa D. Leonor Teresa de Sousa, foi necessário fazer-se um novo dormitório “que ellas prezizam para comodo de sua melhor abitação”¹⁷³, na parte que ia desde a portaria em direção ao postigo de Santo António do Penedo, próximo da muralha fernandina¹⁷⁴. Esta obra obrigou as religiosas de Santa Clara a fazerem um contrato de amigável composição¹⁷⁵, a 9 de junho de 1714, com o Colégio de S. Lourenço, uma vez que a dita obra

¹⁶⁹ A.N.T.T. *Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento de Santa Clara do Porto*. Livro de obras 1687/1690, liv. 34, fl. 7v.

¹⁷⁰ A.N.T.T. *Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento de Santa Clara do Porto*. Livro de obras 1687/1690, liv. 34, fl. 10.

¹⁷¹ COUTINHO, Bernardo Xavier – *Fontes e Chafarizes do Porto: a prepósito de um problema de toponímia*. Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. Vol. XXXII, Fascs 3-4. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1969, p. 24.

¹⁷² A.D.P. *Notarial. 6º Cartório do Porto*. 3ª Série, liv. 3C, fls. 117v-120v. ALVES, Natália Marinho Ferreira – Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. II Série, vol. 2, 1985. pp. 288-289.

¹⁷³ A.D.P. *Notarial. 6º Cartório do Porto*. 3ª Série, liv. 16H, fls. 167v-168v.

¹⁷⁴ ALVES, Natália Marinho Ferreira – Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. II Série, vol. 2, 1985. pp. 284-285.

¹⁷⁵ A.D.P. *Notarial. 6º Cartório do Porto*. 3ª Série, liv. 16H, fls. 167v-168v.

“nam pode ahy fabricar sem ser sobre o arco a direitto que da fonte das Fontainhas¹⁷⁶ vay pello dito citio para o dito collegio”¹⁷⁷. Na celebração deste contrato foram estabelecidos alguns pontos a ter em consideração, tais como: “que ellas ditas senhora Abbadeça e mais rellegiozas do dito Mosteiro de Santa Clara se obrigam per sy e por suas successoras e todos os bens de seu convento, a fazerem huma abobada no destrito que ocupa o dito edeficio a respeito do acoeduto capas e premiavel com altura suficiente para quoaquer official de semelhantes fabricas posam sem dificuldade rever o dito canno¹⁷⁸ e lhe fazer todos os consertos necesarios com seus serventes, no cazo que se aruinar ou imtupir”¹⁷⁹; fazerem uma porta “no arco que ja se acha feito na parede mestra pera este mesmo effeito (...) cuja chave se entregará ao dito Collegio, para uzar della toda a ves que lhe pareser, para a reforma do arcaduto (...) será por conta do mesmo Collegio”¹⁸⁰; a “dita porta interior ou exterior como melhor pareser aos officiaes faram as ditas rellegiozas huma claraboya semelhante a que fiqua de bayxo do dito edeficio capas, de deser a escada, por onde sereão vier a consertar o dito arcaduto”¹⁸¹; e por fim “a porta de serventia para elles será ao nivel da calçada que vay para a portaria do dito seu convento na altura e porposam necessaria para o melhor ser a contia e expedisam do dito acaduto¹⁸², de que nesta forma se contrataram e obrigaram dar comprimento de tudo sobredito”¹⁸³.

Na secção de correspondência do periódico *O Tripeiro* é referido a existência de um túnel,

¹⁷⁶ Informação que demonstra existir ainda no século XX um canal de abastecimento de água que interferia com o Largo de Santa Clara - José Geraldo da Silva Sardinha, encarregado do Seminário Episcopal do Porto, pede licença à Câmara Municipal para reparar e desobstruir a canalização de água, que das Fontainhas vinha para o mesmo seminário. Para isso precisava de levantar o pavimento da rua, no local de três ou quatro junções do cano, que se encontravam cobertas, desde o passeio das Fontainhas até ao Largo de Santa Clara, para assim fazer a limpeza necessária dos tubos de ferro e cano. A.H.M.P. Licença de obra nº 180/1903, fls. 322-324.

¹⁷⁷ A.D.P. *Notarial. 6º Cartório do Porto. 3ª Série*, liv. 16H, fls. 167v-168v.

¹⁷⁸ Num prazo que o Mosteiro de Santa Clara fez a D. Jerónima Luísa Magalhães, a 21 de novembro de 1780, de um quintal com casas, localizado na Rua do Codeçal, é dito que “corre hum cano de agoa que vay para o collegio hoje Convento dos Rellegiozos Agostinhos Descalços” – A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto. Prazos e Diversos Títulos*, nº 27, fls. 191-203. Porém, a 15 de maio de 1679, num auto de reconhecimento que Manoel Rebelo fez relativo ao quintal e casas do Codeçal é referido também que “atravessa que he muito apertada e por ella vay o cano da agoa pera o collegio da companhia de Jezus” - A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto. Tombo 1º - 1678*, fls. 75v-81. Este último documento é muito anterior ao da composição de 9 de junho de 1714, realizada pelo Convento de Santa Clara com o Colégio de S. Lourenço, o que mostra que este percurso de água já existia anteriormente.

¹⁷⁹ A.D.P. *Notarial. 6º Cartório do Porto. 3ª Série*, liv. 16H, fls. 167v-168v.

¹⁸⁰ A.D.P. *Notarial. 6º Cartório do Porto. 3ª Série*, liv. 16H, fls. 167v-168v.

¹⁸¹ A.D.P. *Notarial. 6º Cartório do Porto. 3ª Série*, liv. 16H, fls. 167v-168v.

¹⁸² É mencionado que corria um aqueduto sobre arcos e que fornecia água ao Convento de Santa Clara e à fonte do Colégio de S. Lourenço da Companhia de Jesus na obra de TEIXEIRA, Diogo Emanuel Pacheco – *O abastecimento de água na cidade do Porto nos séculos XVII e XVIII. Aquedutos, Fontes e Chafarizes*. Porto, 2011 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto) p. 58. Informação baseada na fonte *Memória das fontes que tem a cidade do Porto*, de Baltazar Guedes, de 1669.

¹⁸³ A.D.P. *Notarial. 6º Cartório do Porto. 3ª Série*, liv. 16H, fls. 167v-168v. Existe ainda referência a uma escritura de alienação com data de 22 de outubro de 1865, com o encargo de se continuar com a servidão do cano de água para os religiosos do Colégio, ou seja, do aqueduto que, das Fontainhas, desde o século XVI conduzia água para o Convento dos Grilos – (s.a) - Rua da Senhora das Verdades. *O Tripeiro*, Série V, Ano X (1954-1955), p. 149.

no Largo de Santa Clara, que foi descoberto quando a Câmara Municipal mandou ajardinar o espaço. O mencionado túnel ficava no passeio junto ao muro daquele largo e as escadas que davam acesso ao mesmo foram tapadas com uma porta de ferro, mandada colocar pela Câmara Municipal¹⁸⁴. Será este túnel o que restava da obra, executada pelas religiosas, que encaminhava a água até ao Colégio de S. Lourenço? A área, onde foi encontrado o túnel, corresponde, grosseiramente, à área onde foi construído o novo dormitório e a indicação da existência das escadas para acesso ao respetivo túnel não poderá fazer corresponder às escadas, supramencionadas, que facilitavam o acesso ao aqueduto para necessárias reparações? Todas estas informações são hipóteses levantadas através do que as fontes nos foram revelando, não dando, no entanto, certezas concretas.

As menções às fontes da Sé, Fontainhas, Batalha e Colégio assim como os pontos de acumulação de água que constam das descrições da cerca do Convento de Santa Clara configuram uma rede densa de pontos de água neste espaço. No apêndice 2 relativo a uma cronologia posterior não só se continuam a mencionar estes pontos de água como se indicam, no espaço imediatamente vizinho - na freguesia de Santo Ildefonso, o espaço cortado pelo aqueduto entre a Póvoa de Cima e o Convento (adiante descrito) – as fontes da Firmeza, Trindade, Canavarro, Bolhão, Santo Ildefonso. O crescimento urbano fez valorizar estas disponibilidades de água de modo muito evidente conforme se lê no *Mappa sinoptico estatistico historico dos mananciaes publicos desta muito nobre, sempre leal e invicta Cidade do Porto*, de 1867 de Henrique Duarte Souza Reis¹⁸⁵.

Foram consideráveis as quezílias em torno da água e prova disso é que a 2 de agosto de 1754, a Abadessa do Convento de Santa Clara do Porto exige que Pascoal André não lhe roube água do dito lugar da Póvoa que vinha para o Convento. Este indivíduo era acusado de tirar água do aqueduto das religiosas de Santa Clara, assim como da sua arca no lugar da Póvoa e de fundar poços. Isto representava um grande prejuízo para o convento e as religiosas alertaram para a necessidade deste homem ser preso e, na cadeia, se comprometer a não tirar mais água do aqueduto e a “não fazer covas, para onde a água se pudesse verter”. Caso a situação se voltasse a repetir aplicava-se uma pena de dois mil cruzados e cinco anos de degredo¹⁸⁶.

Durante o ano de 1759, a Madre Abadessa, Madalena Maria, teve necessidade de mandar redigir uma memória da água¹⁸⁷ (Apêndice 9), devido às dúvidas levantadas pelo então Bispo do

¹⁸⁴ POLÍCIA, Delfim – Largo de Santa Clara. Correspondência. *O Tripeiro*. Série III, Ano I (1925-1926), p. 288.

¹⁸⁵ REIS, Henrique Duarte Souza – *Mappa sinoptico estatistico historico dos mananciaes publicos desta muito nobre, sempre leal e invicta Cidade do Porto*, 1867. Biblioteca Publica Municipal do Porto. Manuscrito nº 1316, fl. 63v.

¹⁸⁶ A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Prazos e Sentenças, liv. 8, fls. 76-92v.

¹⁸⁷ A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Roteiro 1º 1701-1800; A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Prazos e Sentenças, liv. 8, fl. 35-38.

Porto, D. António de Sousa, que não queria concertar o aqueduto que trazia a água da Póvoa de Cima, dos casais chamados dos Lobos. Perante tal situação fez-se um mapa de medição de uma pena de água até uma manilha, para não haver dúvidas futuras relativas à medição da água (Anexo 9)¹⁸⁸. Doze anos mais tarde, a Madre Abadessa do Convento de Santa Clara vê-se na obrigação de mandar concertar todo o cano de água da Póvoa de Cima, à custa da Mitra, por onde vinha a água para o chafariz da Sé, juntamente com a que vinha para o convento, tendo por base o contrato centenário celebrado entre o Bispo D. Baltazar e o convento. O requerimento feito pela Abadessa à Mitra a solicitar o concerto do aqueduto, datado de 5 de junho de 1771, foi indeferido¹⁸⁹. Tendo em conta a resposta dada ao seu pedido, a Madre Abadessa tornou a insistir com um novo requerimento, desta vez com a data de 17 de julho de 1771, alegando que o aqueduto se encontrava quebrado em várias partes e salientou que a Mitra era obrigada a proceder a este concerto sempre que fosse necessário, face ao contrato celebrado em tempos com o convento. As religiosas consideravam ser uma despesa módica e de grande utilidade para a cidade e bem comum, mas diziam estar proibidas pelo rei de gastar dinheiro neste assunto. Tal situação afetava o convento, que se via com falta de água, e caso a Mitra não regularizasse a situação as religiosas de Santa Clara tinham o poder de mandar tapar o cano de água que ia para o chafariz da Sé, o que não queriam, nem podiam fazer, sem comunicar esta situação ao Bispo¹⁹⁰. Este segundo requerimento teve um impacto contrário ao primeiro e foi deferido pela Mitra, que assumiu a responsabilidade pelos reparos necessários.

Com o passar do tempo, e desde o falecimento do Bispo D. João de Magalhães e Avellar (1816-1833¹⁹¹), deixou-se de cuidar sistematicamente das reparações do encanamento¹⁹², que se encontrava ao encargo da Mitra. A água que chegava ao Convento de Santa Clara era relativamente pouca e a Fonte do Largo da Sé não recebia nenhuma. Dada a situação, o Bispo D. António Bernardo da Fonseca Moniz (1854-1859¹⁹³), em consonância com as freiras do Convento de Santa Clara do Porto, decidiu oferecer à Câmara Municipal do Porto as águas pertencentes a ambas as instituições religiosas, reservando as porções de água que necessitavam¹⁹⁴. Esta doação

¹⁸⁸ A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Prazos e Sentenças, liv. 8, fl. 40.

¹⁸⁹ A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Prazos e Sentenças, liv. 8, fl. 75.

¹⁹⁰ A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Prazos e Sentenças, liv. 8, fl. 74.

¹⁹¹ Período em que exerceu funções.

¹⁹² A.H.M.P. Licença de obra nº 92/1837, fl. 26 - nesta licença é referido pela Abadessa e religiosas de Santa Clara que há dias que têm falta de água.

¹⁹³ Período em que exerceu funções.

¹⁹⁴ No entanto, em 21 de maio de 1885 a Madre Abadessa do Convento de Santa Clara, representada pelo seu procurador geral, junto da Câmara Municipal, alega necessitar de perfurar uma porção de terreno junto à parede do seu convento, desde a parte do Hospício até ao canto frente ao portão da entrada, sem que por algum motivo estorvasse o público. Tudo para poderem introduzir na terra e parte no antigo encanamento um cano de chumbo, que conduza parte da sua água, que anda extraviada pela ruína dos antigos canos - A.H.M.P. Licença de obra nº 46/1885, fls. 214-215.

foi validada por um contrato, celebrado entre as partes, a 31 de maio de 1855, anteriormente aprovado pelo Conselho do Distrito a 2 de abril e confirmado por Decreto a 16 de junho¹⁹⁵.

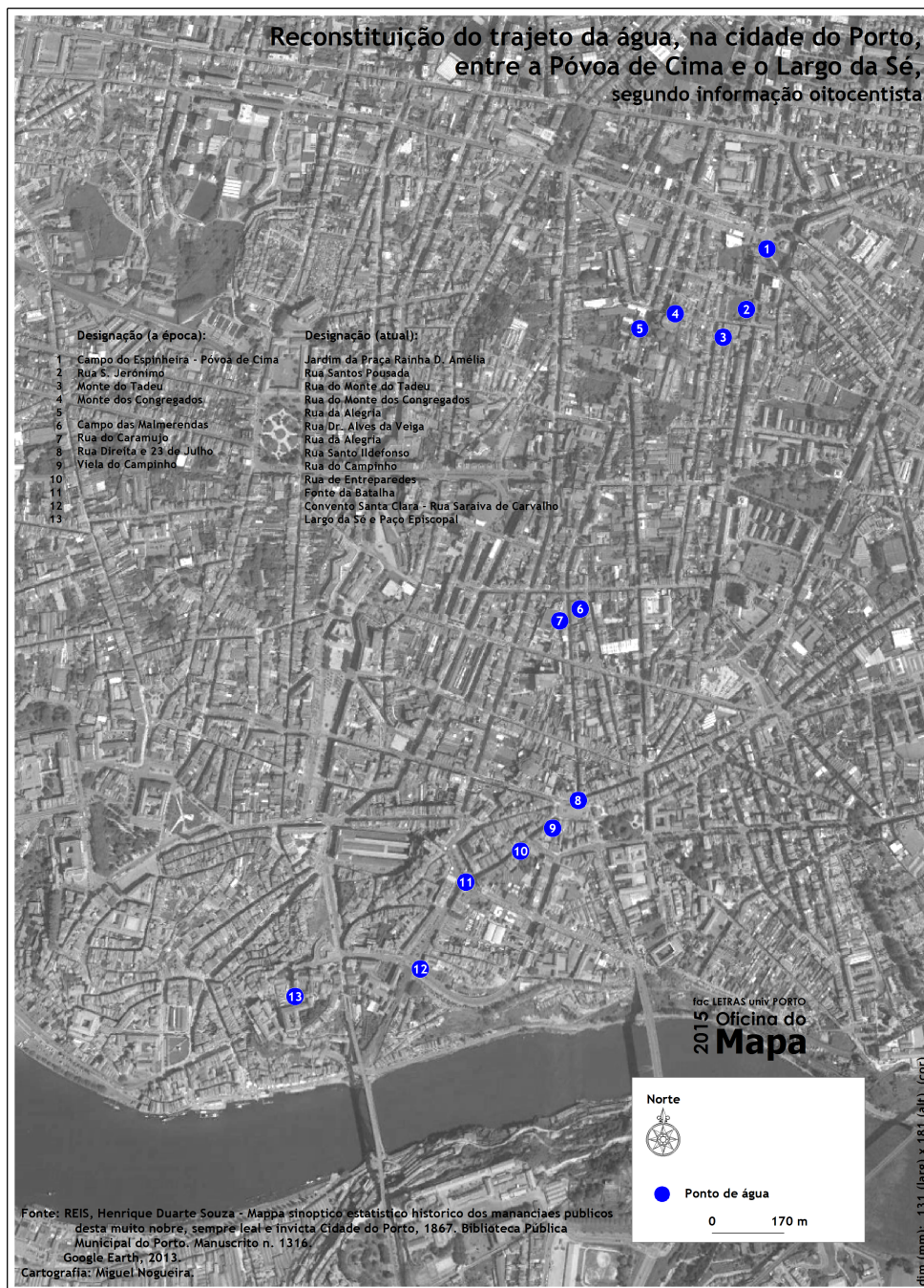
Na sequência deste acordo, a Câmara Municipal do Porto tomou posse de “duas minas sitas no logar da Povia de Cima, e seus terrenos menos os direitos dominicaes, sob as condições de se darem á Mitra 8 pennas e ao Mosteiro 24 pennas da mesma agoa ou de outra igual em qualidades especiaes, e posta a correr nos sítios designados à custa do Municipio, e bem assim 1 penna mais para uzo da Sachristia do Cabido, e a porção necessária para alimentar se a fonte publica do Largo da Sé, reservando-se para a Camara o direito d’opção durante oito dias nas vendas a particulares destas mesmas agoas separadas das quaes a limpeza e reparos dos encanamentos ficarão sempre a expensas da cidade”¹⁹⁶.

A Câmara determinou que no registo da Rua de Entreparedes se contabilizassem as 33 penas de água devidas às instituições doadoras, por assim ficar menos dispendioso ao concelho a reparação do aqueduto. Neste local colocou-se uma chave para sistematicamente se regular a porção de água.

A documentação reunida permitiu fixar momentos chave na história da água do Convento de Santa Clara: os acordos, os jogos de poder entre a Mitra, a Câmara e a Coroa, os investimentos na limpeza, concerto e melhoria das estruturas de transporte da água. A identificação destes aspetos a partir da documentação revelou serem constantes ao longo dos séculos. As freiras reconheciam a importância de preservar os seus direitos, mas antes de tudo a nascente, o trajeto e a qualidade da água. O facto desta água ter podido servir uma população em crescimento ao longo do tempo, conferiu-lhe a importância que levou ao acordo e cedência de direitos, ainda ao longo de todo o século XIX, conforme atrás ficou claro. Os dados toponímicos na documentação referida, assim como os estudos realizados no âmbito de teses de licenciatura da Escola-Médico-Cirúrgica do Porto, de finais do século XIX, inícios do XX, permitem fazer uma tentativa de cartografia do percurso da água, até 1855 (Mapa).

¹⁹⁵ REIS, Henrique Duarte Souza – *Mappa sinoptico estatistico historico dos mananciaes publicos desta muito nobre, sempre leal e invicta Cidade do Porto*, 1867. Biblioteca Pública Municipal do Porto. Manuscrito n. 1316, fl. 63-63v.

¹⁹⁶ REIS, Henrique Duarte Souza – *Mappa sinoptico estatistico historico dos mananciaes publicos desta muito nobre, sempre leal e invicta Cidade do Porto*, 1867. Biblioteca Pública Municipal do Porto. Manuscrito n. 1316, fl. 63v.



A partir do mapa apresentado podemos ter percepção do trajeto que a água fazia, desde a sua origem até chegar ao mencionado convento. A água proveniente da nascente da Mitra juntava-se com a água da nascente de Santa Clara no lugar da Póvoa de Cima, mais precisamente no campo do Espinheira¹⁹⁷, que atualmente é ocupado pelo Jardim da Praça Rainha D. Amélia. Deste ponto

¹⁹⁷ No estudo de MENA, J. Carteado – *Contribuição para a hygiene do Porto: estudo sobre os poços do Porto*. Vol. 3. Porto: Escola Médico-cirúrgica do Porto, 1909, pp. 94-95 - há referência a dois poços: um localizado na quinta do

dirigia-se, possivelmente através da Rua de S. Jerónimo (atual Rua Santos Pousada), para o Monte dos Congregados, que também era designado por Monte do Tadeu, visto uma parte pertencer a Tadeu António de Faria, até entrar nas propriedades dos Padres de S. Filipe, que hipoteticamente se localizavam a onde se rasgou a Rua da Alegria. A partir daqui, seguia até ao Campo das Malmerendas, que atualmente corresponde à área onde se insere a Rua Dr. Alves da Veiga. Descia a travessa das Malmerendas e entrava na Rua do Caramujo, que foi incorporada na Rua da Alegria. Daqui continuava o encanamento em direção à Rua de Santo Ildefonso, anteriormente designada por 23 de julho e também Rua Direita. Deste ponto, atravessava a viela do Campinho, hoje rua, chegando à Rua de Entreparedes, também designada por Entremuros. A partir deste ponto a água seguia em alcatruzes de louça e caleiras a par do aqueduto público até chegar à Fonte da Batalha¹⁹⁸ já inexistente. Seguia deste ponto até ao Convento de Santa Clara, próximo da atual Rua Saraiva de Carvalho e a sua distribuição terminava no Largo da Sé e Paço Episcopal¹⁹⁹.

Até 1855, data da tomada de posse dos mananciais, pela Câmara Municipal do Porto, este foi o trajeto, segundo Henrique Duarte Souza Reis²⁰⁰, que a água fez até chegar ao Convento de Santa Clara do Porto. A Câmara, por sua vez, considerou que o encanamento, comum aos dois mananciais, era inútil, visto atravessar propriedades particulares, e por isso, resolveu atribuir-lhe uma nova direção, desprezando o aqueduto antigo, desde o ponto que entra na Rua Duquesa de Bragança (atual D. João IV) até à Rua de Entreparedes; e depois o lanço que desde o Largo de Santa Clara terminava no Paço Episcopal, com a finalidade de abastecer o chafariz da Sé.

O *Estudo sobre os poços do Porto*²⁰¹ dá indicações sobre a existência de uma mina no lugar da Póvoa de Cima. Podemos assumir que dessa mina resultou a abundância de água daquele lugar e, que permitiu, desde tempos remotos visto a Mitra já trazer água daquela região para o seu chafariz, em época anterior à do Convento de Santa Clara, ser possível o transporte de água até ao convento supramencionado. Ainda no século XIX, a mina continuava em funções, prova disso

Espinheira que era uma verdadeira imundice e outro no lugar da Póvoa em que a água era utilizada para alimentação dos caseiros.

¹⁹⁸ Deste local também seguia um encanamento com a função de abastecer a área que compreendia as Escadas do Codeçal, prova disso é uma licença de obra em que Manoel Francisco Gomes da Silva, morador no Codeçal, pede licença à Câmara Municipal do Porto para examinar o encanamento de água, que vai da Praça da Batalha para a sua casa, nas Escadas do Codeçal, levantando para isso algumas pedras, em diferentes pontos do trajeto desse encanamento – A.H.M.P. Licença de obra n.º 367/1884, fls. 493-494.

¹⁹⁹ REIS, Henrique Duarte Souza – *Mappa sinoptico estatistico historico dos mananciaes publicos desta muito nobre, sempre leal e invicta Cidade do Porto*, 1867. Biblioteca Pública Municipal do Porto. Manuscrito n. 1316, fl. 63. JUNIOR, J. Bahia – *Contribuição para a hygiene do Porto: analyse sanitária do seu abastecimento em agoa potável*. Vol. 2. Porto: Escola Médico-cirúrgica do Porto, 1909. p. 4.

²⁰⁰ REIS, Henrique Duarte Souza – *Mappa sinoptico estatistico historico dos mananciaes publicos desta muito nobre, sempre leal e invicta Cidade do Porto*, 1867. Biblioteca Pública Municipal do Porto. Manuscrito n. 1316, fl. 63v.

²⁰¹ MENA, J. Carteador – *Contribuição para a hygiene do Porto: estudo sobre os poços do Porto*. Vol. 3. Porto: Escola Médico-cirúrgica do Porto, 1909, p. 94.

é que o Barão de Nova Cintra, António Serafim Leite Basto, e Florindo José Teixeira, como sucessor de Nicolau Coquet Pinto de Queiroz, recebiam diversas porções de água, num total de 8, provenientes dos mananciais reunidos da Mitra e das religiosas do Convento de Santa Clara²⁰²; assim como António da Silva Moreira e o Visconde de Pereira Machado, que no seu conjunto recebiam 9 penas de água, que foram compradas às religiosas de Santa Clara, sendo descontadas nas 24 pennas de água que lhe estavam reservadas²⁰³.

Utilizando a mesma fonte consegue-se ainda ter acesso à informação sobre os materiais usados para os encanamentos e caleiras, sendo que os primeiros eram em louça e os segundos eram em pedra, alcatruzes ou telhões de barro cozido. O tipo de material usado era muito importante porque influenciava o nível de perda de água que ocorria neste transporte, conforme se deduz das queixas apresentadas e das obras requeridas.

O escoamento das águas é outro ponto de análise deste projeto de investigação e, como tal, importa também perceber, para além do abastecimento de água deste Convento, como era desenrolado este processo e os problemas que ele acarretou. Através de uma licença de obra de 1880²⁰⁴ conseguimos apurar que a Abadessa, desse período, mostrou, junto da Câmara Municipal, a necessidade de mandar limpar um cano de esgoto onde se introduziam as águas pluviais, que caíam junto da cerca do convento. Posto isto, a religiosa pediu autorização para poder levantar a calçada no início das Escadas do Codeçal, para se proceder à desobstrução do cano, que ia entroncar com o aqueduto geral.

Relativamente a esta área das Escadas do Codeçal, sobre a temática do escoamento de águas, contamos também com um trabalho do arquiteto Theodoro de Souza Maldonado, de 1789, que representa precisamente essa realidade, como se pode ver na Figura 3²⁰⁵.

²⁰² REIS, Henrique Duarte Souza – *Mappa sinoptico estatistico historico dos mananciaes publicos desta muito nobre, sempre leal e invicta Cidade do Porto*, 1867. Biblioteca Pública Municipal do Porto. Manuscrito n. 1316, fl. 170v.

²⁰³ REIS, Henrique Duarte Souza – *Mappa sinoptico estatistico historico dos mananciaes publicos desta muito nobre, sempre leal e invicta Cidade do Porto*, 1867. Biblioteca Pública Municipal do Porto. Manuscrito n. 1316, fl. 66.

²⁰⁴ A.H.M.P. Licença de obra n° 113/1880, fls. 215-216.

²⁰⁵ A.H.M.P. Junta das Obras Públicas. Cota: D-TGa/1. Consultada através da plataforma Gisaweb.

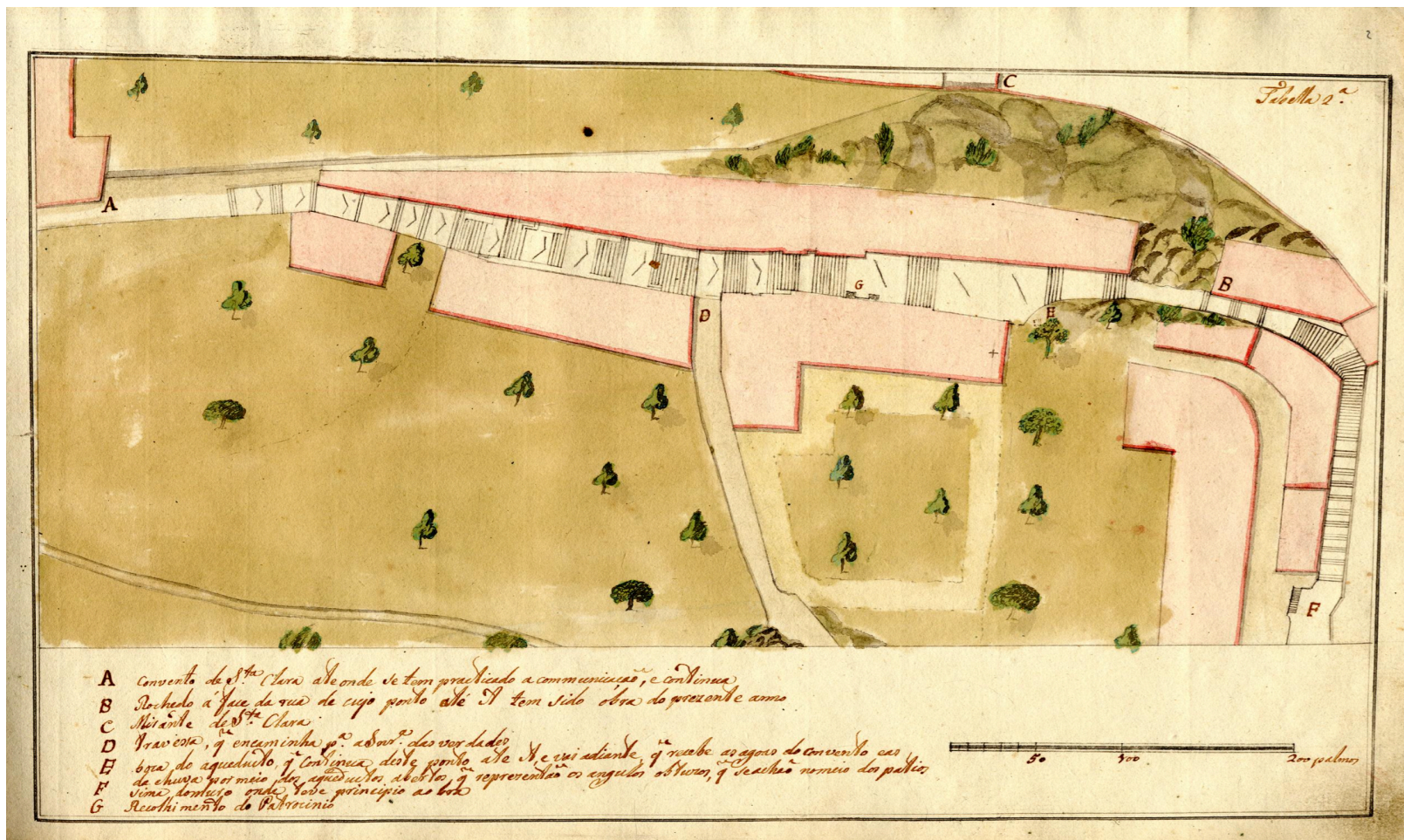


Figura 5 – Planta das Escadas do Codeçal até ao Convento de Santa Clara (A.H.M.P. Gisaweb)

Nesta planta é demonstrada a obra que então decorria, com início em Cima de Muro (representado pela letra F na imagem) do aqueduto que se iniciava no ponto E e continuava até ao ponto A (Convento de Santa Clara), percorrendo as Escadas do Codeçal, e desta forma, recebia as águas pluviais e as do convento, escoando-as. Atualmente ainda é visível um lajeamento (Apêndice 10), ao longo das Escadas do Codeçal, que possivelmente diz respeito a este preciso aqueduto, bem como uma canalização logo após o Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio (Apêndice 11), que aí terá sido colocada para o escoamento das águas ser feito de uma forma menos visível. Ainda hoje esta área representa um problema ao nível da salubridade, uma vez que naqueles canos são depositados lixos e resíduos, pela população residente, o que acarreta uma série de problemas de higiene para a área em questão e representa um dos problemas que a *Porto Vivo, SRU* visa dar resposta.

Um documento mais recente, dos anos 40 (Figura 4)²⁰⁶, relacionado com as questões de água e saneamento, foca o mesmo local que Theodoro de Souza Maldonado evidenciou, na planta acima representado.

²⁰⁶ A.D.P. Administração Central Descentralizada, *Direção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Norte*. Direção Hidráulica do Douro (1863-1985). Projetos de construção 1939-1969. Projetos de alteração do coletor geral de saneamento na estrada marginal (entre os perfis 0 e 181) – peças escritas e desenhadas.



Figura 6 – Projeto de alteração do coletor geral de saneamento na estrada marginal (A.D.P.)

Neste mapa podemos observar o tanque de água localizado nas Escadas do Codeçal, à entrada da Rua de Nossa Senhora das Verdades e também a representação do aqueduto próximo ao Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio, que possivelmente diz respeito ao local do mesmo aqueduto representado no mapa anterior, datado de 1789. No entanto, e ainda relativamente a este mapa, no jornal *O Tripeiro*, dos anos 20 do século XX, na secção de correspondência, é mencionado que “nos baixos da Avenida Saraiva de Carvalho e escadas do Codeçal existe outro tunnel; este tem pouca altura e é forrado a pedra e fica encostado ao muro das mesmas escadas. Na entrada ha hum frontão antigo, em quadrado, com duas bicas e um tanque a todo o comprimento; ao centro ha um nicho que em tempo devia servir para alguma imagem e ambas as extremidades tem duas figuras alegóricas ao Sol e á Lua; pegado ha um poço muito estreito e forrado a pedra. A bocca d’este tunnel está hoje a descoberto”²⁰⁷. Esta informação poderá estar em consonância com a representação visual exposta, uma vez que no mapa é representado o tanque das escadas do Codeçal, que pode muito bem corresponder ao tanque descrito na secção de correspondência do jornal referido. Porém, mais uma vez, resta-nos apenas ficarmos pelas suposições.

²⁰⁷ POLÍCIA, Delfim – Largo de Santa Clara. Correspondência. *O Tripeiro*, Série III, Ano I (1925-1926), p. 288.

Considerações finais

O trabalho desenvolvido e exposto teve por base a intenção de contribuir para uma ação de requalificação urbanística – *Operação Santa Clara* – que a instituição de acolhimento – *Porto Vivo, SRU* – tenciona executar. Desta forma, o levantamento histórico feito da área que compunha a área a intervencionar, com incidência em dois edifícios concretos (Convento de Santa Clara e Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio), permitiu revelar à instituição alguns dados, nomeadamente, o contexto de criação de ambas as instituições, as intervenções arquitetónicas que estas foram alvo ao longo dos tempos, a importância que estes espaços tiveram na história naquela região e as várias tensões de poder que se geraram em torno dos mesmos.

Todas estas informações representam uma mais valia para uma organização que desempenha a função de mediadora, isto porque é essencial que uma instituição que tem a seu cargo a requalificação urbanística da cidade, como é o caso da *Porto Vivo, SRU*, tenha conhecimento da importância histórica que os edifícios, possíveis alvos de intervenção, possuem e representam. O Convento de Santa Clara e o Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio são ambos classificados como património histórico. Porém, esta classificação só pode existir quando se atribui esse valor, o que só é possível tendo acesso à sua história, ou seja, quando não se conhece não se valoriza.

Para além deste objetivo concreto, de fornecer dados históricos sobre a área mencionada, outro dos propósitos deste projeto de investigação era o estudo das questões de higiene e salubridade em meio urbano, focando essencialmente *a problemática da água*, a partir do que as ruas pudessem revelar. O objeto *rua* foi entendido no decurso deste trabalho como sendo um agente mediador, na medida em que funcionava como um articulador entre a cidade e o edificado. Esta conceção também ganhou espaço no que eram as preocupações da instituição de acolhimento uma vez que um dos seus propósitos era encontrar uma solução para a questão das acessibilidades na área da *Operação Santa Clara*, mas também solucionar as questões ligadas à higiene e salubridade urbana, que são uma realidade atual naquela área. Deste modo, todos os assuntos encontraram uma harmonia e foi possível, a partir das pesquisas efetuadas, encontrar respostas para as questões colocadas no início da investigação.

Uma das várias questões consistia em perceber se existiam infraestruturas, nas vias públicas, destinadas ao “saneamento”. Ao longo deste estudo tivemos oportunidade de constatar que elas efetivamente existiram, mesmo que de uma forma elementar e insuficiente. Na área geográfica abrangida por este trabalho podemos ver essa realidade nas Escadas do Codeçal onde

existia, pelo menos desde o século XVIII, um encanamento próprio para a realização do escoamento de águas. O que não invalida que as autoridades municipais se preocupassem com estas questões anteriormente. Um documento relacionado com o mesmo espaço suprarreferido mostrou que, já desde 1535, existiam preocupações por parte da Câmara com a questão do escoamento das águas pluviais e outras, visto terem intimado as religiosas do Convento de Santa Clara a calcetarem o caminho que pretendiam abrir naquela área do Codeçal, para que as águas ao escorrerem, não enlameassem o local, dificultando a passagem.

Na *problemática da água a rua* surge como agente mediador, uma vez que desempenha um papel preponderante de canal de escoamento de águas e também como suporte ao abastecimento, pois é pelas vias públicas que são conduzidas as canalizações para que o processo de abastecimento/escoamento seja conseguido.

Por conseguinte, o abastecimento de água foi sempre uma preocupação constante das populações, não fosse ela um elemento essencial à vida, e as freiras do Convento de Santa Clara não foram exceção. Várias foram as formas usadas para se conseguir distribuir água pela população, sendo que na cidade do Porto os mecanismos mais utilizados foram sem dúvida as fontes e os chafarizes. Porém, tendo em conta a condição de clausura em que estas religiosas se encontravam, não era permitido deslocarem-se fora do convento para se abastecerem de água, para isso usavam criadas e trabalhadores, mas era essencial que se criassem infraestruturas próprias e capazes para que o abastecimento chegasse até elas, de forma a conseguirem alimentar as suas necessidades. Surge então a necessidade de juntamente com o Bispo do Porto, chegarem a um consenso e fazerem conduzir a água desde a Póvoa de Cima até ao seu convento e chafariz da Sé. Todo este processo teve vários percalços, muito devido às limitações técnicas da altura, mas também por questões entre poderes divergentes – Mitra e o Convento de Santa Clara. A manutenção das infraestruturas não ocorria com a periodicidade devida e por isso grande parte da água proveniente da junção dos mananciais – Mitra e Convento Santa Clara – se perdia e o abastecimento era comprometido. Várias foram as vezes que as religiosas se queixaram de falta de água, apesar de a mina na Póvoa de Cima fornecer água em abundância, como conseguimos provar. No entanto, os materiais adotados para o seu transporte não foram os mais adequados. Conseguimos apurar que, para os inícios do século XIX, parte do encanamento era feito em alcatruzes de louça assentes em caleiras de pedra, que a partir de um certo ponto passavam a alcatruzes ou telhões de barro.

Enquanto a Mitra esteve encarregue da manutenção do encanamento foram várias as quezílias entre ambas as instituições religiosas que obrigaram as religiosas a escreverem uma

memória da água e a representarem visualmente as medidas de água para que as dúvidas do Bispo cessassem, assim como a consertarem, mais que uma vez, o contrato datado de 1537, em que são explicitamente atribuídos à Mitra todas as responsabilidades e custos de manutenção do respetivo aqueduto que abastecia não apenas o Convento de Santa Clara, mas também a o chafariz da Sé.

As questões entre entidades privadas em torno da água não se ficaram pela relação entre a Mitra e o Convento de Santa Clara, sendo o Colégio de S. Lourenço outro protagonista nesta problemática do abastecimento de água, tudo porque pelo Convento de Santa Clara desde o século XVI passava um aqueduto que abastecia o dito colégio. As religiosas tiveram mesmo que realizar obras especiais dedicadas a esta questão porque na área onde construíram o dormitório iam interferir com o dito aqueduto.

A partir de 1855 o domínio passa a ser público, a partir do momento em que o Bispo e o Convento de Santa Clara, decidem oferecer à Câmara os seus mananciais. Deixavam, deste modo, de terem as preocupações que desde sempre as acompanharam e passavam todas as responsabilidades para a entidade camarária, que tinha ao seu encargo todo o processo de abastecimento de água que deveria chegar ao Convento de Santa Clara, num total de 24 penas de água.

Em suma, as questões ligadas em torno da *problemática da água*, desde o século XVI até ao século XIX, foram assumindo um papel central nas preocupações das entidades gestoras do mesmo, onde foram despendidos investimentos consideráveis. Foram imensos os intervenientes presentes nesta questão e que são responsáveis pelos “jogos de poder” que se geraram em torno deste elemento essencial à vida – a água. Começando pela Coroa de quem o Convento de Santa Clara tinha total apoio, ou não tivesse também a designação de Real Mosteiro de Santa Clara, que intercedeu a favor das religiosas inúmeras vezes face à questão da água; a Mitra do Porto que durante todo o período se viu coagida a cumprir o contrato que o Bispo Baltazar Limpo assinou com as religiosas, comprometendo-se a reparar perpetuamente o encanamento que transportava a água da Póvoa de Cima até ao chafariz da Sé; o Colégio de S. Lourenço que como vimos reivindicou junto das religiosas, para que estas fizessem obras de modo ao abastecimento de água ao colégio não ficasse comprometido; e até mesmo os particulares como Pascoal André que foi acusado pela Abadessa de roubar água ao convento e fundar poços; terminando com o domínio público representado pela Câmara Municipal que ao longo dos tempos foi assumindo um papel mais representativo nas questões ligadas ao abastecimento de água da cidade e em 1855 conseguiu controlar finalmente os mananciais quer da Mitra quer das Freiras.

Fontes e Bibliografia (Referências)

- **A.N.T.T. – Arquivo Nacional Torre do Tombo**

A.N.T.T. *Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento de Santa Clara do Porto*. Livro 3.

A.N.T.T. *Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento de Santa Clara do Porto*. Livro 4.

A.N.T.T. *Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento de Santa Clara do Porto*. Livro de obras 1687/1690, liv. 34, fl. 2v;7v;10v.

- **A.D.P. – Arquivo Distrital do Porto**

A.D.P. *Administração Central Descentralizada. Direção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Norte*. Direção Hidráulica do Douro (1863-1985). Projetos de construção 1939-1969. Projetos de alteração do coletor geral de saneamento na estrada marginal (entre os perfis 0 e 181) – peças escritas e desenhadas.

A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 1º - 1611, fls. 10v-11v; 75v-90v; 181-181v.

A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 1º - 1678, fls. 75v-81.

A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Tombo 6º, fls. 209-218v.

A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Roteiro 1º 1701-1800.

A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Prazos e Sentenças, liv. 8, fl. 35-40; 74-92v;

A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Prazos e Diversos Títulos, liv. 27, fls. 191-203.

A.D.P. *Governo Civil do Porto*. Inspeção, licenciamento e segurança (1611-1996). Obras públicas (1809-1963). Projetos de construção (1850-1963). Projeto de obras públicas 1912. Projeto de adaptação de parte do antigo Convento de Santa Clara à ampliação do edifício dos tribunais de investigação criminal do Porto.

A.D.P. *Mitra da Sé do Porto*. Nº 49 – Correspondência acerca do Recolhimento do Ferro.

A.D.P. *Mitra da Sé do Porto*. Nº 188 – Ordens do Bispo do Porto, para que recolham ao Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio várias concubinas.

A.D.P. *Notarial*. 4º *Cartório do Porto*. 4ª Série, liv. 284, fls. 216v-220v.

A.D.P. *Notarial*, 4º *Cartório do Porto*, 4ª Série, liv. 327, fls. 5v-7v.

A.D.P. *Notarial*. 6º *Cartório do Porto*. 3ª Série, liv. 3C, fls. 117v-120v.

A.D.P. *Notarial*. 6º *Cartório do Porto*. 3ª Série, liv. 12(2), fls. 68-73; 152v-157.

A.D.P. *Notarial*. 6º *Cartório do Porto*. 3ª Série, liv. 12(3), fls. 135v-139.

A.D.P. *Notarial*. 6º *Cartório do Porto*. 3ª Série, liv. 16G, fls. 71 a 73v.

A.D.P. *Notarial*. 6º *Cartório do Porto*. 3ª Série, liv. 16H, fls. 167v-168v.

A.D.P. *Notarial*. 6º *Cartório do Porto*. 3ª Série, liv. 13, fls. 57-60v.

A.D.P. *Notarial*, 6º *Cartório do Porto*, 3ª Série, liv. 66, fls. 118v a 119v.

A.D.P. *Notarial*, 6º *Cartório do Porto*, 4ª Série, liv. 30, fls. 41v-42v.

A.D.P. *Notarial*, 6º *Cartório do Porto*, 4ª Série, liv. 46, fls. 79 a 81v.

• **A.H.M.P. – Arquivo Histórico Municipal do Porto**

A.H.M.P. Fotografias. Cota: F-P/CMP/10/148.

A.H.M.P. Fotografias. Cota: F-P/CMP/10/258/121.

A.H.M.P. Junta das Obras Públicas. Cota: D-Tga/1.

A.H.M.P. Licença de obra nº 46/1885, fls. 214-215.

A.H.M.P. Licença de obra nº 92/1837, fl. 26.

A.H.M.P. Licença de obra nº 113/1880, fls. 215-216.

A.H.M.P. Licença de obra, nº 161/1891, fls. 81-82.

A.H.M.P. Licença de obra nº 180/1903, fls. 322-324.

A.H.M.P. Licença de obra nº 367/1884, fls. 493-494.

A.H.M.P. Licença de obra, nº 1977/1935, fls. 705-727.

A.H.M.P. Livro de Plantas. Cota: D-CDT/A3-178.

A.H.M.P. Livro de Plantas. Cota: D-CDT/A3-7.

A.H.M.P. *Obras Públicas*, Vistorias, liv. 2, fls. 365-365v.

A.H.M.P. Série Águas do Porto. Memória das fontes que tem a cidade do Porto, de Baltazar Guedes, 1669. Cota: A-PUB-5969.

- **B.P.M.P. – Biblioteca Pública Municipal do Porto**

REIS, Henrique Duarte Souza – *Mappa sinoptico estatistico historico dos mananciaes publicos desta muito nobre, sempre leal e invicta Cidade do Porto*, 1867. Biblioteca Pública Municipal do Porto. Manuscrito n. 1316

Fontes Publicadas:

COSTA, Padre Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Oficina Alvarez Ribeiro, 1789. Disponível em WWW:<URL: <http://purl.pt/22517>>.

Decreto-Lei nº 194/2004. DR, 1ª série – A (7.05.2004) 2920-2929.

Decreto-Lei nº 307/2009. DR, 1ª série, 206 (23.10.2009) 7956-7975.

Lei nº 32/2012. DR, 1ª série, 157 (14.08.2012) 4452-4483.

REIS, Henrique Duarte Sousa – *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. 4 Vols. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1984.

Fontes Hemerográficas:

(s.a) Escadas do Codeçal. Notícias. *O Tripeiro*, Série V, Ano IV (1948-1949), p. 167.

(s.a) Rua da Senhora das Verdades. *O Tripeiro*, Série V, Ano X (1954-1955), p. 149.

CARNEIRO, José Augusto – Fundação do Convento de Santa Clara, na cidade do Porto. *O Tripeiro*, Série I, Ano I (1908-1909), pp. 130-131.

COUTINHO, Dr. C. da Cunha – Do Mosteiro de Santa Clara do Porto: notas documentais sobre a sua extinção, 1900. *O Tripeiro*. Série V, Ano II (1946-1947), pp. 156-158.

PATRÍCIO, Padre J. F. – Convento Santa Clara do Torrão, em Entre-os-Rios, trasladado para a cidade do Porto. *O Tripeiro*, Série II, Ano I (1919), pp.15-17.

PATRÍCIO, Padre J. F. – Variedades. *O Comércio do Porto*, 3 de novembro de 1904.

POLÍCIA, Delfim – Largo de Santa Clara. Correspondência. *O Tripeiro*. Série III, Ano I (1925-1926), p. 288.

SILVA, Fernando J. Moreira da – A capela de Nossa Senhora do Ferro e o perdão que era concedido aos condenados à força. *O Tripeiro*. Série Nova, Ano X (1991), pp. 357-358.

Bibliografia:

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *A arquitectura da água: chafarizes e fontes do Porto dos séculos XVII e XVIII*. 1997 (Separata da Revista Polígrafa. Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão. Nº 6, 1997, p. 45-62).

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás: arquitectura. Obras públicas*. 2 Vols. Porto: Câmara Municipal, 1988-1990.

ALVES, Natália Marinho Ferreira – Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. II Série, vol. 2, 1985. Pp. 273-296.

ANDRADE, Maria Filomena Pimentel de Carvalho – *In oboedientia, sine próprio, etim castitate, sub clausura: A ordem de Santa Clara em Portugal (séculos XIII-XIV)*. Lisboa, 2011 (Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

ANTAS, Álvaro Cândido Furtado das – *Insalubridade do Porto*. Porto: Oficinas do Comércio do Porto, 1902.

Apresentação. In Porto Vivo Sociedade de Reabilitação Urbana [Em linha.] [Consult. 6 fev. 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.portovivosru.pt/pt>>

BASTO, Artur de Magalhães – *O Porto e a sua evolução sob o aspecto sanitário*. Porto: Imprensa

Social, 1936.

BASTO, Artur de Magalhães – *O Recolhimento do Ferro*. In PEREIRA, Padre Vitorino Caetano Martins – *O Centro Social da Sé Catedral do Pôrto*. Porto: Edições Marânus, 1944.

BRAGA, José Rodrigues – *Subsídios para a hygiene da habitação: ventilação, iluminação, águas e remoção de imundícies*. Porto: Typographia Peninsular, 1894.

CORDEIRO, Graça Índias; VIDAL, Frédéric (Org.) – *A Rua: espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

COUTINHO, Bernardo Xavier – *Fontes e Chafarizes do Porto: a propósito de um problema de toponímia*. 1969 (Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. Vol. XXXII, Fascs 3-4. Porto: Câmara Municipal do Porto).

FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *O Mosteiro de Santa Clara do Porto: em meados do século XVIII (1730-1780)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1992.

JUNIOR, J. Bahia – *Contribuição para a hygiene do Porto: analyse sanitária do seu abastecimento em agoa potável*. Vol. 2. Porto: Escola Médico-cirúrgica do Porto, 1909.

MACHADO, Célia – *Museus e seus vizinhos. Redesenhando limites citadinos*. Porto, 2011 (Relatório de projeto para obtenção de Grau de Mestre em Museologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

MENA, J. Carteador – *Contribuição para a hygiene do Porto: estudo sobre os poços do Porto*. Vol. 3. Porto: Escola Médico-cirúrgica do Porto, 1909.

MENDES, JUSTA Patrícia Martins Dias – *O Convento de Santa Clara do Porto. Reflexões sobre a transfiguração de um conjunto pela acção do Homem e do Tempo*. Porto, 2004 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto).

Missão e estratégia. In Porto Vivo Sociedade de Reabilitação Urbana [Em linha.] [Consult. 6 fev. 2015]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.portovivosru.pt/pt>>

NETO, Vítor – O Estado e a Igreja. TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (Coord.) – “O Liberalismo” In MATTOSO, José (Dir.) *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

Vol. 5, pp. 265-283.

NONELL, Anni Günther – *Porto, 1763-1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.

NORONHA, Tito de Bourbon – *Águas do Porto*. Porto: Escola Médico-cirúrgica do Porto, 1885.

OLIVEIRA, J.M. Pereira de – *O Espaço Urbano do Porto: Condições Naturais e Desenvolvimento*. [Edição Fac-similada da edição original de 1973 do Instituto de Alta Cultura]. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

PEREIRA, Ana Cristina – *Os Conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2007.

PEREIRA, Padre Vitorino Caetano Martins – *O Centro Social da Sé Catedral do Pôrto*. Porto: Edições Marânus, 1944.

PERES, Damião; CRUZ, António (Dir.) – *História da Cidade do Porto*. Porto: Portucalense Editora, 1962-1965, 3 vols.

QUARESMA, Maria Clementina – *Inventário Artístico de Portugal*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1995.

RAMOS, Luís António de Oliveira (Dir.) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000.

RICARDO, Jorge – *O saneamento e a canalização dos esgotos*. Porto: Typ a Vapor da Empreza Litteraria e Typographica, 1903.

SERENO, Isabel - Igreja e Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio. In SIPA [Em linha]. 2001. [Consult. 3 fev. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://monumentos.pt/Sipa/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9027>.

SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo (1580-1640): Os homens, as instituições e o poder*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1988, 2 vols. pp. 80-83.

SIPA. Convento de Santa Clara /Quartel da Polícia de Segurança Pública Porto. [Em linha]. Arquivos e Coleções. Desenhos [Consult. 12 fev. 2015]. Disponível em WWW: <URL:

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5563>

SIPA – Mosteiro de Santa Clara/Igreja de Santa Clara Porto. [Em linha.] Arquivos e Coleções. Desenhos [Consult. 12 fev. 2015]. Disponível em WWW: <URL:http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9341>

TEIXEIRA, Diogo Emanuel Pacheco – *O abastecimento de água na cidade do Porto nos séculos XVII e XVIII. Aquedutos, Fontes e Chafarizes*. Porto, 2011 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

TORRES, Ana Teresa Sanos – *A Rua como mediador 'entre' a cidade e o edifício. Uma intervenção da rua das Portas de Santo Antão ao Palácio da Anunciada*. Lisboa, 2013 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa).

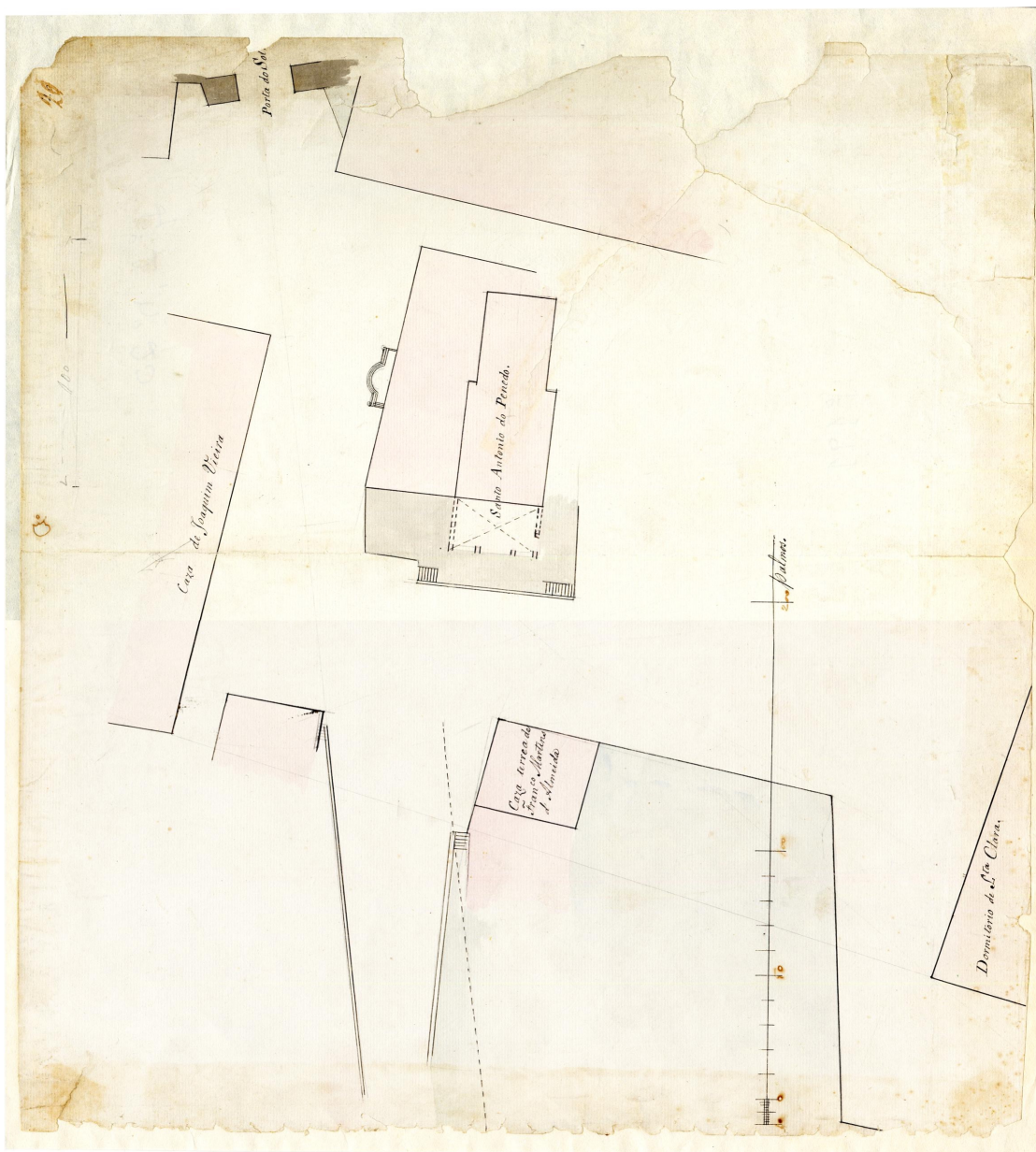
VITORINO, Pedro – *Notas de arqueologia portuense*. Nº3. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1937.

WATSON, Sheila – *Museums and Communities*. Nova Iorque: Routledge, 2007. Disponível em WWW: <URL: <http://en.bookfi.org/book/1178941>>.

Anexos

Anexo 1

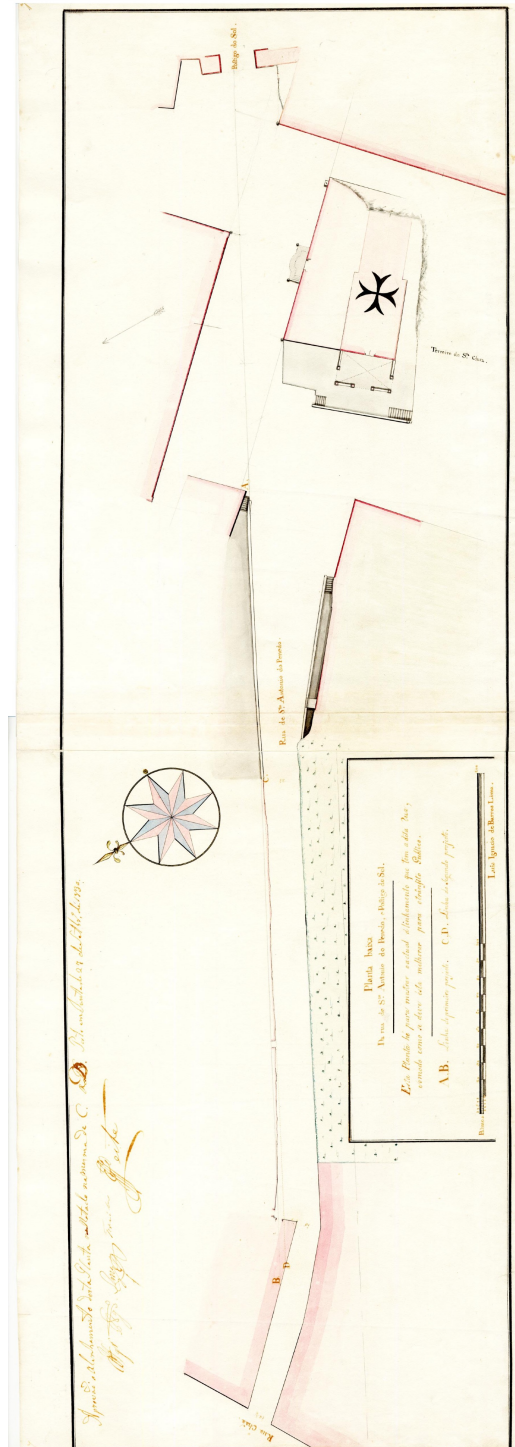
Planta de S[an]ta Clara mostrando a igreja de S[an]to António do Penedo – 1800, A.H.M.P. Livro de Plantas. Cota: D-CDT/A3-178. Consultada na plataforma Gisaweb.



Anexo 2

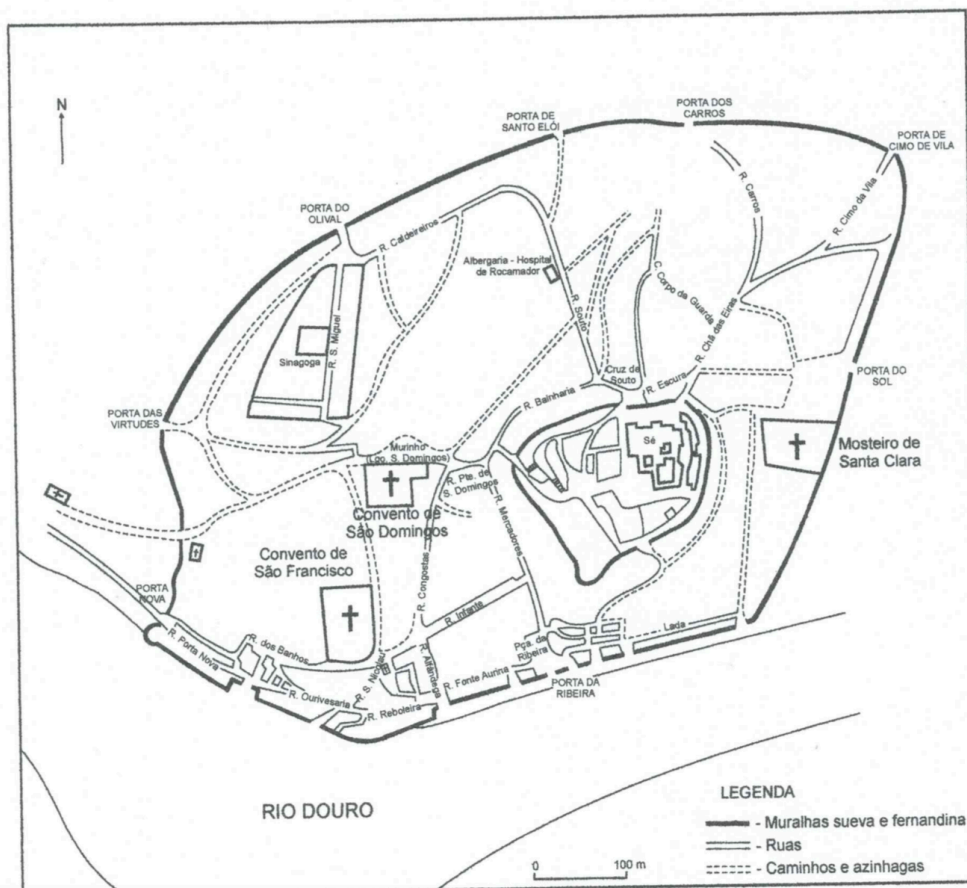
Planta baixa da Rua de Santo António do Penedo e Postigo do Sol – 27 setembro 1830. A.H.M.P.

Livro de Plantas. Cota: D-CDT/A3-7. Consultada na plataforma Gisaweb.



Anexo 3

Planta das principais portas da cidade e alguns trajetos medievais – ANDRADE, Maria Filomena Pimentel de Carvalho – *In oboedientia, sine próprio, etim castitate, sub clausura: A ordem de Santa Clara em Portugal (séculos XIII-XIV)*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, p. 119. Planta elaborada com base na efetuada por Luís Miguel Duarte e Mário Jorge Barroca in *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII-XV)*, Vol. I, organizado por A.H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, p. 25; *Um olhar sobre o Porto Medieval*. Roteiro de Exposições, Porto, Departamento de Arquivos da Câmara Municipal do Porto – Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1999.



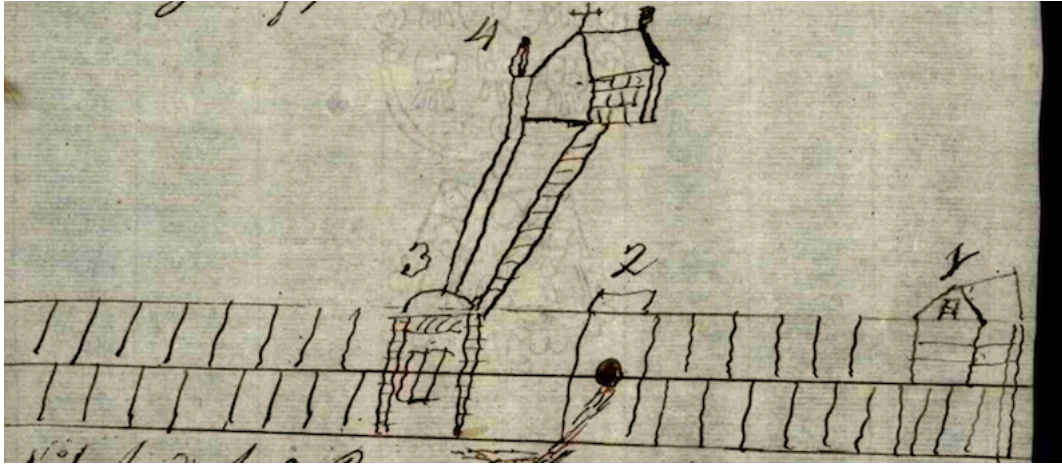
Anexo 4

Igreja do Convento do Ferro – 1947. A.H.M.P. Fotografias. Cota: F-P/CMP/10/148. Consultada na plataforma Gisaweb.



Anexo 5

Ilustração da distribuição da água – A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara* – Roteiro 1º 1701-1800.



Nº1 – arca da agoa da Povia que pertence ao mosteiro

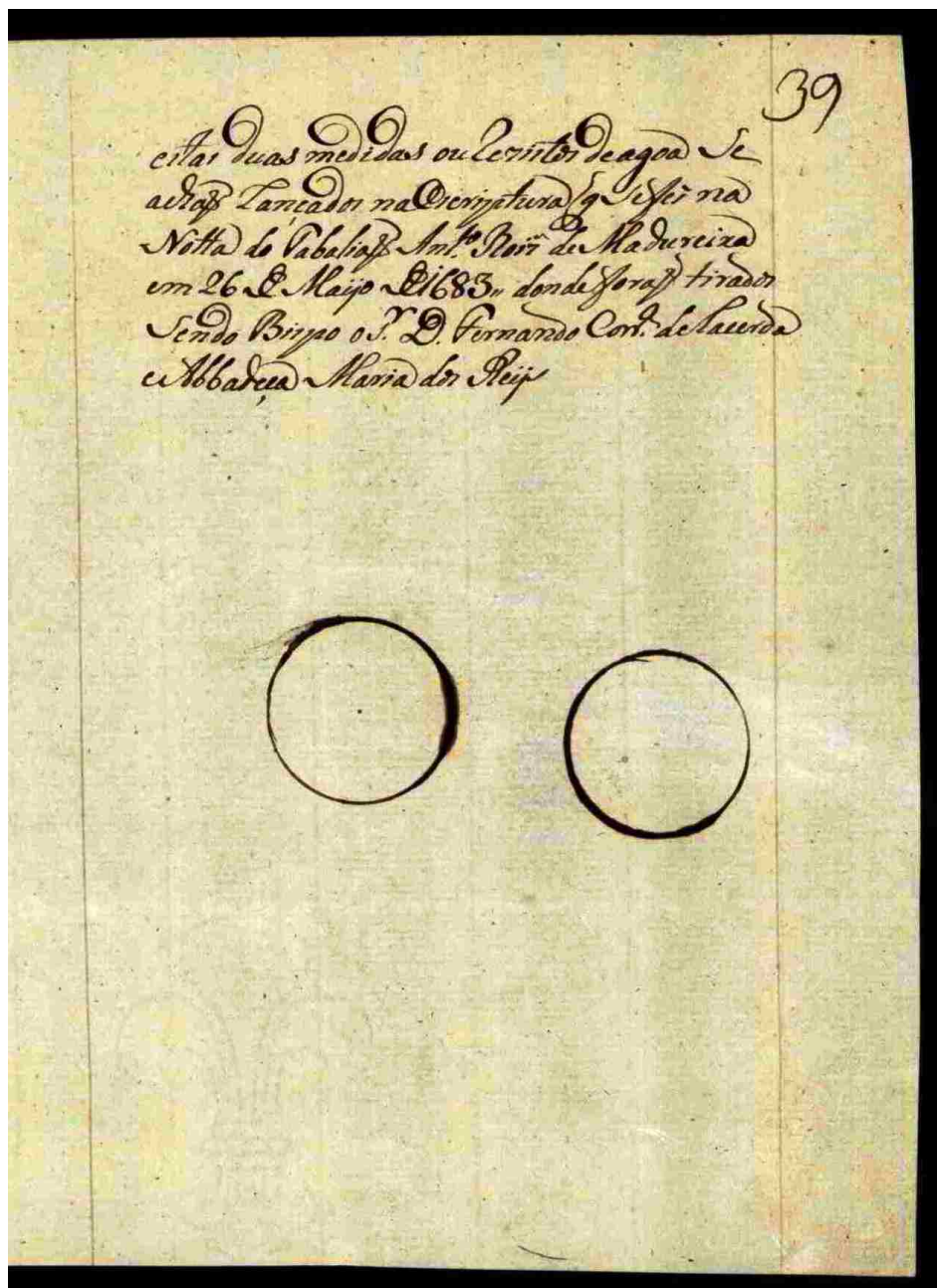
Nº2 – Pia de onde sai hum registo da agoa para os moradores da Povia

Nº3 – Arca onde se junta a agoa da Mitra com a do Mosteiro

Nº4 – Arca da Mitra que vem a arca nº 3 e dali continua por hum cano so ate o Postigo onde se reparte

Anexo 6

Medidas de água – A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Prazos e Sentenças, liv. 8, fl. 39.



Anexo 7

Como alguns artistas virão o Porto: o pátio do Convento de Santa Clara. Desenho de João Monteiro, 1920. Reprodução Fotográfica de Teófilo Rego. A.H.M.P. Cota: F-P/CMP/10/258/121. Consultada na plataforma Gisaweb.



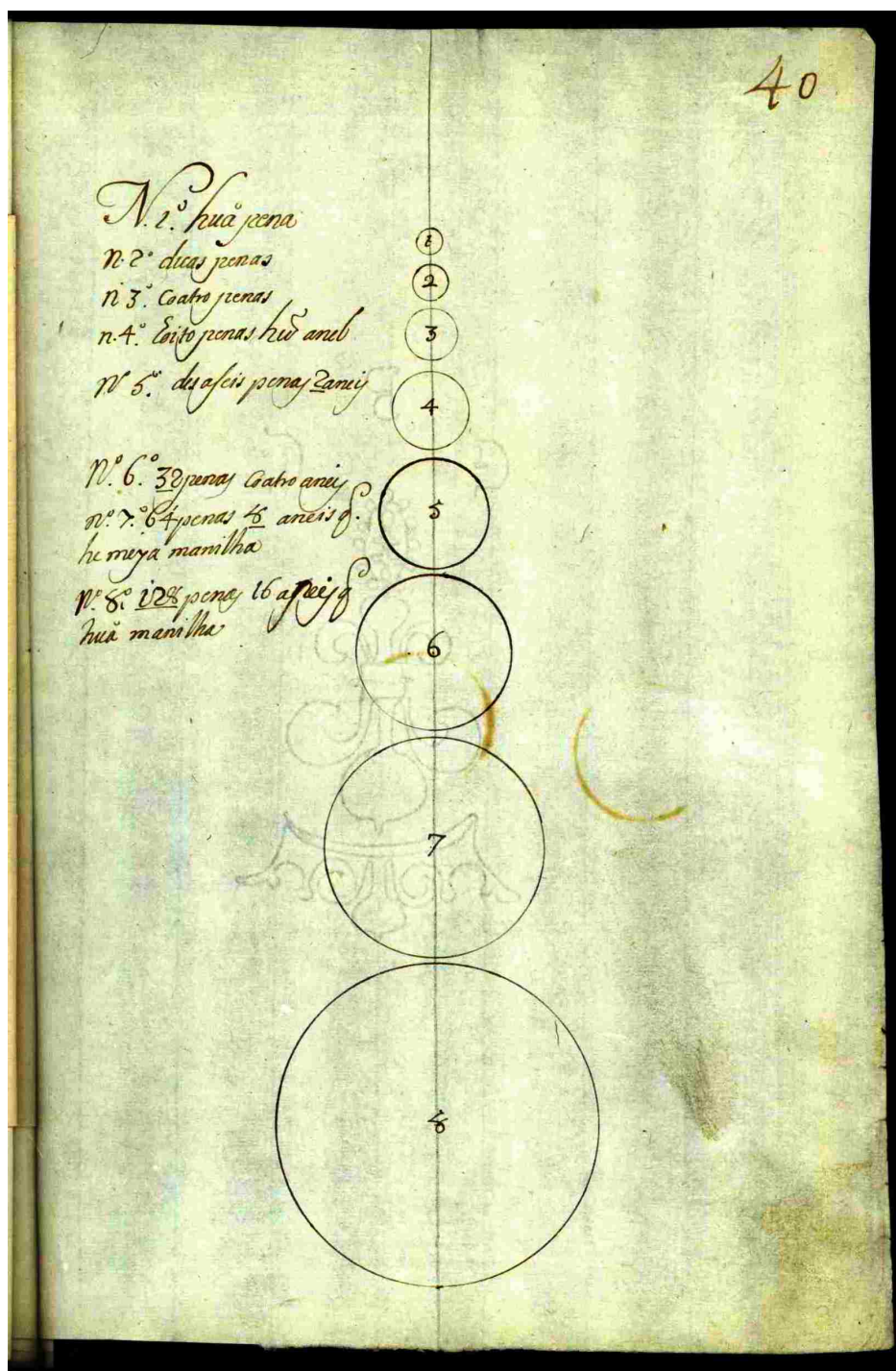
Anexo 8

Desenho presente na obra de COUTINHO, Bernardo Xavier – *Fontes e Chafarizes do Porto: a propósito de um problema de toponímia*. Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. Vol. XXXII, Fascs 3-4. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1969, p. 24.



Anexo 9

Mapa e medição de uma pena de água até uma manilha - A.D.P. *Fundo Monástico, Convento Santa Clara do Porto*. Prazos e Sentenças, liv. 8, fl. 39.



Apêndices

Apêndice 1

Tabela – Documentos fornecidos à instituição de acolhimento *Porto Vivo, SRU*

Documento	Localização
Igreja de Santa Clara do Porto – Monumento Nacional – Zona de Proteção	SIPA
Igreja de Santa Clara do Porto – Planta das áreas	SIPA
Igreja de Santa Clara do Porto – Planta do telhado	SIPA
Igreja de Santa Clara do Porto – Planta dos pisos	SIPA
Igreja de Santa Clara do Porto – Alçados	SIPA
Planta geral dos terrenos e dependências do extinto Convento de Santa Clara	SIPA
Alçados do Aljube	SIPA
Alçados do Instituto Ricardo Jorge	PEREIRA, Ana Cristina – <i>Os Conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização</i> . Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2007.
Alçados da Associação Protetora da Infância	PEREIRA, Ana Cristina – <i>Os Conventos do Porto: descontinuidades, transformação e</i>

	<i>reutilização.</i> Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2007.
Projeto de adaptação de parte do antigo Convento de Santa Clara a ampliação do edifício dos tribunais de investigação criminal do Porto	A.D.P.
Projetos de construção 1939-1969. Projetos de alteração do coletor geral de saneamento na estrada marginal (entre os perfis 0 e 181) – peças escritas e desenhadas.	A.D.P.
Mapa das obras públicas de 1789 – Theodoro Souza Maldonado	A.H.M.P.
Licença de obra nº 709/1887 – construção de um prédio	A.H.M.P
Licença de obra nº 173/1902 - prédio - substituir beiral por platibanda	A.H.M.P
Licença de obra nº 180/1903 - encanamento - desobstruir	A.H.M.P
Licença de obra nº 33/1907 - rebocar caiar e modificar portal	A.H.M.P
Licença de obra nº 423/1913 - oficina de marceneiro - abrir fresta	A.H.M.P
Licença de obra nº 989/1913 - prédio - alterar	A.H.M.P
Licença de obra nº 364/1917 - oficina de marceneiro - ampliar	A.H.M.P
Licença de obra nº 419/1917 - oficina de marceneiro - substituir projeto	A.H.M.P
Licença de obra nº 360/1920 - terreno - construir muro de vedação e portal	A.H.M.P
Licença de obra nº 1463/ 1920 - prédio - reparar armação do telhado	A.H.M.P
Licença de obra nº 91/1922 - prédio - construir chaminé	A.H.M.P
Licença de obra nº 1412/1923 - prédio - caiar e pintar	A.H.M.P
Licença de obra nº 613/1930 (1929) - salão, rebocar lavar e pintar	A.H.M.P
Licença de obra nº 516/1932 (1929) - armazém colocar vigas, revestir tetos e pavimentos	A.H.M.P

Licença de obra nº 1310/1935 - prédio, picar em pena, rebocar, pintar portas e caixilhos	A.H.M.P
Licença de obra nº 512/1936 - prédio - suprimir pilares ligar a rede de saneamento urbano	A.H.M.P
Licença de obra nº 359/1937 - prédio - reparar frentes e caixilhos, limpar telhado cair e pintar	A.H.M.P
Licença de obra nº 92/1837 - canalização reparar	A.H.M.P
Licença de obra nº 113/1880 - cano de esgoto efetuar manutenção	A.H.M.P
Licença de obra nº 46/1885 - encanamento reparar	A.H.M.P
Licença de obra nº 674/1888 - vedação e portas construção	A.H.M.P
Licença de obra nº 193/1859 - prédio abrir janela	A.H.M.P
Licença de obra nº 222/1854 - cano de águas reparar	A.H.M.P
Licença de obra nº 424/1852 - via pública reparar canalização de água	A.H.M.P
Licença de obra nº 1977/1935 - licença para mandar reconstruir parte do antigo Edifício do Recolhimento do Ferro - Termo de responsabilidade; Memória descritiva referente a obra de reconstrução e adaptação parcial do antigo edifício do Recolhimento do ferro, situado nas escadas do Codeçal com angulo para a Rua da Senhora das Verdades; Planta da Cave; Planta dos Pavimentos; Fachada Principal; Fachada lateral e posterior; Cortes; Planta topográfica; cálculos de betão armado para o prédio destinado à creche da Sé	A.H.M.P

Apêndice 2

REIS, Henrique Duarte Sousa – *Mappa Synoptico estatístico-histórico dos mananciaes públicos desta antiga, muito nobre, sempre leal e invicta cidade do Porto*, 1867, fls. 63-66v.

Mananciaes da Mitra Portuense e das Religiozas de Santa Clara

“He situado o manancial que foi das Religiozas Franciscanas de Santa Clara no logar da Povia de Cima, em huns cazaes que são do domínio Directo da Mitra Portuense, e foi dada d’emprazamento pelo Bispo D. Pedro da Costa à Abbadeça e Religiozas do Mosteiro de Santa Clara do Porto por Escriptura de 30 de Maio de 1525. Até então trazia este prazo Miguel Dias. Foi condição expressa do mesmo emprazamento, que a agoa que a dita Abbadeça e Religiozas fizessem vir dos referidos cazaes e Povia de Cima ao Mosteiro seria conduzido um aqueducto, construído a huma braça de distancia do pertencente á agoa do chafariz da Sé, como se vê da própria procuração dada pelo Prelado em Monte Mor o Novo a 7 de Maio do dito ano de 1525. Erão então trez os cazaes aforados em Prazo fateozim perpétuo por serem isentos da Meza Episcopal com o foro annual de 4950 reis, seis galinhas e trez carros de palha triga, sob a clausula de aforando-os ou vendendo-os seja só com licença do Senhorio Directo, e foi devidamente auctorizado assim o novo emprazamento feito pelo Prelado Diocezano aos 22 de julho de 1534, para o qual as Religiozas alcançarão o necessario Breve do Papa Clemente.

Apezar da condição estipulada no mencionado prazo para a agoa vir ao Mosteiro em canno separado, pedio o Bispo D. Balthazar Limpo licença ás ditas Religiozas para também por ele ser conduzida a agoa da Mitra, ao que gostosamente cederão mediante a autorização Régia.

Solicitou e obteve o Prelado d’El Rei D. João 3º a carta Régia de 6 de julho de 1536 para auctorizar o contracto, que celebrou em Escriptura de 15 de Junho de 1537, ficando a cargo do Bispo toda a despeza, que se houvesse de fazer para a reunião da sua agoa que seria metida por medida e baliza, sendo as Religiozas dispensadas de repararem o aqueducto ou darem para isso ajuda. Em agradecimento desta mercê aprouve ao mesmo Bispo mudar as condições estipuladas no emprasamento de 30 de Maio de 1525 pela Escriptura lavrada em 16 de Junho de 1537, reduzindo-lhe também o foro annual desde essa data em diante a 2950 reis e os trez carros de palha triga, cuja Escriptura foi concertada muito posteriormente por consentimento do Bispo D. Fernando Correa de Lacerda, representado nesse acto pelo seu procurador em 18 de Março de 1683. Todos estes documentos estão no Lº 25 de Comp. A fl. 13 e seguintes.

Com o andar dos tempos fizeram se algumas mudanças no trajecto do encanamento destas agoas, pois sahindo das suas duas nascentes bastante próximas, visto existir ainda a do Mosteiro ao Nascente e a da Mitra mais ao Poente, biforcarão se por aquelle contracto no lugar da Povoia de cima nas fraldas do monte, = denominado dos congregados, e seguirão torneando o mesmo monte em parte pertencente a Thadeo Antonio de Faria ate entrarem nas propriedades dos mencionados Padres de S. Filippe, actualmente divididas em diversos terrenos aforados a particulares, as quaes atravessava para vir surgir nos campos de Malmerendas, declinando da antiga Travessa d'esse nome para a rua do Caramujo, ao presente incorporada na rua d'Alegria de quem tomou também o nome, onde ainda se vê sobre a padieira da porta de servidão do aqueducto huma Mitra Episcopal, hindo d'aqui em direção á Rua Direita, ou vinte e trez de Julho como depois se chamou, para de novo se denominar rua de Santo Ildefonso, e atravessando-a seguia pela Travessa dos Pardieiros para a Viella do Campinho, chegando á rua d'Entreparedes corria em alcatruzes de louça e calleiras assentes a par do aqueducto publico ate á Fonte da Batalha, sendo d'esse ponto em diante ainda o actual encanamento que está em serviço. Nesta sua continuada e antiquissima carreira era lhe distrahida grande porção de suas agoas em forma, que o Convento recebia alguma, e a Fonte do Largo da Sé, Sachristia da Cathedral e Paço Episcopal nenhuma, porque desde o fallecimento do Bispo D. João de Magalhaens e avellar nunca mais se cuidou dos reparos do encanamento a cargo da Mitra pela citada Escripura de 15 de Junho de 1537.

Nestes termos resolveo o Bispo D. Antonio Bernardo da Fonseca Mouiz d'accordo com a Religiozas do Mosteiro de Santa Clara offererem á Camara Municipal as suas agoas reservando para si as porçoens de que careciao: aceite a proposta estipularão se as respectivas condições que a final forão reduzidas a Escripura. Celebrou-se pois o contrato em 31 de Maio de 1855 com todas as formalidades da lei, passando à posse da Camara as duas minas sitas no lugar da Povoia de Cima, e seus terrenos menos os Direitos Dominicaes, sob as condições de se darem á Mitra 8 pennas e ao Mosteiro 24 pennas da mesma agoa ou de outra igual em qualidades especiaes, e posta a correr nos sitios designados à custa do Municipio, e bem assim 1 penna mais para uzo da Sachristia do cabido, e a porção necessaria para alimentar se a fonte publica do Largo da Sé, reservando se para a Camara o Direito d'opção durante oito dias nas vendas a particulares destas mesmas agoas separadas das quaes a limpeza e reparos dos encanamentos ficarão sempre a expensas da cidade, e outras clausulas transcriptas na citada escriptura. L^o 50 Not. Prop. F. 27.

Approvou o contracto o Conselho do Districto em accordão de 2 d'Abril e foi confirmado por Decreto de 16 de Junho d'esse mesmo anno de 1855.

Empossando se a Camara Municipal destes dous mananciaes determinou das 33 pennas d'agoa no registo da rua d'Entreparedes, por assim ficar menos oneroso ao Concelho a reparação do aqueducto, em conformidade do contracto feito. He pois ahi que se collocou huma chave para constantemente se regular esta porção d'agoa sempre certa, embora haja esterilidade. E considerando se a inutilidade do encanamento, commun ás duas nascentes, transitar por dentro de propriedades particulares, deo se lhe em parte nova direcção, a qual he ao presente como abaixo direi, verificando se por ella o haver se desprezado o aqueducto antigo desde o ponto em que entra na rua Duqueza de Bragança até á d'Entreparedes, e mais além o lanço que desde o Largo de Santa Clara hia findar no Paço Episcopal.

Descrição do manancial da Mitra. A mina que pertenceo aos Prelados Diocezanos do Porto está assente ao Nascente da rua do Costa Cabral, pela qual segue a estrada de Guimaraens, e dentro da propriedade de João Antonio de Lima, procede a agoa reunida ali de duas veias em direcção de Noroeste e Sedueste, havendo se praticado hum oculo de servidão que terá a profundidade de 42 palmos mais ou menos, cuja tampa tem por baliza hum marco redondo de pedra colocado em distancia da linha frontal da referida propriedade confrontante d'aquella rua 130 palmos exactos. O aqueducto, que tem a altura sufficiente para admitir os trabalhadores occupados nos misteres das agoas publicas, segue deste ponto central da dita propriedade pela linha de Sueste ate ao extremo cunhal do Sul d'esse termo, vedado por hum muro de prepianho, e entrando nos chãos aforados por Joze de Freitas Lima, seus Irmãos e Primo Bernardo de Freitas Lima, Manoel de Freitas Lima, e Antonio de Freitas Lima atravessa pela parte do Nascente esses terrenos todos tambem murados, existindo no pertencente a Manoel de Freitas Lima hum oculo, que vem a ser o segundo, posto não se ver ao prezente o menor signal externo da localidade onde ele se acha, e he de toda a necessidade colocar-se. Sahindo fora destas propriedades, em huma das quaes não ha ainda mezes se construiu hum poço, talvez venha a prejudicar no fucturo o manancial, segue o aqueducto publico para outra immediata a onde está praticado, bastantemente abaixo do nivel do solo, a porta da entrada para a mina Episcopal, cujo emblema da Mitra talhada em huma pedra quadrada, que nos tempos passados permanecia arvorado em cima desta porta, acha se recolhido com a piramide, também de pedra, que o reintrava(?) dentro da mesma mina. Para chegar a esta porta, que olha do Nascente, entra-se n'hum espaço de terreno quadrilongo murado pelos lados do Norte, do Poente onde fica assente a arca, e pelo do Sul, sendo inteiramente aberto pelo do Nascente: descem se ainda sette degrãos de pedra, e penetrando se dentro observa se hum espaço quadrado de pouco mais ou menos vinte e cinco palmos por cada face, todo coberto por excellente abobada de pedra. Vem lhe o aqueducto da parte do Poente, e consiste elle em

hum rasgadura de vinte palmos d'alto ficando metade d'essa sua altura inferior ao pavimento, á outra metade superior: he neste ponto que principia o encanamento de louça. Substituiu o emblema Episcopal hum lápide embutida no frontespicio da arca e sobre a sua respectiva entrada, na qual se gravou a seguinte legenda = Camara Municipal do Porto = 1857.

Hede crer que o termo murado pertencesse á Mitra, pois não se vê quazi a par do frontal da arca a pilastra que formava a entrada principal para ele, mas também sendo a mesma Mitra a Directa Senhora de todo este solo e suas redondezas, decerto não deixou de reserva-lo para si como parte necessária para a livre servidão de suas agoas, todavia os proprietarios vizinhos estorvarão a concluzão da vedação deste terreno alegando o poderem nelle cegar herva, e de próximo lhe plantarão vinnes.

Segue d'aqui o encanamento subterraneo em direcção de Sul atravessando o campo de Joze Francisco Barreira e no meio d'elle ha hum oculo com tampa de pedra, onde está gravado o seguinte signal, para designação da sua abertura G⁺. Foi este campo cortado ha poucos annos pela rua, que se abriu dando lhe o nome de = 15 de Setembro = e posteriormente mudado para rua = da Constituição=, e como o pavimento d'ella he mais alto estabelecerão se n'hum e n'outro dos paredoens lateraes que o sustentão portas para uzo do mesmo aqueducto, que se dirige para a porta d'outra arca menor que a primeira cuja entrada he voltada ao Sul, lendo se na padieira os algarismos = 1857=, esta pequena arca foi construída durante a posse da Mitra do Porto e conservou intacta, salvo à comemoração da posse da Camara Municipal. He muito acanhada esta entrada, que quazi se pode dizer postigo, mas descendo se sette degráos de pedra interiormente colocados, tem dentro sufficiente altura para lar lugar aos trabalhos necessarios para a limpeza e concerto das agoas da Cidade, as quaes continuão á sua derrota encanadas também em louça, afim de melhor e mais utilmente se aproveitarem.

Desta arca vai o aqueducto ainda pelo campo em frente, que igualmente he cortado pela rua d'Alegria, o qual segue a alguma distancia pelo lado do Poente, e sendo esta rua, como a já mencionada = 15 de Setembro = muito mais elevada que o dito campo e esta emparedado por ambos os lados, também por baixo d'ella e por meio de porta se estabeleceo o caminho subterrâneo para servidão do mesmo aqueducto, o qual d'aqui se dirige para a parte do Nascente, afim de reunir se no ponto destinado á agoa que dismana (?) da arca que pertenceo ás Religiozas de Santa Clara.

Descripção do Manancial das Religiozas. Ao Nascente da rua d'Alegria ha hum campo lavradio pertencente a Joze Francisco Barreora, e a pequena distancia da caza sobradada que assenta ainda mais á parte do Nascente do mesmo campo, foi edificado, por ordem e a expensas

do Mosteiro das Religiozas de Santa Clara, a arca de suas agoas potáveis: tem a frontaria toda de pedra lavrada voltada ao Sul, remattando-a humma empena com seu frizo. Em frente desta fachada há hum pequeno terreno quadrado e vedado com paredes capeadas e sua rasgadura para entrada, o qual foi reservado para o serviço particular da arca que he construída toda d'abobada de pedra excelentemente fabricada, alta e desafrontada, medirá em quadro 50 ou 60 palmos. Sobre a porta da entrada desta arca, que fica inferior e soterrada pelo campo superior que he d' Antonio Alves Pereira Espinheira, vê-se huma lapida que diz como a outra, que foi da Mitra =Camara Municipal do Porto 1857=, data que demonstrará eternamente desde quando he esta peça (fl. 64v) e sua agoa; rebentada em bolhas no pavimento interno, propriedade do Municipio. O encanamento segue deste ponto sempre na linha do Sil, pelos campos de Joze Francisco Barreira, nos quaes á flor da terra estão patentes s capas dos oculos em direcção das pias do encanamento de louça, que conduz as agoas deste abundantíssimo manancial. Proseguindo continuamente este encanamento ca alguma distancia da sua embocadura aberta dentro da mencionada arca, encontra se com singular excepção estabelecido o uzo particular do proprietário do dito campo, de tirar agoa n'humma pequena pia de pedra que está praticada no mesmo encanamento: uzo e posse que, se existio pelo consenso ou tolerância das Religiozas quando erão proprietárias do manancial, deveria cessar logo que alienarão o seu direito, maiormente não se tendo no contracto estipulado essa condiçãoo. Em sequencia do encanamento constuio se mais abaixo huma porta como de mina olhando ao Nascente, que encerra huma pia maior tambem de pedra para receber as agoas dos dous mananciaes, por ser nella que fazem a sua junção, entrando as do manancial Episcopal pela parte do Poente. Assim continua o aqueducto ora formado de caleiras de pedra, ora d'alcatruzes ou telhoens de barro cozido, que seria de muita utilidade no fucturo substituírem se por toda a parte pelas ditas caleira, dando se lhes ainda maior capacidade do que as actuaes, afim de não se perder e desencaminhar tanta agoa como acontece ao presente, e vai surgir a hum certo caminho de servidão particular dos campos que atravessa nos quaes são muito amindadas e visíveis as pias com tampas de pedra, designadas com him =P= gravado n'ellas. Logo mais abaixo atravessa o caminho publico que vai para a povoação chamada Povia de Cima entrando em outras muitas e diversas propriedades, e descrevendo dentro d'ellas variadas linhas rectas ou curvas como pedia e concedia o nivelamento e desigualdade do terreno, hindo em sitios subterrâneo, em outros á superficie ou ainda superior, rodeando assim pela parte do Nascente o monte, que ainda conservou o nome = dos Congragados =, á face do caminho de carro que igualmente se dirige para a Povia; um dous pontos deste extensissimo encanamento e n'elle se deixarão abertas pias de pequenas dimensões tudo por cima cavidades em forma de nichos, para facultar assim a tiragem d'agoa

para uzo domestico aos moradores das circunvizinhanças. Entra então na propriedade murada do conhecido negociante Thadeo Antonio de Faria, em cuja ha portas para a livre e franca servidão dos operários da Camara encarregados da vigilância e reparos das agoas da Cidade. Recorre o encanamento publico toda esta propriedade rural pela parte mais alta d'ella em direcção de Norte a Sul, descrevendo se em linhas curvas e rectas o seu visível leito quazi nos extremos da Quinta da Ponte, e tem nas capas ou tampas de pedra que cobrem as caleiras amindados signaes, designando huma = += gravada em algumas, as juntas das mesmas caleiras: hum =P= demonstra as diversas picas do referido encanamento. Sahindo se desta quinta particular prossegue o dito encanamento de Leste a Oeste ao longo de hum terreno irregular na forma, pertencente a Antonio Joaquim d' Andrade Villares, que tem aforado a diversos; no meio, pouco mais ou menos, do referido terreno desde o aqueducto à profundidade de dez palmos, mais ou menos, e na direcção da soleira da porta que está ao Nascente e no alinhamento da rua Duqueza de Bragança existe dentro do aqueducto, que desde ahi consente o entrarem n' elle os operários, huma pia para receber todas as agoas dos dous mananciaes, a qual pia tem ao lado outras duas menores, contudo o registo de 2 pennas de Nicoláo Coquet Pinto de Queiroz. Nº1; na outra ha hum registo repartindo n' elle 3 pennas d' agoa, sendo 2 pennas para o Barão da Nova Cintra. Nº ; e 1 penna para Antonio Serafim Leite Basto: Nº3; vão juntas por acordo feito entre ambos. Da mencionada pia desce o aqueducto, talhado nas mesmas proporções, já indicadas, de Norte a Sul á rua (fl. 66) Duqueza de Bragança ate á Fonte denominada da Firmeza, por ocupar o ângulo de Nascente e Sul da rua d'esse nome, cuja pedraria foi da fonte demolida na Praça da Trindade. As vertentes tem o destino marcado na letra (a).

He recebida toda a agoa dos mananciaes, que neste ponto repucha da profundidade em que caminha ate ahi; em todo o trajecto da rua Duqueza de Bragança, na pia quadritonga que está embutida na grossura do espaldar da dita Fonte, a qual alimenta abundantemente duas bicas, e nas cabeceiras d'essa mesma pia estão firmes os registos das agoas particulares; na cabeça do Norte o que dá 7 pennas para Antonio da Silva Moreira; Nº4; o do Sul 2 pennas para o Visconde de Pereira Machado: Nº 5. N. 3. Estas 9 pennas forão compradas ás Religiozas de Santa Clara, e são descontadas na porção d' agoa, que reservarão para uzo do seu Mosteiro. E para segurança inalterável destas duas porçoens d' agoa, cada hum dos proprietários d' ellas andarão á sua custa construir pias menores e fechadas com portas de ferro, das quaes só elles possuem as chaves.

Depois destas divisoens descem as agoas publicas a um passador de pedra que permanece fixo á parte do Sul da porta e grade de ferro, que nas costas da dita Fonte, fechão a boca do aqueducto subterrâneo, e nesse passador que principião os encanamentos das duas fontes publicas,

que d'aqui se abastecem. He a primeira e mais próxima Fonte denominada do Canavarro, que posto receber em huma de suas bicas agoa permanente e nativa de mina própria, a outra he provida deste ponto. O encanamento da Fonte do Canavarro segue também subterrâneo pela rua Firmeza, atravessa a tua d'Alegria e vem correr ao longo da rua de Santa Catharina ate á dita fonte, da qual as vertentes vão para onde declara a letra (b). A segunda Fonte he a da Praça do Bolhão assente no espaldar das duas rampas de servidão publica, em comunicação da mesma Praça para a rua Fernandes Thomaz, aonde em grandíssimo e lindo tanque ministra hum volumoso deposito d'agoa. Dirige se o encanamento privativo da Fonte do Bolhão pelas ruas Firmeza, d' Alegria e Fernandes Thomaz atravessando a rua de Santa Catharina e seguindo pela mesma rua Fernandes Thomaz desce para a indicada fonte, hindo as vertentes no destino declarado na letra (c). Neste mesmo passador se veem também fixos dous bocaes a par, feitos de bronze, afim de permitirem a gradação de maior ou menor porção d'agoa que por alcatruzes de louça, descendo ate á profundidade do pavimento da Arca Duqueza de Bragança, junto do arco da sua mina da parte do Poente vai também em louça pelo antigo aqueducto, pertencente á dita arca, surgirá rua da Oliveirinha para alimentar a Fonte da rua de Santo Ildefonso, colocada no Largo antigamente chamado do Padrão d'Almas. A vertente d'esta fonte são d'hum particular, como diz a letra (d). E para se aproveitarem ainda as demasias destas agoas, juntas com as provenientes da citada arca, prossegue o encanamento ate á rua da [...] aonde tem o destino designado no respectivo Mappa.

Vide Mappa

Destino que tem as vertentes destas fontes

(a) Fonte da rua Firmeza. Pertencem estas vertentes á Camara, que costuma arrenda-las anualmente aos proprietários dos prédios próximos, mas na epocha da abundancia das agoas da Cidade são em tanta quantidade estas vertentes que não só se satisfaz ao arrendamento, mas ainda vão regar o termo sito nas costas da mesma fonte, aonde está construída a arca Duqueza de Bragança, e ás vezes se derramão os sobejos por inúteis pela rua deste nome. (b) Fonte da rua de Santa Catharina/ a segunda/ chamada do Canavarro. Vão as vertentes desta fonte para propriedades particulares; pola Escriptura de 28 de Julho de 1810 derão se para a caza de Joaquim Joze Fernandes da Silva situada na mesma rua. E pela Escriptura de 24 de Janeiro de 1818 não só se deo 1 penna d'agoa limpa, mas também as vertentes do tanque desta fonte á Quinta do Ferro: Vide Lº Not. Prop. Nº 16 f. 90v e Lº Not. Prop. Nº 28 f. 76. (c) Fonte do Bolhão. Pertencem as vertentes desta fonte que lançou pela primeira vez agoa em 20 de Fevereiro de 1858, a D. Emilia

do Espirito Santo e seu marido Joze Ferreira, a D. Maria Carlota Martins Sá Jinoco (?) e seu marido o Bacharel Joze Martins Cancio Leitão, em compensação das agoas que seus prédios, denominados do Campo do Pecegueiro e Campo de baixo, sitos na viella da Neta, recebiam provenientes do lameiro do Bolhão comprado e entulhado pela Camara, sendo o aqueducto para essas vertentes construído á custa do Municipio ate á entrada da mesma viella, pois que ambos os dous contractantes por parte de suas mulheres estavam acordes em receberem essas vertentes para rega trez dias e meio por semana, como mostrarão pelas procurações transcriptas na Escriptura de 10 d' Agosto de 1839. L° 47 Not. Prop. Fl. 108. N3. Antigamente houve huma fonte publica nas proximidades da actual Praça do Bolhão, de que ainda não há muito tempo se via ali correr huma bica d'agoa. O accordão de 31 de Maio de 1794 mandou compor essa fonte e seu tanque de modo que se junte toda a sua agoa, que andava extraviada, para d'ella se utilizar o povo da Cidade. Neste citado Accordão no L° da Ver. De 1794 f. 65v. A planta que mostra o sitio e terreno desta fonte no anno de 1810, está no L° 1 de Plant f. 126. (d) Fonte da rua de Santo Ildefonso; antiga rua Direita, depois rua 23 de Julho. Tambem teve o local onde está assente esta fonte, o nome de Padrão das Almas. Pertencem estas vertentes aos herdeiros de Jeronimo Gonçalves Guimaraens, que as arrematou em praça por R\$ 1:000/000 em 18 de Julho de 1840, cuja autorização lhe foi dada por Accordão do Conselho do Districto de 29 do mesmo mez e anno, lavrando se a Escriptura em 5 d' Agosto de 1840. L° Not. Prop. N° 47 a f. 77v. “

Apêndice 3

Fotografia da Planta Medieval exposta na Casa do Infante – Fotografia de autor



Apêndice 4

8 de maio de 1746

2ª Doação

A.D.P. *Notarial, 6º Cartório do Porto, 3ª Série, liv. 66, fls. 118v-119v*

“Doação que fes Jozefa Maria da Rua do Codeçal desta cidade, ao Recolhimento da Senhora do Ferro, desta cidade, aos 8 de Maio de 1746

Em nome de Deos Amen saybaõ quantos este publico instrumento de pura, irrevogavel doação gratuita, inter vivos valiosa de hoje para sempre ou como em direito melhor lugar haja virem que no anno de nacimiento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil setecentos e corenta e seis annos, aos oito de mayo do dito anno, nesta cidade do Porto, a Rua do Codesal della, cazas e morada de Josefa Maria, moça donzela, a onde eu tabeliam vim, a coal ahy estava presente de hua parte, e da outra Reverendo Caetano Mendes de Matos beneficiado na santa igreja cathedral desta mesma cidade como procurador do excelenssimo reverendissimo Dom frey Joze Maria da Fonseca e Evora Bispo deste bispado por procuraçam que me apresentou, e ao diante vay trasladada, e bem assim o Reverendo Padre Luis Pereira de Carvalho cura da mesma Santa Seé como procurador da Regente, e mais officiaes do Recolhimento de Nossa Senhora do Ferro desta cidade, por procuraçam que tambem me apresentou, e a diante vay tresladada, conhecidas de mim tabeliam de que dou feé, perante as coais por ella dita Jozefa Maria foi dito que aos dezasseis dias do mes de março de mil setecentos e vinte e nove na notta do tabelliam Antonio de Olanda que foi nesta cidade fizera huã doação ao dito Recolhimento de Nossa Senhora do Ferro das suas moradas de cazas, e quintal e fonte que posue nesta dita Rua, foreiras ao Morgado das Taipas, as coais propriedades são suas livres na coal doacaõ lhe emposera grandes encargos e por reconhecer que a mesma era onoroza, ao dito Recolhimento a queria revogar como de facto por este instrumento o revoga, e declara de nenhum vigor como se feita não fora e somente que esta valha pello que diçe que por este mesmo instrumento de sua livre vontade, sem constrangimento de pessoa alguã fas pura e irrevogável doacaõ gratuita destas cazas, e quintal e fonte com todas suas pertenças, na forma que os posue, e lhe pertense ás ditas recolhidas de Nossa Senhora do Ferro que agora são e ao diante forem para sempre para ellas posuhirem e no dito sitio fazerem hum Recolhimento para nelle viverem e na mesma cede e transfere todo o direito e acaõ que na dita propriedade tem para tudo posuhirem por morte da dita doadora, tomando posse, que lhe hã por dada e perfeita e feita com (?) a coal doacaõ lhe faz com a condiçoins seguintes que no dito sitio

em que estaõ as ditas cazas, e quintal doadas, se fará hum Recolhimento capâs para melhor as ditas recolhidas servirem a Deos, e todas aquellas mulheres que arependidas da má vida e costumes desolutos do mundo, se quisessem reduzir, e refugiar neste Recolhimento, principalmente de idade de quinze athe trinta anos, e bem parecidas, e que por tais servicem de mayor ruina das almas, e reformar os escandallos que deraõ com seu procedimento e virtudes christãs, que aqui vem aprender, e procurar para o qual saõ regidas e governadas pelos Ilustrissimos Senhores Bispos desta cidade, que per sy, e seos ministros e officiaes o governaraõ na espirital e temporal, admitindo as e despedindo as, e castigando as como for justo, pondo lhe Regente, e mais officiaes dispoticamente, fazendo-lhe seos estatutos por onde se governem, que observaraõ para bem de suas almas, e melhor louvassem a Deos de sorte que vivaõ como Deos manda e outrosiy que teraõ por sua padroeira e titular no novo Recolhimento aquelle grande exemplar de castidade Santa Maria Madallena que enquanto se naõ der principio ao dito Recolhimento será a dita doadora senhora de todos os rendimentos das ditas cazas e quintal em sua vida, e por sua morte tudo ficará livre ao Recolhimento que dandoçe principio o dito Recolhimento seraõ obrigadas as ditas Recolhidas a sustentar a ella doadora de tudo o neçesario, ou dar lhe trinta mil reis para seu sustento qual ella doadora melhor quizer, e mais lhe daraõ huã caza sobre si com sua cozinha em que possa viver com sua criada, e junto á dita caza hum apozeno para duas mulheres de mayor idade, que ella doadora tem em sua companhia, viverem enquanto forem vivas, as coais poderaõ servir as ditas recolhidas no dito Recolhimento novo, no que podessem, enquanto quisessem, ser suas companheiras, e mais que no dia do seu falecimento se lhe mandaraõ dizer duzentas (?)missas e hum officio de nove liçoins, e cada recolhida lhe rezará hom roزاری, tudo por huma so vês e tudo por sua alma e mais se lho dirá em comunidade cada huma hum roزاری rezado, enquanto o mundo for mundo por sua alma e comungaraõ todas seis vezes no anno, a saber no dia de Natal, dia de São Joze, dia de São Pedro Natividade da Senhora e dia da Conceicam, e de todos os Santos para sempre, e que os trinta mil reis, reservados para seu sustento lhe seraõ pagos da esmolla que sua Magestade que Deos guarde consignar na Camara desta cidade, entregue metade por dia de Natal, e a outra metade por dia de Saõ Joaõ Baptista de cada hum anno, e naõ lha consignando, seraõ pagos pelos ditos bens doados, ou por outros rendimentos pertencentes ao mesmo Recolhimento o que com estas reservas, e condiçoins fazia esta dita doaçaõ e de outra maneira naõ atendendo o que o Recolhimento em que se achaõ está muito devasso, e apertado, e aruinado e que o recolhimento que fizerem nas propriedades dadas sera do agrado de Deos, e que para esta obra pia o mesmo Senhor lhe perdoará seos pecados e com a esperança de que as mesmas recolhidas viveraõ como o mesmo Senhor quer e que ainda

que não tenha dado principio ao dito Recolhimento no tempo do seu falecimento sempre satisfaraõ os encargos nesta declarados, e o foro que se paga a dona Micaella Antonia Freire de doze mil reis cada anno das ditas cazas, e quental pelo dito Reverendo Padre Luis Pereira de Carvalho foi dito que em nome da dita Regente e mais officiaes aseitava esta escriptura com todos os ditos embargos, e condiçoins nella mencionados que se obrigaõ em nome das mesmas que agora são e ao diante forem tudo cumprir e satisfazer, ao que obriga as pessoas digo obriga os rendimentos do dito Recolhimento e ella dita doadora estar [...]e o não reclamar o que também obriga sua pessoa e bens das mesmas propriedades aqui doadas e logo pelo Reverendo Caetano Mendes Matos, foi dito que por vertude do poder da sua procuraçam em nome da sua Exelentissima Reverendissima dava seu consentimento a esta escritura e a aprovava e havia por boa e assim o outorgaraõ eles partes e quizeraõ que havendo pleitos se obrigaõ responder perante o Dezembargador Corregedor do Cível desta Rellaçaõ, ou juis de fora della , ou perante as justicas eclesiásticas, qual muito pareser para o que se desaforaõ dos juízes e justicas de seus foros e renunciaõ todas as leis, ferias geraes e especiaes e o theor da dita procuraçam he o seguinte Dom frey Jose Maria da Fonseca e Evora ex geral da ordem de São Francisco do Conselho de sua Magestade, prelado domestico de sua santidade particularmente ao serviso de sua santidade; digo ao serviço pontificio e por merce de Deos e da Santa Sé ao prezente Bispo do Porto por este nosso Alvará de procuraçam concedemos todos os nossos poderes ao Reverendo Benefeciado Caetano Mendes de Matos para que nosso nome possa aseitar a doacaõ que fes ao Recolhimento do ferro Josepha Maria desta cidade, das suas cazas, e mais pertencas a ellas, que tem no Codeçal freguesia da Séé, e da mesma dita abonasaõ e procuraçam que as mesmas recolhidas fazem à doadora, tanto na sua vida como na sua morte, e para poder assinar coalquer escritura para sobre esta mesma e mais que necessitem for. Dada no Porto nos Passos da nosa residencia de baixo de noso signal e sello aos vinte dias de abril de mil e setecentos e coarenta e seis // Bispo, lugar do sello de sua Excelentissima Reverendissima. Saybaõ quantos este publico instrumento de procuraçam bastante com poder subestabelecer, virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo, de mil settecentos e coarenta e seis annos, aos sete de Mayo do dito anno nesta cidade do Porto, Recolhimento de Nossa Senhora do Ferro que he sito na Rua Escura desta cidade, a onde eu tabelliam vim, e ahy estavaõ presentes a Regente Feliciana de Jezus e a escrivam Maria de Lima, e a porteira Joanna Maria, recolhidas no dito Recolhimento, conhecidas das ditas testemunhas de mim tabelliam e diceraõ fariaõ seu bastante procurador ao Reverendo Luis Pereira de Carvalho seu adeministrador parocho da freguesia da Séé desta cidade, para que em seus nomes, como se presentes foraõ, para assinar a escritura de doacaõ que lhes fas Josepha Maria da Rua do Codesal,

com as condicoins, e reservas que se ajustar e tudo aseitar e obrigar a rendas do dito Recolhimento ao comprimento de tudo, para o que lhe daõ os poderes necesarios, com livre e geral administraçaõ e tudo o feito, e asinado pelo dito seu procurador os subestabelecidos prometiã e cometiã de haver por bom e asim outorgaraõ, e por diserem naõ sabiaõ ler nem escrever, rogavaõ a Manoel Ribeiro da Rua Chã desta cidade, que por ellas asinase o que satisfes e como testemunhas o foraõ mais Joze de Souza e o Padre Antonio Mendes desta cidade e Caetano Mendes de Matos tabelliam o escrevy e declararaõ as outorgantes que o dito seu procurador desta propriedade doada podese tomar pose com as solenidades costumadas e a sobredita procuraçam escrevi a rogo das sobreditas Manoel Ribeiro // Padre Mendes de Matos // Joze de Souza [...] e nom se continha mais em a dita procuraçam que eu tabeliam fiz tresladar de meu livro ao qual me reporto e asiney em palavra rasa eu Antonio Mendes de Matos tabelliam o escrevy //lugar do signal Antonio de Matos e naõ se achava mais na dita procuraçam que treslladei na verdade, a que me reporto e vaõ juntas ao tresllado desta e reconheço por verdadeira e declarou ella doadora que falecendo sem fazer disposisaõ para os seos bens de alma lhe mandaraõ fazer ellas recolhidas por seus beens moveis e dinheiros que se achar e lhes doa por este intrumento hum officio de nove liçoins no dito recolhimento no caso que naõ esteja feito o novo [pertendia] lhe mandaraõ dizer as missas que lhe parecerem per sua alma e ao dito recolhimento no tal caso institui por seu universal herdeiro de tudo o que seu for e per seu falecimento se achar; e asim outorgaraõ e aseitarãõ de parte a parte e de tudo requereraõ lho escrevesse nesta nota e desse os tresllados necessãrios e eu tabeliam como pessoa publica estipulante e os estipulantes satisfeitos delles partes para em nome e favor das partes [autoras] tanto que devo e posso per razaõ de meu officio e aqui assinaram depois de lida com as testemunhas presentes Beneficiado Chrispim da Rocha que he na dita cathedral e o Reverendo Manuel Carvalho cura na dita See e Manuel de Souza Ramos sirurgiaõ morador na Calçada da desta cidade e Antonio Sousa soldado e morador nesta dita rua João Bento familiar de mim tabeliam que a tudo dei fée e na verdade eu António Mendes de Matos o escrevi

Padre Luis Pereira de Carvalho
Joseph Maria
Chrispim da Rocha
João Bento
Benificado Caetano Mendes de Matos
Manoel Carneiro de Meyrelles
Manoel de Souza Ramos
Antonio de Souza

Apêndice 5

16 novembro 1746

Escritura do Morgado das Taipas

A.D.P. *Notarial, 4º Cartório do Porto*, 4ª Série, liv. 284, fls. 216v-220v

“Doação contrato sobrogacão e promutação que faz Luis Antonio Ferreyra Carneyro de Vasconsellos e sua mulher a favor da Regente e mais recolhidas convertidas do Recolhimento de Nossa Senhora do Ferro desta cidade

Em nome de Deos Amen saybaõ quantos este publico instramento de escriptura de contrato e de doação promesade tudo ao diante declarado ou como em direito mais valido e firme seja virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e settecentos e corenta e seis annos aos dezasseis dias do mes de novembro do dito anno nesta cidade do Porto, e cazas de morada do muito Reverendo Doutor Manoel de Souza e Silva Dezembargador da Meza eclesiastica deste Bispado e juiz dos rezidos do mesmo Bispado e cidade a onde eu tabelliam fui vindo e sendo ahy perante mim pareceraõ partes a saber de hua o Reverendo Luis Carvalho digo Reverendo Padre Luis Pereira de Carvalho do Avito de Saõ Pedro e cura da sée desta mesma cidade e nella morador como procurador bastante pera o cazo presente com poderes bastantes que nos jura ser da Regente escrivã e poreteira e mais recolhidas convertidas do Recolhimento de Nossa Senhora do Ferro desta dita cidade como consta de hua sua procuraçam bastante feita por mim tabelliam em minhas nottas em os quinze dias do presente mes e anno e bem asim estando tambem presente da outra parte Luis Antonio Ferreyra Carneyro de Vasconsellos Morgado das Taypas e fidalgo da caza de sua Magestade que Deos guarde morador na sua quinta da Espinheyra de villa de conde termo desta mesma cidade e hora estando nella per sy e como procurador de sua mulher dona Theodora Ignaçia de Azevedo e Lacerda como assim a fes serto por huã sua procuraçam mano escripta para o cazo presente bastante que ao diante no fim desta ira tresladada e ambos elles ditos outorgantes pessoas reconhecidas de mim tabelliam e testemunhas ao diante escriptas e assignadas pelos aqui nomeados de que atesto minha fée e logo por ele dito Reverendo Padre Luis Pereira de Carvalho foi dito a mim tabelliam em prezenza das ditas testemunhas que verdade que as ditas suas constituintes a Regente e mais e mais convertidas recolhidas neste Recolhimento de Nossa Senhora do Ferro desta cidade se achaõ em grande sujeição e aperto no sitio das cazas em que moraõ na Rua da Senhora do Ferro desta mesma cidade por que alem de serem muito devassas de muitas janenellas das cazas vizinhas e ainda das dos prezos do aljube

desta mesma cidade e quintais que haõ contigo as cazas do mesmo Recolhimento naõ tem cõmoda abitacãõ por ser grande o numero das recolhidas e estarem aruinadas as mesmas cazas em termos que naõ podem viver em comonidade e com vida onesta, como pertendem por ter saído das liberdades do mundo e que para fundarem hum novo Recolhimento capas de poderem viver lhes fez doacaõ de huãs cazas e quintal com sua fonte de agoa dentro sitas no Codesal desta mesma cidade nas nottas de Antõnio de Olanda tabelliam que foi nesta cidade, em os dezaseis do mes de março do anno de mil settecentos e vinte e nove Josepha Maria mulher antiga e donzella moradora na dita Rua do Codecal e nas mesmas cazas e quintal e com encargos e obrigasoins que na mesma escreptura de doacaõ se declararaõ, e o tiveraõ Provizaõ as ditas suas constituintes de sua Magestade pasada em os dezasete de Julho de mil e setecentos e trinta e hum por serem as ditas cazas foreyras digo as ditas cazas e seu quintal por prazo foreyras com mil e seiscentos e vinte reis de foro com seu direito dominical do Morgado Instituido por Joaõ Martis Ferreyra do coal esta sendo oje ademenistrador o dito Luis Antonio Ferreyra Carneyro de Vasconcellos aumentando do lhes antaõ para esse efeito o dito foro em o foro de dois mil reis e que ele dito ademenistrador e seos susesores seriaõ pares no tal novo Recolhimento, e como ele dito ademenistrador naõ tinha adignado a escreptura de doacaõ nem tampouco dado a ella seu consentimento nem menos para a dita provizaõ se conceder tratou de fazer sitar a dita Regente e mais recolhidas suas constituintes para exivirem a dita provizaõ na Coreycaõ do Sivel desta cidade para em testemunhas de nulidade .. livracaõ penna de que naõ a possuindo se julgar nulla e sem efeito e declinando ellas para o juízo de fora do geral desta cidade pela exivicam nem obrigacam contra a citacaõ se lhe ouve por convinada a penna por sentença de vinte e dois de dezembro de mil setecentos e trinta e dois e dos autos foi escripturaõ Joaõ ... Cardozo e se ficou sem efeito algum a dita provizaõ e pagando se das ditas cazas e quintal taõ somente o foro annual dos mil e seiscentos e vinte reis ao dito Morgado como antesedentemente se pagava e pella dita Josepha Maria alcançar que a sobredita doacaõ fora muito carregada de encargos com deminuicaõ desta lhes fes outra doacaõ nas nottas do tabelliam Antonio Mendes Matos que o he desta cidade em os outo dias do mes de mayo deste prezente anno de mil settecentos e corenta e seis transferindo lhes por ella e domínio e posse que tinha nas ditas cazas e quintal para efeito de ahi fazerem o dito novo Recolhimento e com capacidade para servirem a Deos aquellas molheres que arependidas da ma vida e costumes largando e mundo se quisessem reduzir e refugiar no dito Recolhimento prinsipalmente as da idade de quinze athe trinta annos e bem parecidas e que por tais serem de mayor ruina e escandallo para ahi reformarem os seos mãos costumes com as virtudes christãs sendo governadas e derigidadas no espiritual e temporal pelos Exsellentissimos Reverendissimos

Senhores Bispos desta cidade, e por seos ministros e officiaes como tudo mais largamente consta da dita segunda doacaõ que a ouve aqui elle dito Reverendo procurador por expresa e declarada, e por assim tudo ser verdade logo pelo dito Luis Antonio Ferreyra Carneyro de Vasconellos em seo nome e como adeministrador do dito seu vincullo e Morgado dos Ferreyros e em nome da dita sua mulher constituinte Dona Theodora Ignacia de Azevedo e Lacerda foi dito que suposto quizesse assignar nem consentir na sobre dita primeyra doacaõ feita pella dita Josepha Maria nem menos na dita provizaõ que se julgou a sua instansia sem efeito fora por antaõ se lhes naõ pedir consentimento e authoridade e ser de muito prejuizo e ruina espirital e temporal para os adeministradores do dito seu vincullo a ileycaõ de dois athe tres lugares que se lhes consediaõ no dito novo Recolhimento pois naõ só aviaõ de ter grandes duvidas com os prelados que que derigisem e governasem as ditas recolhidas na ileyçaõ a respeito de terem ou naõ terem os eleytos que elles adeministradores escolhesem as coalidades do Estatutos mas tambem fasilitava para que os mesmos ademenistradores pozesem na vida e costumes alguãs donzellas fiados na [...] deos a como darem nos ditos lugares e ellas com mayor facilidade se viriaõ a entregar [e so] quando sobre o dito Recolhimento para donzellas e religiosas fazia conta e utilidade do Morgado ser Padroeyro com a regalia de proverem alguns lugares porem como de presente tem noticia que haõ varias esmollas ja applicadas para fundação ao dito novo Recolhimento e que este he huã das obras mais pias e necessarias nesta cidade e que naõ podem viver as recolhidas nas cazas em que aistem por naõ terem os comodos neccessarios e estarem muito devassadas e ameasando ruina por ele foi dito que estava aseytado e contratado com a dita Regente e mais recolhidas de Nossa Senhora do Ferro em lhe dar authoridade e consentimento a esta segunda doacaõ que lhes fes do dito quintal, e cazas a dita Josepha Maria aos outo dias do mes de mayo pasado para ahi fundarem o novo Recolhimento com a vocação a Santa Maria Madalena e que outro sy para ficarem as mesmas cazas e quintal sem sujeicaõ alguã ao dito vincullo e livre do dominio directo que nellas tem saõ elles ditos adeministrador e sua mulher contentes que se lhe ajaõ de sobrrogar outros bens livres e dezembargados e premutar nelles aquelle dominio direto e foro das ditas cazas e quintal, avincullado em forma que o mesmo vincullo naõ fique deteriorado mas sim mais aumentado e sem receber prejuizo algum os possuidores dele pello tempo a diante no foro que se lhe paga e nos seos acrescentamentos laudemio e mais direitos dominicais e por coanto o dito Recolhimento naõ tem bens alguns de rais livres e capazes de se poderem sob-rrogar premutar em o lugar dos sobreditos avincullados por elle dito adeministrador em seo nome e da dita sua mulher foi dito que saõ senhores e possuidores com o domínio directo de dois prazos a saber hum sito em a freguesia de Santa Maria das Medas termo desta cidade o coal a mulher dele outorgante

adeministrador lhe deixou sua tia Anna Maria velho testamento com que se faleseu do cal se lhes paga dois digo se lhes paga duas razas de trigo e duas de senteyo e coatro de milho, e os mais direitos dominicais que constaõ do mesmo prazo que he de livre nomeação e foi renovado aos quinze dias do mes de setembro do anno de mil e seiscentos e dezassete nas nottas do tabelliam que foi nesta cidade Aleixo Ferreyra de Araujo, e no tempo prezente he enfiteuta do mesmo prazo Thome Gonçalves; e o outro he sito asima da quinta do Boy Alvo termo desta mesma cidade que he de sua herdade dizima a Deos que elle dito outorgante emprazou ao Padre Joaõ dos Santos seu capellaõ e delle lhe paga o foro annual de seyscentos reis em dinheiro e mais direitos dominicais que constaõ do mesmo prazo feito nas nottas de Joaõ Lourenco Pinto tabelliam de nottas que foi nesta cidade aos vinte e sette dias do mes de mayo de mil settecentos e trinta e nove e que ambos os ditos prazos os tem que serem livres e dezembargados sem obrigacaõ de fiança ipoteka nem outro algum encargo e por ficar o dito vincullo muito mais aumentado sobrrrogando se nellas o direito que tem avincullado das sobre ditas cazas e quintal do Codesal para ficarem livres para o dito novo Recolhimento como dito fica disse ele dito Luis Antonio Ferreyra Carneyro de Vasconsellos que em seu nome e da dita sua mulher que por esta dita escriptura e na melhor forma de direito doava como defeito doou do dia de oje para todo o sempre ao dito seu vincullo e adeministradores que elle lhe vierem a ser ao diante os sobre ditos dois prazos renda e direitos dominicais delles asima declarados na forma que os posuem e melhor posaõ pertenser em lugar das sobre ditas cazas e quintal e prazo renda e direitos dominicais dellas e quer se contente que por estes fiquem como ficaõ sobrrrogados e premutados de oje para sempre os sobre ditos dois prazos e seos direitos dominicais e rendas delles no dito vincullo e nelle os ha por anexados e avincullados avendo para iso Licenca e Provizaõ de sua Magestade que Deos guarde na forma que por direito se requer para validade desta sob-rrogacaõ e premutacaõ e desde logo consedida que seja a dita grasa se de em seu nome e da dita sua mulher no dito vincullo e posuidores que delle forem todo o direito pose acaõ pertensaõ e util direto domínio uzos frutos e rendimentos que tem e posaõ ter seos sobre ditos dois prazos que a ele ficaõ pertencendo pella prezente escriptura de doacaõ premutacaõ e sobrrrogacaõ a coal se obriga por seos bens e rendas e da dita sua mulher e serbos de suas almas a naõ fazir em tempo algum em tempo algum contra esta escriptura mas de sy largaõ toda a dita sua pose e haõ por dada ao dito vincullo pella clauzulla constituti e que assim mais conseguida que seja a dita grasa se obriga ele dito Luis Antonio Ferreyra Carneyro de Vasconsellos em seo nome e da dita sua mulher a fazer ao dito novo Recolhimento e recolhidas delle escriptura de doacaõ ou aquelle titullo que a ellas lhes parecer e em direito melhor por largar as sobre ditas cazas e quintal do Codesal prazo renda e direyto dominical dele para sempre com

tudo o mais que lhes pertencer para efeito de ahi se fazer o dito novo Recolhimento que ellas pertendem e dar authoridade e consentimento a dita segunda escriptura de doacaõ que lhes fes a sobredita Josepha Maria para o mesmo efeito e que assim o promete cumprir como dito ficou em seu nome e da sua mulher tanto que chegada for a dita grasa da Provizaõ para ficarem livres e desembargados do vincullo as sobre ditas cazas e quintal ao dito Recolhimento e recolhidas dele ao que tudo for novo do lugar seos bens e rendas e da dita sua mulher constituinte e assim nesta forma avia por feita esta escriptura contra a coal se obriga em tempo algum hir contra ella nem a dita sua mulher se naõ comprilla em tudo em juizo e fora delle como nella se contem, e pello dito Reverendo Padre Luis Pereira de Carvalho foi dito perante as ditas testemunhas que ele em nome das ditas suas constituintes e seu Recolhimento aseytava esta escriptura com todas as condisoins e obrigasoins nella contheudas e declaradas e o teor da dita procuraçam da mulher do dito Luis Antonio Ferreyra Carneyro de Vasconsellos he o seguinte // Pella presente procuraçam constituho meu bastante procurador com livre geral adeministracaõ a meu marido o senhor Luis Antonio Ferreyra Carneyro de Vasconsellos para que em meo nome posa fazer e assignar huã escriptura de doacaõ ou contrato de direito dominical que temos em huãs cazas e quintal sitios na Rua do Codesal da cidade do Porto que posue Josepha Maria para efeito de ahi se fundar e fazer o Recolhimento de Santa Maria Madanella das convertidas de Nossa Senhora do Ferro da mesma cidade e a ver por boa a doacaõ que para o mesmo Recolhimento tem feito a dita Josepha Maria do direyto e domínio util das mesmas propriedades e por serem do vincullo do nosso Morgado que instituhio Joaõ Martins Ferreyra podera tambem fazer doacaõ e dotacaõ dos nossos bens livres que lhe pareser para sobrogacaõ dos sobre ditos e vinculados e sujeitados em seu logar ao mesmo vincullo tomando os para isso huns e outros bens em nossas tersas fazendo a este fim tudo o mais que bem lhe pareser por ser muito da minha vontade e devocaõ que tenha efeito a dita obra taõ pia que para tudo lhe consedo todos os meos poderes inteiros Espinheyra coatro de novembro de mil e setecentos e corenta e seis annos // dona Theodora Ignacia de Azevedo e Lacerda // e naõ se continha mais na dita procuraçam do que dito he que eu tabelliam aqui tresladey fielmente da própria a que me reporto a coal torney a entregar ao dito procurador Luis Antonio Ferreyra Carneyro de Vasconsellos que de como a reporto no fim deste instromento a coal procuraçam reconheso eu tabelliam por verdadeyra por todos seus sinaes que della hey vista em fee e titulo de verdade asim diseraõ e outorgaraõ e aseytaraõ de parte a parte e asignaraõ depois desta lhes ser lida e que della dese os treslados necesarios eu tabelliam a aseytei em nome de quem tocar posa auzente e do dito vincullo e adeministradores que dele vierem a ser pello tempo ao diante quanto noso se requer por razaõ de meu officio sendo a tudo as testemunhas presentes que tudo

viraõ e ouviraõ Manoel Amaro de Faria e Jozeph Theodoro de Faria moradores ao pe do murinho de Saõ Domingos desta cidade e Caetano Joseph de Gouvea morador na Rua Chãm desta mesma cidade pessoas de mim reconhesidas que asignaraõ Dão Alberto de Moraes tabelliam que o escrevy

Luis Antonio Ferreyra Carneyro de Vasconsellos

Padre Luis Pereira de Carvalho

Manoel Amaro de Faria

Jozeph Theodoro de Faria

Caetano Joze de Gouvea “

Apêndice 6

18 dezembro de 1760

Obrigação que fazem a Regente e recolhidas do recolhimento ao Reverendo Beneficiado Crispim da Rocha

A.D.P. *Notarial. 6º Cartório do Porto*, 4ª Série, liv. 30, fls. 41v-42v.

“Obrigação que fazem a Regente e Recolhidas do Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocinio, e Santa Maria Magdalena, ao Reverendo Beneficiado Chrespim da Rocha desta cidade, em 18 dezembro de 1760

Em nome de Deos Amen saybaõ quantos este publico instrumento de conficão de divida, obrigacão e hipoteca ao seu pagamento, virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e secenta aos dezouto dias do mes de dezembro do dito anno nesta cidade do Porto em o Recolhimento de Nossa do Patrocinio, e Santa Maria Magdalena, que he da administracão do Excelentissimo e Reverendissimo Bispo deste Bispado, aonde eu tabelliam vim, e ahy estavaõ presentes partes outorgantes, a saber de huma D. Ignacia Thereza de Jezus Regente deste Recolhimento, Thereza Maria de Jezus Escrivaã, e D. Maria Jozepha de Mendonca, e Antonia de Freytas Deputadas do governo, e concelho (?) delle, e da outra parte o Reverendo Chrespim da Rocha Beneficiado na Santa Sée desta cidade morador na Rua dos Pellames da mesma, pessoa reconhecida pellas propreas de mim tabelliam, e testemunhas ao diante assignadas, de que dou fé perante as quais logo por ellas ditas Regente, Escrivaã e deputadas, por todas juntas e cada huma de per sy insolidum foi dito que he verdade que o dito Reverendo Beneficiado Chrespim da Rocha tem corrido com as obras deste seu novo Recolhimento, e contrebuido da sua propria bolca com todo o denheiro precizo, e necessario para as mesmas obras, e por conta justa entre huns, e outros, se achou ter despendido a quantia de hum conto quatrocentos noventa e tres mil setecentos outenta e outo reis, â conta dos quais tem recebido de esmollas a quantia de setecentos sincoenta e outo mil duzentos e trinta e outo reis, e lhe estaõ restando liquidamente a quantia de setecentos trenta e sinco mil quenhentos e sincoenta reis, como asim o confecaraõ perante mim tabelliam e testemunhas de que dou fé, e por que senaõ achavaõ ao presente com dinheiro prompto para lhe poderem pagar, lhe queriaõ fazer escriptura de obrigacão da dita quantia para sua seguranca, e titullo, pagando lhe della seus juros a razaõ de sinco por cento, e asim diceraõ ellas ditas Regente, Escrivaã, e Deputadas que por esta publica escriptura e na

melhor forma e via de direito em seus nomes, e deste seu Recolhimento, e recolhidas dellas que hora saõ, e ao diante forem da dita quantia de setecentos trenta e sinco mil quenientos e sincoenta reis, se constituem, e confecaõ devedoras, e obrigadas ao dito Reverendo Beneficiado Chrespim da Rocha, e se obrigaõ a lhos pagar toda a ves que lho pedir com os juros de sinco por cento livres para elle Reverendo credor de todo o trebuto novo ou velho feito, e distrato desta, pagando lhe tudo promptamente, em suas maõs, e caza sem a isso (?) virem com duvida alguma, porquanto a naõ há em lhe estarem devendo a sobredita quantia de resto da despeza que tem feito com as obras deste seu novo Recolhimento cujas contas aprovaõ, e hã por boas, e bem feitas por citarem em tudo conformes, e verdadeiras, e para asim o cumprirem, e pagarem, e naõ o impugnarem nem contradizerem obrigaõ suas pessoas, e as de suas sucesoras e este seu Recolhimento com todos os béns, e rendas que lhe pertencem e podem vir a pertencer, e em especial, e por especial hepoteca obregaõ e hepotecaõ huma pencaõ de sinco mil reis que lhe pagaõ Carlos de Mello Lobo cirurgiaõ, e sua mulher Josepha Rosa de Abreu das cazas em que vivem em Miragaya, e asim mais duas moradas de cazas que tem abaixo do Arco de Nossa Senhora das Verdades que foraõ de Julião Ribeiro (?) Guimaraes, em huma das quais vive Joze Antonio de Aguiar, e em outras Domingos Pereira Capateiro, e mais outra morada de cazas que posuem na Rua dos Banhos que foraõ de Fernando Alves de Souza, as quais lhe deu para venderem, e se aproveitarem do seu justo preco e vallor o Excelentissimo Reverendissimo D. Joaõ da Sylva Ferreira Bispo Governador que foi deste Bispado por ficarem vagas á Excelentissima Mitra direita senhoria dellas, das quais estaõ senhoras e posuidoras desde o anno de mil setecentos sincoenta e seis, e asim mais de quantia de sincoenta mil reis em denheiro que em cada hum anno cobraõ por Provizaõ Regia do Sennado da Camera, e se lhe daõ das Alcas, de que se obrigaõ a naõ fazer outra alguma hepoteca ou contrato de alheacaõ sem passar com esta obregacaõ, e encargo ou citar primeiro se destratar, e fazendo algum contrato em contrario será nullo, e de nenhum vigor para o [...] ²⁰⁸ nova, e especialmente as tornaõ a obregar e hepotecar sem que esta especial hepoteca derogue a geral obregacaõ dos mais seus bens, nem a geral á especial, porque todos geral, e especialmente ficaõ sugeitos, obregados, e hepotecados ao inteiro pagamento da dita quantia de setecentos trenta e sinco mil quinientos e sincoenta reis, e seus juros de sinco por cento lhe Real entrega, e sendo citadas pello cumprimento desta escriptura e suas dependencias responderaõ nesta cidade do Porto perante o Dezembargador Corregedor do Civel da Rellacaõ della, ou do Doutor Juis de fora do geral da mesma para o que se dera foraõ do juizo e justicas de seus foros, renunceaõ todos os seu privilegios presentes e futuros [...] leys liberdades ferias geraes, e especiaes comtudo o mais que a seu favor faca, e em

²⁰⁸ Borrão

vida esta escriptura e seu cumprimento, o que tudo aceitou o dito credor o Reverendo Beneficiado Chrespim da Rocha pello qual foi dito aceitava esta escriptura na forma della. Em testemunho de verdade asim o diceraõ outorgaraõ, e aceitaraõ de parte a parte, e requereraõ a mim tabelliam lho escrevesse nesta nota, e desse os trasllados necesarios e eu tabelliam como pesoa publica estipullante, e aceitante o estipullei, e aceitei delles partes, e em nome e favor das pesoas auzentes a quem toca, e tocar possa tanto quando devo, e posso em razaõ de meu officio e aqui asinaraõ depois do lido com as testemunhas presentes Joze Antonio de Aguiar morador abaixo do Arco de Nossa Senhora das Verdades, e Joze Francisco (?) da Conceiçaõ official de Alfayate da Rua do Codecal desta cidade , e dou fé passando referido na verdade, eu Luis Joze Coelho de Almeyda Tabelliam o escrevy

D. Ignasia Thereza de Jezus Regente

Thereza Maria de Jezus Escrivam

Antonia de Freitas

D. Maria Josefa de Mendonça

Chrespim da Rocha

Joze Francisco da Conceiçaõ

Joze Antonio de Aguiar”

Apêndice 7

Chafariz do Convento de Santa Clara do Porto. Fotografia de autor.



Apêndice 8

19 julho de 1699

Obrigaçã que António da Costa fez ao Mosteiro de Santa Clara para fazer a obra da arca de água
A.D.P. *Notarial. 6º Cartório do Porto. 3ª Série, liv. 3C, fls. 117v-120v.*

“Obrigaçã que fes Antonio da Costa ao Mosteiro de Santa Clara para fazer a obra da arca
da agoa

Saybaõ quantos este publico instrumento de obriguacaõ de obra da arca da agoa que vem para o Mosteiro de Santa Clara, e fianca ao comprimento e satisfaçã della tudo ao diante declarado ou como em direito melhor lugar haja virem que no anno do nasimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil seyscentos e noventa e nove annos aos dezanove dias do mes de Julho do dito anno nesta muito nobre e sempre leal cidade do Porto em o Real Mosteiro de Santa Clara do do Codesal della onde eu tabelliam ao diante nomeado vim pesoalmente para; esta escriptura fazer e ahy em hum dos lucatorios do dito mosteiro da banda de digo do dito mosteiro estavaõ juntos e presentes partes a saber os de huã da banda de dentro da grade do dito lucatorio as muito devotas rellegiozas Madre Joanna de Asençaõ Abbadessa do dito mosteiro e Maria do Loreto Vigaria da caza e Bernardina de Sam Jozephe escrivã do dito mosteiro e todas a demais Relligiozas delle deputadas para os negocios do dito mosteiro e em expecial e para este contrato outorgar estando todas juntas em capitulo a elle chamadas por som de campa tangida segundo seu bom e observado antigo uzo e bem assim de outra parte da banda da banda de fora da dita grade Antonio da Costa e seu filho Jozeph da Costa mestres pedreiros e moradores na freguezia de Santo Ildefonco extramuros desta mesma cidade os quoaes saõ todos pessoas reconhecidas de mim tabelliam pellos mesmos aquy nomeados e logo por ella dita Madre Abbadeça e mais relligiozas foi dito em minha prezença e das testemunhas ao diante escritas e asinadas que por lhe ser muito util e necessario fazer de novo a arca da agoa quem para o seu dito mosteiro cita na Povoa de Sima em rezaõ de se aver a ruinada e amasada no chaõ a mandaraõ por a pergaõ e por editais nas portas e lugares costumados desta cidade e nas da freguesia da sobredita arqa para que qualquer pesoa que nelle quizesse lancar viesse ao pateo do dito mosteiro na tarde do dia de doze do presente mes de Julho deste dito anno a onde se avia de ramatar a dita obra da dita arca a quem por menos a fizesse feita na forma dos apontamentos e com effeito sendo no dito dia asima e tarde sobredita

estando ellas relligiozas juntas a sua porta regral do dito mosteiro ahy pello porteiro dos cativos Domingos do Couto desta cidade e que he digo do dito mosteiro e comigo tabelliam mandaraõ a Domingos do Couto desta cidade porteiro dos captivos que prezente estava que trouxessera a pergaõ a obra da dita arquã e com effeito logo o dito porteiro a trouxe a pergaõ andando pello dito pateo de huma para outra parte com hum ramo verde na maõ em que ouvera varios lansadores que na dita obra deraõ seus lansos e depois de assim a trazer em pergam por largo espaço de tempo e o trouxe digo de tempo os que nella menos lancaraõ foraõ os sobreditos Antonio da Costa e Jozeph da Costa que deraõ e lancaraõ nella sinquoenta e nove mil reis e andando e assim com o dito lanco e apontando e dando-lhe huma e duas e outra mais pequenina e fazendo todos os mais requezitos e solenidades que em semelhantes autos se costumaõ fazer e por naõ aver quem por menos a quizesse fazer e menor lanco desse do que os sobreditos lhe mandaraõ dar o ramo e logo o dito porteiro lhe deu as tres e entregou o ramo aos rematantes e lhe ouveraõ por rematada a dita obra na sobredita quinta feita conforme os apontamentos e a declaracaõ delles que tudo elles mestres ahy viraõ e para fazer escriptura de obrigacaõ della com fiança foraõ logo notificados do que de tudo se fes auto de rematasaõ por ellas relligiozas e rematantes e porteiro e com testemunhas asinado e escrito por mim tabelliam como tudo delle mais largamente consta que fica em poder de mim tabelliam e outrosim o theor dos ditos apontamentos saõ os seguintes. Apontamentos da obra que se ha de fazer na arquã da agoa do mosteiro de Santa Clara cita na Povia de Sima. Item a arquã de comprido corenta palmos e de largo vinte palmos, serã feita toda de pedra de esquadria, as fiadas feitas de aboboda em volta de redondo como pede a obra e arquã. E levarã huma fiada de silharia que serã abatúmada e terá a dita fiada dois palmos de alto, e desta fiada comessrã a virar a volta em sua medida, e as pedras seraõ lavradas de piquam grosso feitas aos vaivel com suas tirantezas bem juntas e arguamasadas de sorte que fique a agoa vedada por sima, e das banda com seis emcontros arguamasados de pedra e cal athe os tersos da aboboda e mais se farã a fronteira da dita arquã de pedra de silharia por fora e por dentro as fiadas de grosura de tres palmos e as primeiras duas fiadas de baixo seraõ abatumadas e argamasada de sorte que naõ saya a agoa quando for muita para fora e levarã sua porta no meyo da fronteira com seus batentes que terá oito palmos de alto e coatro de largo, e levarã a fronteira seus cunhaes que hiraõ ao olivel da abobada da aboboda com sua cornige e crus em sima e declaro que a fronteira a moldura della serã de papo de rolla de pedras que tomem a grossura da parede e serã de empenna, e a trazeira da dita arquã serã de silharia athe aboboda de huma fase sô, de grosura de tres palmos que fique bem firme, e levarã no pê altura de coatro palmos abatumado, e da parte do norte no fojo aonde nasse agoa se fará hum arco abatido muito bem forte para receber aboboda da dita

arqua o qual arco terá oito palmos em coadra com sua silharia ao pê, abatumada como a mais obra, o mestre que tomar esta obra será obrigado logo a desentulhar a arquã e a limpalla de sorte que fique limpa de toda a immondissã para que a agoa tenha sua correnteza necessaria; e também será a dita arquã agramasada por cima e das bandas entulhada de sorte que fique livre dos emxurros; e o dito mestre dará os asimples e toda a pedra barro e cal e batume e tudo o mais necessario para a dita obra e o barro será tresado tres sestos de barro e hum de cal, e so o convento será obrigado a dar o dinheiro em que esta obra se rematar a qual obra será feita dentro em dois mezes que se comesaram do dia da rematação em diante e não a fazendo no dito tempo perderá o mestre quando terminar vinte mil reis do presso em que a rematar; e por verdade se fizeraõ estes apontamentos que assinou o procurador do mosteiro, e o mestre pedreiro que fes os apontamentos, Antonio da Costa // Manoel da Silva // declaro que a fiada de baixo se não bolirá nella porque della para cima pode virar a aboboda por coanto me parece estar segura e com silharia que se tira se pode fazer as impenas das costas e da dianteira com quanto a porta do tamanho que he bastante que se não quer grande por amor do tempo, e emcoanto a cal sendo dois de saibro e hum de cal he melhor para agramassa que se ha de fazer por riba da arquã e para as paredes que haõ de acompanhar as tersas da aboboda que haõ de ser muito bem cheas e argamasadas por que entre digo por que não entre a agoa dentro; e haõ de ser coatro palmos e meyo de larguo que he o que basta por não passar ariba da terra que tambem lhe tem encontro, e emquanto ao mais que declaraõ os apontamentos atras desmandar e de desentulhar a arquã e fazer aboboda na forma que elles dizem e ao arquinho que se ha de fazer por baixo o canto da arquã tudo fica bem porque me parece melhor não passar a arquã ariba da terra por ficar mais seguro das agoas da chuva que escoã para fora e o mestre fará tudo como se declara nos apontamentos atras, Manoel Rébello // e não se continha mais nos ditos apontamentos e declaração no fim delles o que tudo eu tabelliam aquy tresladey bem e na verdade como nelles se contem o que me digo se contem e a requerimento das partes e aos proprios me reporto que entreguey aos ditos mestres para por elles se governarem para a dita obra / e em comprimento do que em vertude da dita rematação estavaõ ellas ditas Madre Abbadeça e mais relligiozas celebradas e contratadas com elles ditos mestres Antonio da Costa e Jozeph da Costa da Costa para efeito de lhe elles fazerem a dita obra da dita arquã na forma referida e declarada nos ditos apontamentos atras insertos pella dita quantia de sincoenta e nove mil reis a saber logo pagos e entregues ao fazer desta escriptura vinte e coatro mil reis e o mais em dous pagamentos hum no meyo da obra o outro no fim para o que logo com efeito em prezença de mim tabelliam e testemunhas ellas ditas relligiozas entreguaraõ a ambos os sobreditos mestres que rematareaõ a dita obra os ditos vinte e coatro mil reis que sendo contados

por elles e os achar sertos em bom dinheiro os guardaraõ dos quoaes logo por esta dita escriptura lhes davaõ a ellas rellegiozas e seu mosteiro pagua e quitação pelos quoaes ditos mestres Jozeph da Costa e Antonio da Costa foy dita que por esta publica escriptura prometem e se obrigaõ a fazer toda a dita obra referida na forma que se contem nos ditos apontamentos e declaracaõ no fim delles tudo aquy tresllado feita e acabada de tudo dentro de dois mezes primeiros seguintes que comesaraõ ja decorrer do dia da rematacaõ da dita obra que se contavaõ doze dias deste prezente mes de Julho, e naõ achando por feita e acabada queraõ perder vinte mil reis do presso por que lhe foy rematada os quoaes quoaes se lhe dariaõ de menos, a qual dita obra se asim obrigaõ fazer pello dito presso por que lhe foi rematada de sincoenta e nove mil reis sem que ellas rellegiozas e seu mosteiro sejaõ obriguadas a lhe dar mais nenhuã couza de que a dita quantia por que lhe foy rematada e que saõ contentes de que a dita obra seya vista por mandado dellas relligiozas asim ao principio della e ao tempo della meyo feita e no fim por mestres peritos ou pessoas que o entendaõ que a ellas lhe pareser porque achando naõ ser na forma feita capas digo o achando naõ estar capas e segura e feita conforme os ditos apontamentos e declaracaõ no fim delles serã desfeita e tornada a refazer em forma que fique perfeita e sem defeito algum tudo a custa delles ditos mestres rematantes como tambem pasado e dito termo dos dois mezes se mandar acabar de fazer a dita obra por coasquer officiaes que ellas relligiozas lhe pareser tudo a custa e despeza delles ditos rematantes e asim tudo serã feito de sorte que fique boa e de receber e sem erro nem defeito algum e para tudo elles ditos mestres rematantes asim tudo averem de fazer e cumprir e goardar prontamente diseraõ ambos e cada hum per si obrigaõ suas pesoas e todos seus bens que cada hum tem e posue asim moves e de raís presentes e futuros e tersas de suas almas e em especial e por especiaes hipotequas obrigaõ e hipotequaõ cada hum delles as suas cazas com seus quintais em que vivem na sobredita freguezia de Santo Ildefonco o que tudo se obrigaõ dar livre e desobriguado com os ditos (?) avendosse de fazer execucaõ nelles para satisfassaõ e da dita obra e do dinheiro que dante maõ recebem sem que delles fasaõ venda ou trespase nem outra couza algua emquanto tudo asim naõ derem inteira satisfacaõ e fazendo o contrario pasariaõ sempre com a dita obriguacaõ e hipotequa e que as especiaes hipotequas naõ revoguariaõ as geraes e pera mais seguranca de tudo o referido apresentaraõ por seu fiador e principal paguador o Antonio Moreira mestre ferreiro morador de frente da Igreja de Santo Ildefonso extramuros desta mesma cidade o qual por estar prezente que tambem he pesoa reconhecida de mim taballiam pello proprio logo por elle foy dito na prezença das mesmas testemunhas que muito por sua livre espontanea vontade sempre para isso seja obriguado nem constringido ficava como de feito em vertude desta escriptura fica por fiador o principal

pagador thesoureiro e fiel depositario de juizo pelos ditos Antonio da Costa e Jozeph da Costa por tudo o conteudo neste contrato e como tais afia a que elles tudo facaõ e dem inteira satisfacaõ na forma que dito fica e que naõ o fazendo elles asim como dito he se obriga elle dito Antonio Moreira como seu fiador e principal pagador por elles satisfazer o pagar sem demenuicaõ alguã como se com elle in solidum se selebrara este contrato e arematara a dita obra para o que logo toma e remove sobre si e sua pessoa e todos seus bens e fazenda toda a dita obriguacaõ e satisfacaõ do conteúdo em esta escriptura e com todas suas ditas condicoins penas e obriguacoens a que tudo e por tudo se somete em seguida (?) ao que tudo obriga sua pessoa e todos seus bens moveys e de rais avidos e por aver direito e accoes delles e em especial hipoteca digo obriga e hypoteca a tudo o sobredito as cazas em que vive que saõ suas livres e desobriguadas e assim se obriga as dar sendo necesario para satisfacaõ e pagamento do sobredito e que tambem quer que a especial hipoteca naõ derogue a geral e por elle dito fiador e principal pagador a elles ditos mestres pedreiros foy mais dito que querem e saõ contentes que deixando elles de dar satisfacaõ a tudo o que dito fica possaõ ellas ditas Madre Abbadeça e mais rellegiozas e seu mosteiro os obrigar e executar a quoaquer delles que lhe melhor pareser pelo comprimento desta escriptura e pegando por hum e largando outros e tornar a pegar por qualquer e todos seus bens e sempre pello mais [...] dos bens de cada hum delles the com effeito seram realmente pagas de tudo e recebidas e de todas as custas e perdaõ e danos que por cauza do sobredito asim naõ cumprir se fizerem, alem de que tambem naõ seriaõ ouvidos em parte alguã com nenhuã couza que per si alegar possam sem primeiro depozitar toda a quantia que de antemão tiverem recebido para a dita obra tudo na maõ dellas rellegiozas ou de seu bastante procurador sem fianca nem abonacaõ por quanto os aviaõ por abonados e por asim estarem contrados e na forma de ley novissima me requereraõ esta certidao lhe escrevesse por de tudo saberem seu officio o que tudo assim outorgaraõ elles sobreditos e delles o aseitaraõ ellas rellegiozas que tambem de sua parte; satisfazendo ellas tudo o aquy contheudo se obrigaõ a satisfacaõ e pagamento de toda a dita quantia por que foy rematada a dita obra ao que tambem obrigaõ as rendas deste seu mosteiro e por tudo o aquy deduzido se obrigaõ responder de parte a parte nesta cidade no juizo para que forem citados e chamados sem que para tudo asim deixarem de naõ cumprir e guardar se valerem de nenhum direito nem pervilegio que tudo renunciaõ as ferias gerais especiaes e o mais que empeda o verdadeiro comprimento desta, e asim aqui leraõ e aseitaraõ de parte a parte, e obrigando-se tambem elles mestres pedreiros a tirar a (?) ao dito fiador sem dano ou perda de sua pessoa e bens e tudo asim mandaraõ ser feito nesta nota e dar os treslados necesarios a que tudo eu taballiaõ como pessoa publica estipulante aseitante o estipuley aseitey delles e em nome e favor

de quem mais toquar possa a esto absente tanto e quando em direito se requerer e devo em rezaõ
de meu officio de que aqui asinaraõ depois de lhe ser lido e sendo a tudo testemunhas presentes
Manoel da Silva procurador dos negocios do mosteiro morador nesta cidade Manoel Barboza
mestre alfayate morador a Saõ Domingos desta cidade e de tudo dou fee Antonio Gonçaves
Mendes taballiaõ o escrevy

Joanna Dasençaõ Abbadessa

Maria do Loreto Vigaria

D. Anna Pereira de Vasconcelos

Maria dos Reis

Clara de Jesus

Bernardina de S. Jozeph escritvã

Antonio da Costa

Juze da Costa

Antonio Moreira

Manoel Barboza

Manoel da Silva

Apêndice 9

1759

Memória da água da Póvoa de Cima

A.D.P. *Fundo Monástico/Convento Santa Clara do Porto*. Roteiro 1º 1701-1800

“Memoria da agoa da Povia e outras couzas que mandou fazer a Madre Magdalena Maria Abbadessa do Mosteiro de S. Clara no ano de 1759

Por conta de huma duvida que se moveo com o Excelentissimo Bispo do Porto António de Sousa por se querer eximir de mandar concertar o aqueduto em que a agoa do lugar da Povia de Sima dos casaes chamados dos Lobos foi preciso procurar se o seu principio e das duvidas que se moveraõ e dificuldades que se houveraõ e dos contratos que o Mosteiro fes com o Excelentissimo Bispo sendo Abbadessa deste Mosteiro D. Briolanja Ferraz em cujo carrego entrou a exercer da idade de 22 annos em 4 de Dezembro de 1491 e governou 61 annos faleceo em 1552 com 83 annos de idade foi sobrinha da Abbadessa D. Isabel Ferraz por demissão da qual e autoridade apostólica succedeo no dito lugar era natural desta cidade, nasceo na Rua das Flores em huma casas grandes que ficaõ por sima da misericordia que foram de Pantaleão (?) Ferraz secretário de guerra as quaes comprou Gualter Gomes de Sousa. Era filha dos fidalgos Fernão Nunes Barreto e de D. Isabel Ferraz que tem o carneiro na capellamor deste Mosteiro teve maiz trez irmãs que foram aqui religiosas. Era irmão do padre da Companhia de Jesus. João Nunes Barreto por isso primeiro patriarca da Ethiopia Alta o sucessor da casa foi seu irmão Gaspar Nunes Barreto que foi pay de D. Jerónimo Barreto Bispo do Algarve e Fernam Nunes Barreto de quem nasceo D. Isabel Enriques que casou com D. Fredrique de Menezes Irmão do Conde de Cantanhede isto se declara para se saber a illustre família de quem era esta Prelada. Entre as cousas grandes que fez foi que não tendo o convento ao seu tempo mais do que 80\$ o aumentou com 400\$ com seis padroens que lhe adquirio fez também com a sua autoridade huma obra de grande despesa e muito difficultosa como foi trazer ao Convento a agoa que tirou em huns casaes no lugar da Povia de Sima das quaes é direito de Senhorio a Excelentissima Mitra e por lho impedir se empenhou tanto nisso a Abbadessa que até o

senhor rey D. Manoel rescreveo a favor do Convento ao Bispo D. Pedro da Costa o qual lhe fez Prazo fateosim perpetuo dos ditos casaes com licença da Sé apostólica com a faculdade de subempraza los pagando lhe de renda anual 4950 e 6 gallinhas mistos carros de palha triga com a condição que a agoa viria afastada do Aqueduto do Bispo huma braça e nam o fazendo nem lhe pagando a penção vencida no fim do anno lha poderia mandar cobrar. E sucedendo neste Bispado o senhor D. Frei Baltazar Limpo confessor da Raynha D. Catarina molher do senhor Rey D. João 3º filha do Rey de Castela Felipe primeiro pediu este ao Convento lhe deixasse vir no seu aqueduto para a fonte da Sé e do seu Paço que havia muitos tempos não vinha por estarem destruídos os seu canos, nisso consentiu a Abbadessa e convento ficando a Mitra perpetuamente com a obrigação de os concertar de todo o necessário à sua custa de donde entra a agoa da Arca da Mitra até onde se aparta a do Convento que he ao Postigo da Capella de S. Antonio do Penedo sem menção em tempo algum concorrendo Mosteiro com cousa alguma para as despezas e nam o fazendo assim a Mitra pagasse de pena mil cruzados de ouro ao convento e podia lhe mandar quebrar o Aqueduto que vem meter se na Arca do Convento. Deste conserto e consentimento se fez escritura em 15 de Junho de 1537 na nota de Gaspar de Couros e o senhor Rey D. João 3º mandou agradecer a dita Abbadessa por carta feita em em Evora em 26 de Junho do dito anno a qual vai no livro 8 f. 69 e o mesmo Bispo em agradecimento e de remuneração por nova escritura feita em 16 de Junho de 1537 na nota do dito tabelião declarou que do prazo fateosium que a Mitra tinha feito ao Mosteiro dos casaes da Povia só pagariam de renda 2950 e os carros de palha triga que sam 3 carros enquanto a agoa da Mitra vier pelo aqueduto do Convento e revogou as mas condiçoens do prazo. Estas duas escrituras do contrato e carta do Senhor Rey D. João 3º com citação ao senhor Bispo D. Fernando Correia de Lacerda a requerimento da Abbadessa Maria dos Reys forão lançadas na nota do tabelião António Rodrigues Madureira em 26 Mayo de 1683, e na mesma escritura se achaõ as duas medidas da agoa por onde se mede o registo que pertence a Mitra

Nº1 Arca da Agoa da Povia que pertence ao Mosteiro

Nº2 Pia de onde sai hum registo da água para os moradores da Povo

Nº3 Arca onde se junta a agoa da Mitra com a do Mosteiro

Nº4 Arca da Mitra que vem a Arca nº3 e dali continua por hum cano so ate o Postigo onde se reparte”

Apêndice 10

Fotografia do lajeamento presente nas Escadas do Codeçal. Fotografia de autor.



Apêndice 11

Fotografia dos canos próximos do Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio. Fotografia de autor.

